

**Por uma educação para a tolerância: um diálogo com Voltaire, Norberto
Bobbio e Paulo Freire para a construção de uma competência
educacional em sala de aula.**

Oswaldo Martins Ramos

**Por uma educação para a tolerância: um diálogo com Voltaire,
Norberto Bobbio e Paulo Freire para a construção de uma
competência educacional em sala de aula.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Prática do Ensino de Filosofia;

Orientadora: Prof. Dra. Valcicléia Pereira da Costa.

MANAUS

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R175e Ramos, Osvaldo Martins
Por uma educação para a tolerância : um diálogo com Voltaire, Norberto Bobbio e Paulo Freire para a construção de uma competência educacional em sala de aula / Osvaldo Martins Ramos . 2024
185 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Valcicléia Pereira da Costa
Dissertação (Mestrado Profissional em Filosofia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Tolerância. 2. Ensino de filosofia . 3. Voltaire. 4. Bobbio. 5. Freire. I. Costa, Valcicléia Pereira da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Por uma educação para a tolerância: um diálogo com Voltaire, Norberto Bobbio e Paulo Freire para a construção de uma competência educacional em sala de aula

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), na Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Prática de Ensino de Filosofia

Orientador: Profa. Dra. Valcicléia Pereira da Costa

Data da Aprovação:
30/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valcicléia Pereira da Costa
(Presidente)

Prof. Dr. Pedro Erginaldo Gontijo
(Membro Titular Externo - o UFT/UnB)

Prof. Dr. Deodato Ferreira da Costa
(Membro Titular Interno)

RESUMO

No mundo contemporâneo, a tolerância é mais necessária do que nunca. Vivemos em uma época marcada pelo cosmopolitismo e multiculturalismo, pela acelerada mobilidade humana, da comunicação digital e da transformação de novas formas de organização social, fazendo do mundo atual a marca da diversidade, levando em muitos momentos a intensificações de animosidades e intolerâncias, produzindo conflitos que atingem todos os estratos da vida humana (sociedade, família, escola...). A filosofia com seu conhecimento milenar tem muito a contribuir para apoiar e executar programas educacionais para a tolerância. Pensadores como Voltaire, Bobbio e Freire contribuem muito para a confecção de uma proposta de competência para a tolerância e para o ensino de filosofia. Para esses pensadores, a tolerância é um imperativo prioritário a vida humana, eles promovem uma racionalidade ao tema que nos leva a um denominador comum, a promoção de uma cultura da tolerância.

Palavras-chave: Tolerância, filosofia, ensino de filosofia, Voltaire, Bobbio, Freire.

ABSTRACT

In the contemporary world, tolerance is more necessary than ever. We live in a time marked by cosmopolitanism and multiculturalism, by accelerated human mobility, digital communication and the transformation of new forms of social organization, making the current world a mark of diversity, leading in many moments to the intensification of animosities and intolerances, producing conflicts that affect all strata of human life (society, family, school...). Philosophy, with its age-old knowledge, has much to contribute to support and implement educational programs for tolerance. Thinkers like Voltaire, Bobbio and Freire contributed a lot to the making of a competence proposal for tolerance and for the teaching of philosophy. For these thinkers, tolerance is a priority imperative for human life, they promote a rationality to the theme that leads us to a common denominator, the promotion of a culture of tolerance.

Key words: Tolerance, philosophy, philosophy teaching, Voltaire, Bobbio, Freire.

Lista de figuras

- Figura 1 - Tolerância como suspensão filosófica.
- Figura 2 - Verdade em perspectivas.
- Figura 3 - Significações de tolerância e intolerância.
- Figura 4 - Tolerância como justa indignação.
- Figura 5 - A serenidade da tolerância
- Figura 6 - Pirâmide de Kelsen.
- Figura 7 - Lugar do professor de filosofia na educação brasileira.
- Figura 8 - Nuvem de palavras.
- Figura 9 - Diagrama comparativo entre Bobbio e Voltaire.
- Figura 10 - Diagrama comparativo entre Voltaire e Freire.
- Figura 11 - Diagrama comparativo entre Bobbio e Freire.
- Figura 12 - Diagrama comparativo entre Bobbio, Freire e Voltaire.
- Figura 13 - Centralidade da tolerância.
- Figura 14 - Caminho para a tolerância.
- Figura 15 - Capa de jornal do caso Galdino.
- Figura 16 - Percepção ecológica da tolerância.
- Figura 17 - Conscientização contínua dos alunos.
- Figura 18 - Princípio universal dos direitos humanos.
- Figura 19 - Limpeza do termo tolerância.

Lista de tabelas

Tabela 1 - Os quatros termos da tolerância de Bobbio.

Tabela 2 - Conteúdos de aprendizagem da tolerância.

Tabela 3 - A lógica da tolerância.

Tabela 4 - Ampliação da lógica da tolerância.

Tabela 5 - Problemática da intolerância.

Tabela 6 - Dimensões da tolerância em Voltaire, Bobbio e Freire.

Tabela 7 - Conteúdos relacionados ao tema da tolerância.

Tabela 8 - Quadro orientador das sequências didáticas 1 e 2 e de seus conteúdos.

Tabela 9 - Quadro-resumo da sequência didática da situação-problema 1.

Tabela 10 – Quadro-resumo da sequência didática da situação-problema 2.

Tabela 11 – Quadro orientador das sequencias didáticas 3 e de seus conteúdos.

Tabela 12 - Quadro-resumo da sequência didática 3.

Lista de abreviaturas

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

CF - Constituição Federal.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC - Ministério da Educação.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PCD - Pessoa com deficiência.

PCP-AM - Projeto curricular pedagógico do Amazonas.

RCA - Referencial Curricular Amazonense.

SD - Sequência didática.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura.

OTAN - Organização do Tratado Atlântico Norte.

SUMÁRIO

Apresentação	
Introdução	16
 CAPÍTULO 1- FILOSOFIA E TOLERÂNCIA	 23
1.1- VOLTAIRE: Reflexão filosófica sobre tolerância	24
1.2-NORBERTO BOBBIO: Política e tolerância	31
 CAPÍTULO 2- TOLERÂNCIA E EDUCAÇÃO	 44
2.1- PAULO FREIRE: Educação e tolerância	45
2.2- Diretrizes internacionais sobre tolerância	54
2.3- Diretrizes nacionais sobre tolerância	64
 CAPÍTULO 3- ENSINO DE FILOSOFIA E TOLERÂNCIA	 72
3.1- Diretriz estadual sobre tolerância	72
3.2- Ensino de Filosofia e pedagogia das competências	78
3.2.1- Contribuições de Voltaire, Bobbio e Freire para uma competência filosófica da tolerância	87
3.2.2- Competência filosófica para a tolerância como inter-relação entre habilidades e atitudes	94
3.2.3- COMPETÊNCIA PARA TOLERÂNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA PESSOA	99
3.2.3.1- [Democracia plural {tolerância (respeito)}]	106
3.2.4- Competência filosófica para a tolerância envolve o âmbito pessoal, interpessoal, social	106
3.2.5- Competência para a tolerância e aprendizagem significativa	111
3.2.6- Ensino de competência filosófica para a tolerância parte de situações e problemas reais	119
3.2.7- Enfoque global e complexo para o ensino da competência filosófica para a tolerância	125
 CAPÍTULO 4- EDUCAÇÃO PARA A TOLERÂNCIA E ATIVIDADES PRÁTICO-REFLEXIVAS PARA A RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMAS NO ÂMBITO ESCOLAR	 135

4.1- Sequência didática para o ensino da tolerância em nível de ensino médio	139
4.2- FREIRE: Situação-problema relacionada à conexão democracia, educação e tolerância	141
4.2.1 Situação-problema 1: O caso Galdino Jesus dos Santos.....	141
4.2.1.1- SEQUÊNCIA DIDÁTICA 1: Situação-problema do caso Galdino Jesus dos Santos	144
4.3 -VOLTAIRE: tolerância versus intolerância religiosa	152
4.3.1- Situação-problema 2: O caso Jean Calas	152
4.3.1.1- SEQUÊNCIA DIDÁTICA 2: Situação-problema do caso de Jean Calas	155
4.4- BOBBIO: democracia, tolerância e coexistência pacífica	161
4.4.1 Situação-problema 3: O caso da guerra nuclear	161
4.4.1.1- SEQUÊNCIA DIDÁTICA 3: Situação-problema do caso da guerra nuclear	164
Considerações finais	171
Referências bibliográficas	178

Agradecimentos

Ao buscar uma educação para a tolerância percebe-se o caráter de intencionalidade que esse conceito desperta nos homens, todo ato de tolerância é direcionado para alguém, a tolerância não se faz sozinha, toda tolerância é tolerância para alguém. Com esse olhar intencional, definido para o tratamento e entendimento descrito nesse trabalho acadêmico, dirijo o meu agradecimento a todos que contribuíram a esse trabalho, pois sozinho não poderia ter sido realizado.

À minha orientadora professora doutora Valcicléia Pereira da Costa, pelo seu olhar e sensibilidade singular, ao dar as coordenadas fundamentais para se criar um estilo e uma originalidade a esse trabalho intelectual.

À minha família, pelo apoio, em especial ao meu irmão Joilson Carvalho da Silva, pela paciência durante os momentos de stress ao longo da confecção dessa dissertação.

Aos meus amigos de profissão Denison Elieirico e Marcos Almeida, que dividiram aspirações e dúvidas fundamentais durante os questionamentos e a resolução de impasses intelectuais.

Ao Programa de Pós-graduação em Filosofia - PROFI-FILO, que aceitou acompanhar essa boa e saudável loucura que foi produzir teórica e profissionalmente um material e um novo instrumento educacional, assim contribuindo para o enriquecimento e consolidação do ensino de Filosofia.

Aos professores do núcleo UFAM que foram de grande valia para o caminho percorrido ao longo de todo o texto, que formam o corpo bibliográfico dessa dissertação, e em especial ao professor Doutor Carlos Rubens que com seu jeito único de ensinar deu energia e leveza a esse trabalho.

E não podia finalizar minha gratidão a Fundação coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES) pelo apoio financeiro, pois sem essa ajuda talvez esse trabalho não sairia e ganharia as dimensões a que ele se apresenta ao longo dessas páginas subsequentes.

Apresentação

Uma autêntica filosofia política não poderá, em última instância, surgir a partir de uma análise de tendências, acomodações parciais, interpretações, ou, pelo contrário, da revolta contra a própria filosofia. Ela só poderá brotar de um ato original de *thaumazein*, cujo impulso de admiração e questionamento deverá desta vez (isto é, contra o ensinamento dos antigos) aprender diretamente a esfera dos assuntos e feitos humanos. Certamente os filósofos, com seu manifesto interesse em não serem perturbados pelos outros e com sua experiência profissional da solidão, não estão particularmente equipados para realizar esse ato. Mas caso venham a nos decepcionar, quem mais poderá realizá-lo? (ARENDT, 1993, p.89).

Esse trabalho se iniciou de forma solitária em meados do início do ano de 2018, na Escola Professor Jorge Karam Neto, pertencente a rede estadual de ensino do Amazonas, em um cenário até então desconhecido para o professor e autor desta dissertação. A crise política e econômica agravada por anos anteriores de escândalos noticiados diariamente nas mídias sociais, impeachment, prisões de políticos e de presidentes, fizeram surgir um discurso belicoso, presente inicialmente no meio televisivo, depois nas diferentes estratificações sociais. Isso revelou a percepção da existência de sintomas latentes na sociedade brasileira, muitos deles devido às diferenças entre as pessoas, outros devido à formação como povo miscigenado, o que impulsionou o insight no autor e o levantamento de questões para compreender o momento apresentado e dá respostas a problemática da tolerância na interface filosofia e educação. Mas que educação é essa? O que veio de forma intuitiva como resposta, uma educação para a tolerância se materializa nesse texto, onde a pergunta que permeia esse exercício reflexivo é: “o que é mesmo tolerância”?

Como impulso inicial, nossa curiosidade e ignorância natural expressam o sentido que Aristóteles, na *Ética a Nicômaco* (1175a 30), formulou sobre o desejo natural de conhecer algo que se apresenta como instigante e problemático. O fenômeno social enfrentado pelo país e manifestado no contexto escolar pelos alunos e professores revelou o quanto desconhecíamos e o quanto precisávamos compreender, com vistas a um conhecimento que permitisse dialogar com os alunos no contexto das aulas de Filosofia no ensino médio.

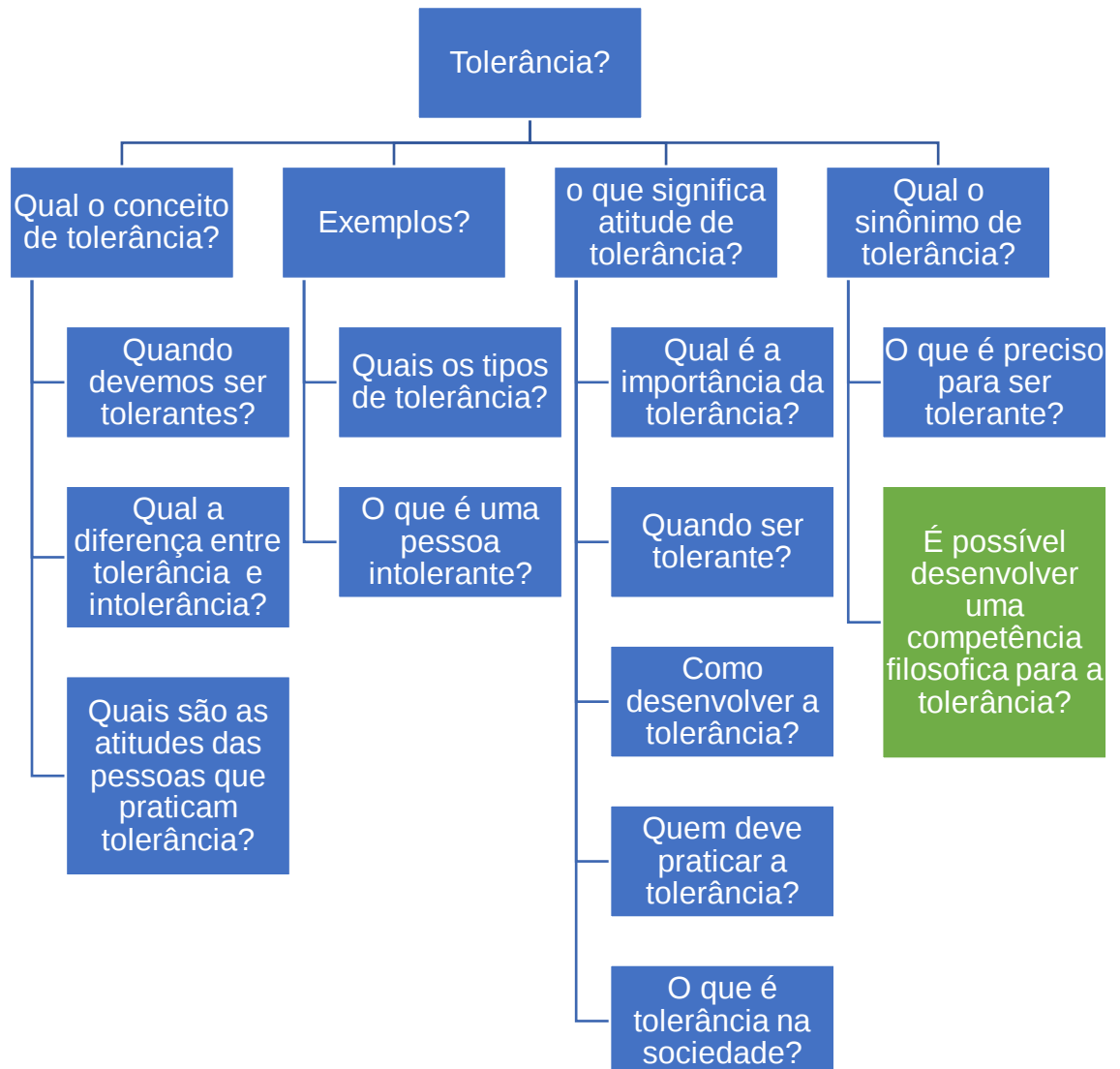
A tolerância apareceu como um fenômeno de interesse não por si mesmo, mas pelo que o invocava, a intolerância. O discurso de ódio e a intolerância

advindo de seres humanos tão jovens e inexperientes, impulsiona indagações de como foi cultivado um ódio naqueles seres que até mesmo desconheciam suas origens hostis. À época, estávamos diante de um fenômeno novo, que não ocorria em potência, e sim em um ato explícito, sem vergonha ou intimidação: jovens reproduziam falas e comportamentos em nome de ideais antidemocráticos e contrário à dignidade humana. Neste contexto, era preciso entender o porquê chegamos naquele cenário, quais são as forças em jogo e como enfrentar esse triste momento da história brasileira. A única coisa que se manifestava nos discursos dos bons combatentes da dignidade humana era o termo “tolerância”. Era preciso investigar na história da filosofia os pensadores que problematizaram esse tema. Algumas questões surgiram e tornou-se premente buscar respostas para elas: o que significa tolerância e como podemos utilizá-la na educação? É com essas perguntas que esse texto adota uma conduta de militância a uma causa, uma educação para a tolerância para o ensino médio que venha a entender o seu antônimo e o seu *modus operandi* e *vivendi*. Com essa postura impulsiva de revolta as acomodações que buscamos uma leitura da tolerância mais ligada a esfera dos assuntos e feitos humanos (ARENDT, 1993, p.89).

Esse trabalho toma algumas direções e modos de abordagens que se configuram em uma proposta de reflexão e intervenção em sala de aula, trabalhando para uma formação mais plena para a justiça, a verdade, o respeito, a dignidade e a tolerância entre os alunos. Esse texto adota uma linguagem de formação ao mesmo tempo individual-coletiva, ético-filosófica e ético-política, em que o leitor poderá perceber um olhar plural, diversificado acerca das relações de poder, e com isso, ter um olhar fidedigno acerca do fenômeno da tolerância.

Como tudo começa por uma pergunta aparentemente despretensiosa, o que é a “tolerância?” atua como fio condutor para outras interrogações e descobertas, com apresentação de concepções, hipóteses e argumentos. Nosso objeto de admiração nos causou uma miscelânea de sentimentos, estranheza e espanto, um espetáculo extraordinário de respeito, ao maravilhar-se com tudo o que ela pode provocar nos homens de elevação do espírito coletivo. A Figura 1 ilustra como construímos esse texto com base em **perguntas**, **repostas** e busca de **como** adotar a tolerância no contexto escolar:

Figura 1: Tolerância como suspensão filosófica.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Ao buscar respostas as perguntas constantes na Figura 1, procuramos inseri-las no contexto e nas exigências da sala de aula de Filosofia e nas relações entre professor-alunos, professor-normas educacionais e alunos-sociedade. Com esse intuito, buscamos na história da filosofia reflexões e respostas ao tema da tolerância, razão porque selecionamos três pensadores que permitissem compreender o contexto peculiar da educação brasileira, Voltaire, Norberto Bobbio e Paulo Freire, dedicando a cada um deles partes específicas deste texto. E, ao procurar contemplar tanto elementos teóricos

quanto práticos, verificamos nos documentos educacionais de que forma uma educação para a tolerância poderia ser inserida no contexto escolar, com ênfase especial nos tratados internacionais, nas legislações nacionais e das diretrizes educacionais estado do Amazonas.

Com as reflexões e respostas, procuramos desenvolver uma competência filosófica para a tolerância que fosse integral e global nos âmbitos pessoal, interpessoal e social. Para que essa proposta pudesse ser adotada no contexto escolar, era preciso verificar quais habilidades e atitudes são condizentes com as situações reais do dia a dia, permitindo dessa forma aproximar as suas diretrizes com a realidade vivenciada por cada agente envolvido. Tendo isso em vista, convidamos o leitor a se engajar nesta causa e procurar promover nos espaços familiares e coletivos habilidades, atitudes e discursos tolerantes condizentes com a democracia e o espírito republicano.

Ao buscar uma estratégia educacional que, ao mesmo tempo que fomentasse a coexistência respeitosa e tolerante de pessoas e grupos distintos, permitisse formar jovens conscientes da importância do diálogo tolerante para aprender a conviver com a diversidade e a pluralidade. Por isso, este trabalho busca responder com mais ênfase as questões destacadas em verde na Figura 1: É possível desenvolver uma competência filosófica para a tolerância? Nossa resposta é positiva, motivo porque iniciamos nossa jornada reflexiva e propositiva sobre a tolerância, primeiro no contexto escolar de uma educação formal das aulas de Filosofia no ensino médio, depois no contexto informal de educação nos ambientes familiar e social dos alunos, tornando-os capazes de conviver com pessoas e grupos diferentes e plurais.

Introdução

A função da educação deve se dirigir ao desenvolvimento contínuo da pessoa e da sociedade como uma via, certamente entre outras, mas mais que outras, a serviço de um desenvolvimento humano mais harmonioso e autêntico, com vistas a diminuir a pobreza, exclusão, as incompreensões, as opressões, as guerras etc. (ZABALA, 2014, p.93).

Em vários documentos que regem a prática educativa e cidadã no mundo, em especial no Brasil, há a recomendação explícita da adoção de princípios e diretrizes que promovam a formação de uma conduta tolerante, especialmente em uma formação escolar diversa e plural. As sociedades contemporâneas colocam como prioridade em seus discursos a tolerância como um dos princípios a serem adotados pela educação¹. Uma educação para a tolerância e para os direitos humanos são agendas de governos que entendem que o progresso humano envolve a convivência com as diferenças em estado global, do reconhecimento de uma humanidade universal, como exposto no artigo 26 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948). Desde os últimos acontecimentos históricos em grande escala, como as duas grandes guerras e do que delas acarretaram (holocausto, nazismo e fascismo), autores como Theodor Adorno (1995, p.117), refletem sobre a necessidade de buscar alternativa para evitar a repetição de tais fatos históricos e das atrocidades como Auschwitz, símbolo da intolerância humana.

A promoção de uma educação para a tolerância passa por uma responsabilidade em assumir uma educação filosófica para os grandes temas das sociedades atuais, como é o caso da democracia e da tolerância como formação primordial e urgente, em especial em tempos de discursos de ódio e de um acirramento da violência, como constatado no pensamento atual², inclusive no contexto escolar com as falas e as ações dos jovens em formação.

¹ A conferência mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerância correlata da ONU, reuniu seus 193 membros, para colocar como medida de prevenção e erradicação do racismo, discriminação racial, Xenofobia e intolerância a educação em níveis nacionais, regionais e internacionais (ONU, 2002, p.25)

² Segundo dados da central nacional de denúncias de crimes cibernéticos da safernet, houve um aumento significativo do discurso de ódio no Brasil de 2017 a 2022, xenofobia, preconceito e intolerância de 67,7% (SAFERNET, 2022).

Atualmente, as democracias em quase todos os países enfrentam momentos cruciais de suas legitimidades (MOUNK, 2019, p. 228). O Brasil como um país democrático, vive esse cenário de deslegitimação de suas instituições e de um aumento da violência gratuita e institucionalizada. Qual seria o papel da educação pela construção de um mundo de reconhecimento, respeito e legitimação do outro como igual em direitos, oportunidades e legitimidade? A educação é um meio mais eficaz de mudança de postura e de amadurecimento de ideais civilizacionais condizentes ao ideal de homem republicano que almejamos e queremos? Qual o papel de uma educação para a tolerância para combater problemas sociais, como racismo, preconceito, fundamentalismo religioso e pensamento extremistas?

A inércia intelectual crescente em nossa sociedade fomenta um discurso empobrecido de verdade, responsabilidade e sapiência, levando uma grande parte da sociedade a adotar um comportamento de acirramento, rótulos e frases de efeito que são caminhos ao ódio e a ilegalidade.

O pensamento filosófico registra várias reflexões sobre a tolerância: uma delas é de Popper (2000, p.188), que enfatiza a responsabilidade da filosofia no processo de ensinar práticas racionais honestas, com a finalidade de promover um mundo de paz e prosperidade, por meio de uma educação para a tolerância; outra é a de Paul Ricoeur (1990, p.174), que enfatiza as duas ameaças a construção de um discurso sobre a tolerância, a “banalidade” e a “confusão”. Nessa mesma linha de pensamento, o educador Freire (2017, p.18) ressalta a necessidade de a sociedade brasileira romper com o obscurantismo e as distorções que levaram ao assassinato bárbaro do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos: “[...] que despertado pela dor indizível de seu corpo em chamas, se soube inapelavelmente morrendo, nos coloca, mais uma vez, a questão da tolerância”. Por isso, a importância em investigar a questão: É possível com o uso da cultura filosófica desenvolver uma estratégia educativa para a promoção e formação para uma cultura de paz e tolerância?

É comum no ambiente escolar, na prática educativa e na convivência com os alunos a observação de falas, pensamentos e comportamentos que revelam uma postura intolerante e um discurso de ódio (VINHA, 2023, p. 26). Em nossa época, as democracias contemporâneas enfrentam a intensificação de problemas gerados pela intolerância em todos os setores da sociedade, como:

o aumento da violência urbana, do terrorismo, da xenofobia, do nacionalismo crescente e agressivo, e do antissemitismo que insiste em reaparecer.

Historicamente, o Brasil apresenta vários problemas sociais responsáveis pela exclusão, marginalização e discriminação, fatores que alimentam tanto a violência quanto a intolerância (SCHWARCZ, 2019, p.101). Em sua maioria, as vítimas são as minorias étnicas, religiosas e linguísticas, os refugiados (haitianos, venezuelanos) e os grupos vulneráveis, como os autistas. A cada dia os brasileiros presenciam o aumento dos atos de violência divulgados pelos meios jornalísticos tradicionais e midiáticos, mostrando casos de intimidação cometidos contra pessoas que exercem sua liberdade de expressão e opinião. Comportamentos contraditórios que confundem liberdade de expressão com opressão, ações que ameaçam a consolidação da paz e da democracia no âmbito nacional, internacional e configuram um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social. Uma das competências do estado e os seus representantes é fomentar e desenvolver políticas públicas que garantam os direitos humanos, as liberdades fundamentais e ao discurso tolerante. A educação é um meio mais eficaz para prevenir e combater a intolerância, considerada pela UNESCO como “um imperativo prioritário”, como consta na *Declaração de Princípios sobre a Tolerância* (UNESCO, 1995, p. 15).

Em nossa época, somos marcados pela mundialização da economia e pela crescente e acelerada mobilidade humana, da comunicação, da integração e da interdependência, das migrações e do maciço deslocamento de grandes populações, da crescente urbanização e da transformação das formas de organização social. Hoje é visto que não existe quase nenhuma parte do mundo que não seja caracterizada pela diversidade (ROGER-POL DROIT, 2016, p. 63). Isso leva a uma escalada das tensões étnicas e culturais, em especial devido ao aumento do quadro de intolerância.

Por isso, nas reflexões de alguns autores constam categorias que expressam o quanto a tolerância se faz necessária no contexto atual para atender as exigências globalizadas atuais e, com isso, combater os discursos e as práticas intolerantes, como: “cosmopolitismo” (BOAVENTURA de SOUSA, 2003, p.56); “multiculturalismo” (TAYLOR, 1998, p. 54); e “análise da tecnocracia” (BOBBIO, 2000, p.46).

A promoção da tolerância e o aprendizado da mesma abre espaço para a formação do espírito, a oitiva mútua e a solidariedade, como observa Michael Walzer (1998, p.97): “[...] ensinar um currículo mínimo centrado em una história embelecida de la coexistencia y en las instituciones en las que se plasma dicha convivencia [...]”. A educação para a tolerância nos meios formais é um ótimo catalisador e multiplicador para outros espaços coletivos do diálogo tolerante e a promoção da paz. A família e a comunidade são grandes beneficiárias desse tipo de política educacional. Nossa época vivencia um crescente avanço tecnológico, em que as comunicações e os seus meios digitais desempenham um papel significativo em nossas vidas, que podem ser construtivos ou mesmo depreciativos para a vida, gerando riscos para a estabilidade social. Educar para a tolerância favorece o diálogo, o debate livre e aberto, propagando os valores da tolerância e denunciando os discursos de ódio, em que emergem ideologias fascistas e contrárias aos princípios democráticos.

Propor um ensino para a tolerância utilizando o conhecimento filosófico para intermediar essa formação é a proposta desse engajamento filosófico e educacional de pesquisa. Voltaire (1978, p.296) define a tolerância como o apanágio do homem, Norberto Bobbio (2000, p.51) coloca a tolerância entrelaçada com a democracia como virtude fundamental a convivência, e Paulo Freire (2017, p. 18) propõe uma pedagogia para a tolerância que atenda a realidade brasileira, com contrastes sociais, desigualdades e preconceitos. Os três autores contribuem de diferentes formas para a criação de uma competência educacional para a tolerância por meio de uma vivência prática histórico-dialética emancipatória e de amadurecimento intelectual de convivência social e espiritual em sala de aula. A instituição de uma tolerância democrática é fundamental aos dias atuais de acirramentos acalorados e de discursos de ódio.

Voltaire, um defensor da liberdade do século XVIII, criticava em sua época o fanatismo religioso e defendia o direito de todos os homens de expressar opiniões e crenças. Sua obra *Tratado sobre a tolerância*, de 1763,³ foi importante em sua época e ainda continua atual porque a intolerância ainda persiste e continua fazendo vítimas, independentemente do tempo e local, seja a Europa

³ A obra *Tratado sobre a tolerância* foi composta por Voltaire em 1763, em 2024 completa 261 anos. Mesmo depois de mais de dois séculos e meio ainda continua atual porque as suas reflexões lançam luz sobre as práticas intolerantes na interface política, religião e direito.

do século XVIII vivendo a intolerância religiosa que ensanguentava todo o velho continente, seja o Brasil com manifestações de intolerância na política com incidência religiosa. As práticas intolerantes são problemas sociais graves que precisam ser reconhecidos e combatidos com a formação de homens e mulheres tolerantes. Em sua obra, Voltaire (2000, p.33) dedica-se inteiramente a combater o fanatismo e a afirmar a liberdade religiosa e a tolerância política e ideológica. A convivência pacífica entre os homens como primordial para lidar com as diferenças. Defende a razão e o bom senso como guias importantes para combater as paixões cegas e desmedidas, e com isso, alcançar um mundo mais tolerante.

O filósofo italiano Norberto Bobbio viveu as décadas de 1930-40, em plena ascensão dos regimes totalitários, foi um combatente do fascismo, sendo até preso, foi uma voz ativa contra Benito Mussolini e seu regime totalitário. Participante ativo do jogo democrático, foi responsável em reestruturar o cenário político conturbado do pós-guerra. Ele fornece um olhar contemporâneo dos últimos acontecimentos históricos que levaram aos horrores da Segunda Guerra Mundial e defendeu até os últimos dias de sua vida a democracia e a tolerância como soluções contra o extremismo, o fanatismo, a ignorância e a cultura da violência. Bobbio (2000, p.30) faz uma leitura atual da democracia, em que coloca o regime democrático como: contrário a qualquer regime autocrático. Em sua concepção, a democracia precisa garantir a liberdade e alternativa de escolha, a decisão da maioria deve ser respeitada sem que isso limite os direitos das minorias. O filósofo de Turim, com esse conceito de democracia faz um apelo aos ideais fundamentais republicanos de tolerância, da não violência e do debate livre de ideias.

Paulo Freire (2017), em sua *Pedagogia da tolerância* considera a tolerância como um ato de aprender com o diferente. Para Freire, a tolerância é uma das qualidades fundamentais para o sistema democrático, pois torna os homens livres e responsáveis por si e pelo outro, na experiência do outro ele aprende a entender o diferente. O educador considera que tolerância se coloca como instância da existência humana, em que ambas as pessoas se toleram. Freire (1996, p.56) esclarece a educação como especificidade humana, um ato de interferência, de mudança. Para o educador pernambucano, a tolerância é uma virtude de convivência humana, qualidade de conviver com o

diferente e não com o inferior. A tolerância autêntica demanda respeito ao diferente porque é inerente a existência humana.

Com o conceito de tolerância de Voltaire, como condição necessária ao homem racional, e com a ideia de democracia tolerante de Norberto Bobbio, como valores fundamentais ao jogo democrático, assim como a tolerância emancipatória de Freire, pretende-se criar um diálogo em sala de aula que seja um promotor a uma educação para a tolerância e aos direitos humanos.

É com satisfação e otimismo que procuramos inserir o tema na tolerância no espaço escolar, em que o professor de Filosofia diariamente precisa defender sua legitimação no ensino público brasileiro, mostrar o seu protagonismo e engajamento político de defesa de seu espaço na formação de homens livres e autênticos. Contribuir para o aperfeiçoamento da atuação docente em Filosofia visa fortalecer cada vez mais o arcabouço didático-pedagógico do ensino de Filosofia, potencializando o seu protagonismo na cena educacional brasileira.

O mundo atual exige educadores mais conscientes e participativos das mudanças sociais, em especial das que atingem diretamente a formação humana. Por isso, o educador precisa pesquisar a realidade em que vive e atua, com a finalidade de propor estratégias de ensino, leituras e intervenção que lhe permitam modificá-la de alguma forma. É preciso conhecer como surge o discurso da intolerância, como funciona a sua atuação e como ela se sustenta, com a finalidade de intervir de forma mais eficiente, responsável e ética na promoção de uma cultura de paz e tolerância.

É preciso criar competências e habilidades que sejam canalizadoras de respostas mais eficazes a realidade escolar, e que prepare os jovens para enfrentarem as situações reais da vida e, com isso, possam dar respostas pautadas na ética, na dignidade humana, com empatia e alteridade. É preciso combater uma política de formação competitiva e desleal que leva ao individualismo obsessivo, causa da precarização da vida e das condições de uma existência coletiva e digna.

A educação para a tolerância precisa estar alicerçada em um desenvolvimento humano mais harmônico e autêntico, com vistas a diminuir as controvérsias sociais, como violência, discriminação e desigualdades de toda ordem. No contexto escolar, as incompreensões e as opressões não podem ser ignoradas, elas precisam ser estudadas com a finalidade de propor estratégias

educacionais que considerem o tema da tolerância um caminho de elaboração de uma competência para a tolerância, primeiro no contexto da sala de aula, depois em todas as relações sociais.

Precisamos enfrentar os desafios da vida contemporânea com o concurso da ciência e da filosofia, entendendo-as como justas e boas para o que queremos alcançar, a paz e a coexistência harmônica e justa, a formação tolerante é o caminho para se chegar ao aperfeiçoamento humano e não a sua regressão a instintos perversos e autodestrutivos. Devemos estar bem-informados filosófica e cientificamente com as grandes mudanças do mundo e de suas problemáticas, para assim poder formar jovens para a vida e a convivência plural e tolerante.

CAPÍTULO 1- FILOSOFIA E TOLERÂNCIA

O uso da balança nos procedimentos jurídicos-religiosos remetemo-nos ao mais remoto passado da Grécia, a civilização micênica, onde tudo era pesado, onde o intendente e a balança eram o olho do rei, sua justiça (DETIENNE, 1988, p. 27).

Uma das possíveis explicações para a origem do tema da tolerância nos períodos arcaicos e clássicos da Grécia antiga é a sua relação com a “balança” (*tálanta*)⁴, símbolo utilizado por Zeus para presidir os julgamentos e decidir a sorte ou o destino de alguém, seja de um guerreiro durante a guerra, seja nas relações sociais, jurídico-religiosa. Durante o julgamento, tudo era pesado, de modo que o intendente e a balança simbolizavam a justiça do rei (DETIENNE, 1988, p.27), e a paciência do julgado em aceitar o seu o resultado. O tema da tolerância também aparece na crítica que os sofistas fizeram a tradicional distinção entre gregos e bárbaros. Antifonte (2009, p.245) proclamou o princípio da igualdade originaria entre os homens, desafiando uma mentalidade segregacionista que distinguia os cidadãos dos não cidadãos (bárbaros, metecos e escravos):

[...] agimos como bárbaros uns em relação aos outros, enquanto por natureza todos em tudo nascemos igualmente dispostos para ser tanto bárbaros quanto gregos. É o caso de observar as coisas que por natureza são necessárias a todos os homens: a todos são acessíveis as mesmas capacidades, e nem todas essas coisas nenhum de nós é determinado nem como bárbaro nem como grego. Pois todos respeitamos o ar pela boca e pelas narinas [versão DK e U:] e comemos todos com as mãos. [versão BDC e P:] e rimos quando nos alegamos no espírito ou choramos quando sentimos dor; e pela audição acolhemos os sons; e pela luz do sol com a vista vemos; e com as mãos trabalhamos/ e com os pés caminhamos (...) [versão BDC]: segundo a medida do que agrada, cada um dos homens e eles em conjunto se reuniram e estabeleceram as leis [...] (Fragmento 44b).

Hípias (2005, p. 198) é outro sofista que discorda das fronteiras geográficas impostas pela sociedade grega, propondo uma lei universal da humanidade, em que reconhece a legitimidade dos costumes e crenças para

⁴ O verbo *ταλαντεύω* em grego apresenta os seguintes significados: 1 balançar, manter em equilíbrio; 2 ver oscilar, ver suspenso; 3 pesar, apreciar, avaliar; 4 pender, sofrer inclinação; 5 ser mantido em suspenso; 6 estar indeterminado, indeciso; 7 ser inclinado, pender, pender como prato de balança; 8 oscilar. (MALHADAS, 2007, p.104).

todas as pessoas. A concepção de Hípias aparece no diálogo *Protágoras* de Platão:

[...] homens aqui presentes, creio que todos vós sois presentes, familiares e concidadãos por natureza, e não por convenção. Por natureza, o semelhante é parente do seu semelhante, enquanto a convenção tirana dos homens, constrange-os de muitas maneiras contra a natureza [...] (PLATÃO, 337c, 2005).

A descrição do sofista da natureza humana em separado de qualquer convenção, toma uma característica vanguardista nos estudos (no que hoje chamamos) etnográficos da humanidade, abrindo caminho aos estudos sobre o tema da tolerância.

Realizando um salto na história da filosofia no tema da tolerância chegamos aos herdeiros desses pioneiros gregos que são signatários desse trabalho reflexivo e educacional de uma educação e de uma promoção cultural para a tolerância. Voltaire no período moderno e Norberto Bobbio na contemporaneidade são importantes na formação de uma personalidade tolerante que permite a coexistência com as diferenças. Assim como Antifonte e Hípias impulsionaram reflexões, debates e denúncias que atravessam a história da filosofia, Voltaire, Norberto Bobbio e Paulo Freire seguem o mesmo caminho, ao pensar e produzir novas reflexões sobre o tema da tolerância.

Em nossa atuação filosófico-educacional, almejamos compreender o tema da tolerância em diferentes abordagens e época, principiando com o filósofo Voltaire.

1.1- VOLTAIRE: Reflexão filosófica sobre tolerância.

Lutou contra ateus e fanáticos, inspirou tolerância e exigiu direitos humanos contra a servidão do feudalismo.⁵

François-Marie Arouet, mais conhecido pelo seu pseudônimo Voltaire,⁶ tem na tolerância sua marca, seja nos meios acadêmicos ou na população em geral. É comum atribuir a ele uma frase que de alguma forma faz uma leitura de

⁵ Epitáfio que consta na tumba de Voltaire no Panthéon em Paris, na França.

⁶ Voltaire foi dos filósofos iluministas mais importantes, defensor das liberdades individuais e da tolerância. É considerado como um dos grandes inspiradores da Revolução Francesa.

sua vida intelectual em defesa de um mundo mais justo e tolerante: “posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las.”⁷

Em sua época, Voltaire combateu o fanatismo motivado pela vaidade de quem acredita estar sempre certo e não dá espaço para o discurso dos outros e nem para as necessidades dos outros. Em muitos casos, é justamente a vaidade e a intransigência de alguns que levam homens aparentemente tranquilos a cometerem atrocidades inesperadas e inimagináveis. Olhar para a sua falibilidade é um primeiro passo para a abertura de um mundo de exames e de elevação da condição humana que se emperra na ignorância, no discurso de ódio e na injustiça.

A abertura ao conhecer e ao aprender esbarra em um mundo intolerante e violento, onde muitos homens são movidos mais por instintos e impulsos, do que por raciocínios ponderados e reflexivos. A circunspeção de Voltaire (1978, p.469) pode ser colocada em sua definição de tolerância: “é o apanágio da humanidade. Todos nós estamos repletos de fraquezas e de erros; perdoemo-nos reciprocamente nossas tolices, é a primeira lei da natureza”. O pensador considera que a tolerância, assim como a razão, é um benefício dado pela natureza ao ser humano, a despeito da sua condição perecível e limitada, pois o homem apresenta falhas e acidentes passíveis de correção pela tolerância a primeira lei da natureza. Em suas reflexões sobre a tolerância, Popper (1996, p.190) considera o filósofo iluminista como a expressão da honestidade intelectual, em que a tolerância é colocada como uma característica do ser humano, como um atributo inerente à sua condição e às suas relações humanas.

Reconhecer que os homens não são perfeitos é o primeiro passo para a adoção de uma atitude tolerante para a construção de uma educação melhor para a humanidade. Se a tolerância é uma característica inerente ao ser humano e dela devemos partir para chegar a uma meta, que meta seria essa? Uma possível resposta seria a construção de caminhos para a promoção da paz entre os homens. O que podemos depreender da definição de tolerância de Voltaire é um primeiro passo para pensarmos em uma educação para a tolerância, por

⁷ Apesar da frase ser atribuída a Voltaire, ela foi utilizada por Evelyn Beatrice Hall para ilustrar as crenças do pensador iluminista, na sua biografia sobre o autor, denominada “Amigos de Voltaire.”

meio de nossa capacidade para perceber nossa modéstia condição humana diante da vida e diante do outro.

Voltaire como um dos defensores da liberdade no século XVIII defendia o direito de todos os homens expressarem as suas opiniões e crenças. No tempo de Voltaire a intolerância se apresentava pela ruptura do universalismo religioso com o surgimento das igrejas reformadoras e das seitas heréticas, com continuação em outras culturas e épocas, a exemplo do Brasil, que enfrenta nas últimas décadas problemas sociais graves que precisam ser reconhecidos e combatidos com a formação de homens e mulheres tolerantes.

Qual a diferença do caso de Jean Calas⁸ ocorrido na França no século XVIII e o clima polarizado e intolerante que o Brasil vivencia nos últimos anos? A não ser pela diferença espacial e temporal, nos parece que o *modus operandi* é o mesmo. Em sua época, Voltaire (2000, p.03) refletiu sobre um acontecimento que considerou paradigmático de intolerância, com repercussão em épocas posteriores, o que nos permite entender de que forma a exaltação da imaginação popular pode conduzir à ações injustas e intolerantes.

Por mais que a época e a cultura de Voltaire (séc. XVIII) tenham avançado em todas as áreas do conhecimento, com registro de progressos significativos em termos intelectuais, mesmo assim, o fenômeno do fanatismo exerceu os seus efeitos, suplantando dessa forma os avanços da razão. Por isso, a prevalência da razão sobre o fanatismo é o imperativo para a promoção da tolerância. Refletir sobre a tolerância, como fez Voltaire em seu tempo, é olhar a condição humana, considerar as suas escolhas, ações e os seus efeitos na vida social. A filosofia teve e ainda tem o papel de despertar os homens de sua ignorância, uma das razões da manifestação do fanatismo. O fanatismo pode ser comparado a uma doença social que ainda insiste em aparecer, o que exige um tratamento preventivo e terapêutico sob a forma de uma adequada formação do espírito.

Para Voltaire (2000, p. 33), a intolerância é antinatural, pois ela vai de encontro ao grande princípio humano: “não faças o que não gostarias que te

⁸ No dia 09 de março do ano de 1762, o francês Jean Calas, um pequeno comerciante de tecidos da cidade de Toulouse havia mais de quarenta anos, um sexagenário, foi condenado à morte pelo pretenso assassinato do seu filho mais velho, Marc-Antoine Calas, um jovem forte e saudável. Famoso por ter sido vítima de erro jurídico, devido a professar a fé protestante. Na França ele é um símbolo da intolerância religiosa. A obra *Tratado sobre a tolerância* foi escrita logo após a morte Jean Calas por Voltaire, é um convite à reflexão da tolerância e uma denúncia ao fanatismo que levou a morte injusta do senhor Calas.

fizessem.” Os homens são seres sociais, e por essa condição precisa identificar elementos essenciais para a mínima convivência, pois sem ela ficaria impossível viver coletivamente. Partimos desse princípio, com base universal e imperativa para reconhecer minimamente o outro, sua dignidade e sua existência, primeira condição para outras realidades sociais. Em sua obra, Voltaire defende o princípio da coexistência pacífica entre os diferentes como o caminho para efetivação dos direitos básicos do ser humano. O que seria mais estranho na natureza humana do que a imposição e a arbitrariedade que procura negar a riqueza da vida no planeta. O que a história nos ensina é que toda às vezes que o homem tentou eliminar a diversidade, ele incidiu no erro da eugenia que comprovadamente é antinatural a evolução natural das espécies de vida que permitiram ao nosso planeta ser o único em abundancia numérica de espécies de vida. Voltaire (2000, p.33) escreveu sobre os perigos em impor a vontade única sobre os outros seres da seguinte forma:

[...] “acredita no que acredito e no que não podes acreditar, ou morrerás.” “crê, ou te abomino; crê, ou te farei todo o mal que puder; monstro, não tens minha religião, logo não tens religião alguma: cumpre que sejas odiado por teus vizinhos, tua cidade, tua província.

O trecho explanado por Voltaire em termos religiosos vai de encontro a tudo o que a natureza demonstra, a harmonia na diferença. A riqueza do mundo e suas conquistas em todos os setores da vida residem na diversidade e na convivência com o diferente. A tentativa de uniformização dos pensamentos e das coisas seria contrário a diversidade e negaria a coexistência de todos os seres, racionais e irracionais. Mas insistentemente aparece em nossa história elementos antinaturais, como a eugenia e as políticas de raças superiores hierarquizadas que, como desvio em relação a norma racional prega uma ideologia hierárquica de uniformização e eliminação da diversidade. A estrutura da polarização da intolerância é explicada por Braga (2020, p. 22):

[...] o trabalho da comunicação humana não é o de apagar as diferenças, o que seria constitutivamente impossível, e sim o de viabilizar articulações entre estas, buscar que os tensionamentos resultantes da diversidade sejam produtivos ou superáveis, evitando a geração de rupturas e reduzindo a probabilidade de violência e opressão. É a comunicação que reduz o relativismo das coisas, produzindo sentidos sociais comuns.

A comunicação como expressão da subjetivação humana não está programada para a uniformização e a eliminação das diferenças, mas sim em criar pontes de diálogo e entendimento entre as pessoas. A comunicação tolerante de reconhecimento e aprendizagem do diferente é da natureza humana. Voltaire (2000, p. 35) observa que: “todos os povos de cuja história temos algum conhecimento consideram suas diferentes religiões como pontos de união entre eles: tratava-se de uma associação do gênero humano”. Nós seres humanos almejamos e buscamos constantemente superar nossas dificuldades e gerar benefícios numa maior quantidade e proporção possível. Nesse processo de busca, encontrando racionalmente o melhor caminho desde que estejamos abertos ao diálogo com os outros homens.

Braga (2020, p. 25) ressalta que a intolerância é o resultado dessa antinaturalidade da comunicação entre os homens, onde a pluralidade se esvai em binarismo e a riqueza da diversidade se entrega a uma duplicidade artificial. Neste tipo de “realidade” não há espaço para o diálogo entre as pessoas, o que leva a desconexão e a violência simbólica ou mesmo chegando à violência física. Em que o único foco nessa estrutura polarizada da intolerância está a exaltação da política do nós e eles. Nesse tipo de realidade não há pontes de diálogo e comunicação, mas sim um reforço na diferenciação excludente e segregadora (VOLTAIRE, 2000, p. 63). Esse cenário somente reforça e produz homens e grupos rebeldes com causas duvidosas ou hipócritas que se julgam melhores do que os outros.

Mas como formar homens tolerantes e virtuosos? Para Voltaire (2000, p.92), a persuasão e não a imposição são os caminhos, a experiência sempre nos revela que por meios violentos só inflamamos o ódio e a banalidade. Assim como Voltaire ponderou em sua época e Norberto Bobbio (2002, p. 151) constatou nos tempos atuais, a tolerância tem os seus caminhos de eficiência na formação dos homens por meio da persuasão. A questão que surge é, que persuasão é essa? A “persuasão” estimulada e adotada pelos gregos em seus discursos, oriunda do vocábulo grego πειθώ (*peithó*).

Aristóteles, na *Retórica* (1356a, 2005, p. 97), estabelece uma diferenciação entre persuasão como mero discurso flório que leva a aceitação de uma ideia sem ter o compromisso com a verdade, e a persuasão que conduz a verdade. Assim como o estagirita, Voltaire nos convida a usar da tolerância

como meio persuasivo para apaziguar as diferenças, criar uma cultura de tolerância, uma coexistência pacífica entre as diferenças, fazendo do uso no discurso tolerante como persuasão, e tendo como meta a verdade ou mesmo a sua aproximação. Quando tomamos uma postura convicta e estamos em uma discussão com o outro que pensa diferente das nossas convicções, somos levados, dentro do discurso racional, a uma síntese, como diz Platão n'A *República* (VI, 501d, 2005, p. 595-596), temos como objetivo último a atingir a verdade, somos apaixonados pelo ser e pela verdade. Em sua época, Voltaire (2000, p. 55) ressaltou a importância da busca da verdade como forma de combater o fanatismo em dois trechos: 1- “a mentira por muito tempo iludiu os homens; está na hora de conhecer o pouco da verdade”; 2- “a experiência nos ensina que a violência é mais capaz de irritar do que de curar um mal que tem suas raízes no espírito.”

O que Voltaire chamou a atenção em sua definição de tolerância foi a noção da condição humana de sua fragilidade e fraqueza. É no reconhecimento dessas limitações que fazemos mais e com mais presteza as coisas, manter os homens em uma postura vaidosa e arrogante somente torna os homens fracos e supersticiosos, produzindo ações violentas. O que seria mais fraco e supersticioso e mesmo perigoso do que odiar o próximo por suas convicções e opiniões diferentes (VOLTAIRE, 2000, p. 116). Não podemos partir de verdades absolutas, como dogmas que levam ao fundamentalismo, ao fanatismo, às disputas inflamadas e à violência, como afirma André Comte-Esponville (1999, p.128), em seu *Tratado das virtudes*, a intolerância se faz presente tomando forma de uma tirania do verdadeiro.

Voltaire (2000, p. 117) escreveu que: “quanto menos dogmas, menos disputas; e quanto menos disputas, menos infelicidade.” Quando o homem apresenta uma certeza indiscutível de suas convicções, ele pode se tornar radical, originando dessa forma ações intolerantes. Para resolver isso, como afirmou Voltaire (2000, p. 121): “não é preciso uma grande arte, uma eloquência muito rebuscada, para provar que cristãos devem tolerar-se uns aos outros. Vou mais longe: afirmo que é preciso considerar todos os homens como irmãos.” Conforme o axioma de Euclides, duas coisas iguais somadas com uma terceira são iguais entre si, ou seja, tem mais coisas que nos une do que nos separa. Em sua obra, Voltaire (2000, p. 125) observa “que todas essas pequenas nuances

que distinguem os átomos chamados homens não sejam sinais de ódio e perseguição.” Como exemplo, o autor retrata *Cândido*, que após acordar de um dogma (Melhor dos mundos possíveis) rejeitou tal verdade absoluta, e como consequência experimentou muitas dificuldades, sendo retratado por Voltaire (2012, p. 137) como um personagem que: “é preciso cultivar o nosso jardim”.

É preciso desnudar a vida como fez Voltaire, mostrar aos homens que o contexto social exige atenção e reflexão, procurando descobrir o que foi velado por interesses adversos aos interesses de todos os homens, motivo porque o autor (2000, p.126) recomenda:

[...] que empregemos o instante de nossa existência para abençoar igualmente em mil línguas diversas. Que façamos muitos instantes de reflexão, crítica e educação de nossas condições e que o instante de nosso ser perecível seja mais justo e de paz.

O *Tratado sobre a tolerância* é um achado único, pois transforma o instante da vida em um momento de reflexões sobre as verdades e ponderações da vida. Comte-Sponville (1999, p. 129), ao se referir a Voltaire, concorda que a tolerância tem a ver com a humildade e dela decorre, amar a verdade é também aceitar a dúvida que ela gera, e para isso é preciso ser humilde e misericordioso.

Mas quais ensinamentos Voltaire nos deixa para uma educação para a tolerância? O que constatamos de suas reflexões sobre a tolerância é a adoção de uma postura e um modo de ser no mundo construído com base no respeito aos direitos dos homens, como consta em sua lápide no panteão dos grandes nomes franceses, em Paris, “Il luttait contre les athées et les fanatiques, inspirait la tolérance et réclamait les droits de l'homme contre la servitude du féodalisme.”⁹ Com sua obra e ações o pensador inspirou a tolerância e forneceu os princípios dos direitos humanos, além de incentivar o seu ensino as futuras gerações. Com isso, podemos inferir que Voltaire pode ser considerado também como um educador, se entendermos que educação é uma prática social que visa ao desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades, habilidades e competências. Uma educação para a existência pacífica entre os homens, dentro de suas muitas diferenças, reconhecendo nossa condição humana de fragilidade e erro e principalmente de instantes de reflexão e policiamento do que

⁹ “Lutou contra ateus e fanáticos inspirou tolerância e exigiu direitos humanos contra a servidão do feudalismo.” (Tradução do autor).

estamos fazendo, pensando e agindo. Se para um jovem estudante que tem que ter habilidade e competências para ler e interpretar um texto, ele tem que ter habilidades e competências também para enfrentar as relações sociais e os desafios que ela coloca para a vida atual.

Ensinar a competência e a habilidade da tolerância como Voltaire desenhou em seus escritos e trazê-lo ao nosso cotidiano de vida é o caminho traçado neste texto. Mobilizar habilidades emocionais e cognitivas, atitudes, valores e saberes, são competências que Voltaire trabalha ao longo dos seus textos. Mas para trabalhar com a tolerância como competência educacional precisamos colocar a mesma em seus limites, formas e identidade. É importante conhecer as muitas facetas da tolerância, do seu uso pelas pessoas, seus contextos e limites de uso, permitindo dessa forma realizar uma síntese da tolerância para ser adotada como educação para a tolerância.

Vamos avançar alguns séculos e nos encontrar com Norberto Bobbio duzentos e sessenta anos depois de Voltaire. A procura dessas muitas perspectivas de uso da tolerância para assim chegarmos a um denominador comum de uso formativo para o ensino-aprendizagem da tolerância.

1.2- NORBERTO BOBBIO: Política e tolerância.

Qualquer ação é justa se for capaz de coexistir com a liberdade de todos de acordo com uma lei universal, ou se na sua máxima a liberdade de escolha de cada um puder coexistir com a liberdade de todos com uma lei universal.¹⁰

Quando Norberto Bobbio se propôs a buscar as razões da tolerância nas relações humanas, o filósofo de Turim fez uma profunda e importante análise das facetas da tolerância e do seu antônimo, a intolerância. Para ele, não é possível pensar o ser tolerante sem falar desse outro, o intolerante, fazendo isso Norberto caminha ao bom senso filosófico, importante aqui para a construção de uma competência educacional formativa para a tolerância.

¹⁰ KANT, Immanuel. *Metafísica dos costumes*. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2003, p. 67.

É no seu histórico factual-dinâmico ao longo do tempo que Bobbio realiza a sua análise cotidiana humana de convivência e onde aqui se abre um pleonismo, conviver é ser tolerante e ser tolerante é convivência. Se a necessidade de tolerância surge como pauta humana em um primeiro momento religiosa (mas que não se perde, continua com o tempo) e posteriormente ganha corpo político, as duas temáticas, religiosa e política, se juntam com a problemática contemporânea da convivência com as minorias, étnicas, linguísticas, raciais. É o reconhecimento do “diferente” (homossexuais, loucos e deficientes) e da necessidade de legitimidade de sua pluralidade nos tempos atuais que levou a ONU (2002) a criar uma nova nomenclatura para se falar de intolerância, a “intolerância correlata”, proposta na conferência de Durban sobre o racismo, xenofobia e intolerância, um retrato de nossos tempos.

A intolerância ganha corpo e formas diferentes e se torna uma questão fundamental, como se pode depreender da questão feita por Bobbio (2004, p. 86): “como são compatíveis, teórica e praticamente, duas verdades opostas?” Perguntas como essa levantadas pelo filósofo trazem para o centro de nossas vidas o tema da tolerância e suas correlações com os muitos temas “polêmicos” e “tabus” de nossa sociedade contemporânea. Preconceitos radicados profundamente e estranhos em nossa sociedade brasileira apresentam formas insensatas e alicerçadas no julgamento afetivo dos homens, alimentados por eventos que se alastram pelas mídias digitais e tecnológicas confundem e abrem um mar de percepções e ações intolerantes. Norberto Bobbio nos convida a pensar e a construir um *modus vivendi* e olhar a tolerância como seu núcleo de construção.

Aceitar e adotar a verdade de modo acrítico sem análise da tradição aceita de forma arrogante e sem discussão é contrário a tolerância que almejamos e queremos. A possibilidade de convivência com as diferenças passa pela análise reflexiva das perspectivas da tolerância que se aperfeiçoou e se diversificou no ritmo de evolução social de nossas vidas citadinas e tecnológicas. Pensar em uma educação para a tolerância, é pensar nesses pormenores que não deixam de ser importante. A Figura 2, tirada da internet, ilustra que a verdade pode se apresentar em ângulos e perspectivas diferentes:

Figura 2- Verdade em perspectivas.



Fonte: *Quebrando o tabu*, disponível em: www.facebook.com/quebrandootabu/photos/a.

A imagem ilustra ângulos e perspectivas díspares e nos ajuda a entender como o nosso ponto de vista, as nossas ideologias, as nossas crenças determinam o que vemos e consideramos como “verdade”. Às vezes, consideramos o sentido absoluto arraigado em fundamentalismo radical e em discursos de ódio. Quando percorremos o caminho ao bom uso da razão humana nos dirigimos para um outro lado, o da legitimidade, o da compreensão e da honestidade/humildade intelectual defendida inicialmente por Voltaire e depois reiterada por outros pensadores, como vista no texto acima. Mas precisamos colocar limites para não cairmos em arbitrariedade instrumental acrítica, onde um ponto de vista se torna dogmatizado, impositivo e violento. Como Rawls (2000, p.229) idealizou, a tolerância tem que adotar como pauta um interesse comum coletivo e os seus limites devem estar alicerçados na dignidade da vida humana, quem ameaçar ou comprometer a vida e a existência humana deve ser impedido pelos limites da tolerância. Esse limite é importante, para que não venhamos a adotar pautas absurdas, obscurecendo com isso as pautas políticas como a exigência ao direito a pornografia irrestrita (BOBBIO, 2004, p. 89). Para que os homens não caiam em uma contradição paradoxal da tolerância, é preciso manter a tolerância na base dos argumentos racionais críticos de nossa condição humana (POPPER, 1974, p. 289).

Norberto Bobbio (2004, p. 87) como um sensato intelectual coloca os homens em uma condição de princípio primeiro, para que eles tenham condições de perceber a sua condição basilar de vida e relação e que possam dar conta das circunstâncias e situações a que estão submetidos. Para Bobbio, o “princípio de reciprocidade” está na base de qualquer convivência humana pacífica, se os homens são iguais em termos legais, é no princípio da reciprocidade que se abre a possibilidade de convivência com os outros homens nas suas peculiaridades e diferenças, base para o respeito, a compensação equitativa das diferenças. Quando o homem parte do princípio da reciprocidade ele está fundamentando a convivência em um horizonte de caminhos sociais, ele vai lidar com outras relações humanas, o que implica entender e respeitar os muitos atores sociais, incluindo as suas idiossincrasias.

Numa escala de boas razões civis, Bobbio coloca o aperfeiçoamento da tolerância de um mero uso da força e intimidação para a persuasão como um meio eficaz de trabalhar a tolerância em sentido pleno. O método da tolerância por meios persuasivos, procedendo de modo racional e como promoção da paz tem na natureza da verdade sua ligação. A verdade por convicção íntima e não por imposição, se faz presente pelo respeito a pessoa alheia e toma forma de um dever moral para com a natureza própria da verdade.

Se a verdade, como mostrado acima tem suas nuances, a tolerância para Bobbio (2004, p. 89) tem que ser analisada em suas perspectivas para se chegar a um denominador comum. Uma educação para a tolerância necessita dessa discussão angular, se queremos chegar a uma ação formativa para a tolerância, nada melhor do que considerar as suas diferentes facetas. Se a tolerância tem boas razões morais de existir, em especial as virtuosas, a intolerância tem sua importância em falas de indignação como: “Isso é intolerável”; “Como fomos capazes de tolerar isso...”.

Em suas reflexões, Bobbio identifica dois significados para o termo tolerância, um positivo e outro negativo, assim como a intolerância, tem dois significados, positivo e negativo. Para fins didáticos, organizamos os quatro termos da seguinte forma:

Tabela 1: Os quatros termos da tolerância de Bobbio.

Tipos	Características
Tolerância positiva	-Respeito a consciência alheia, inerente a própria natureza da verdade, exclusão de tudo o que pode causar dano ao indivíduo e a sociedade.
Tolerância negativa	-Indulgência culposa, condescendência com o mal/erro, falta de princípios, falta de amor à vida, cegueira de valores, indiferença com a verdade.
Intolerância positiva	-Com o sentido de severidade, rigor e firmeza.
Intolerância negativa	-Expressa a exclusão do diferente, causa dano ao indivíduo e a sociedade.

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2023).

Se para Bobbio (2004, p. 90) a tolerância tem seu núcleo no reconhecimento do igual direito a conviver com o outro, cabe verificar se a intolerância negativa não pode ser utilizada para discutir ou propor uma educação de competência para a tolerância, pois por si só ela leva a destruição social e ao impeditivo a paz. A paz é uma meta no horizonte de uma educação para a tolerância, especialmente em uma sociedade plural, intercultural e diversa, em que os espaços se diminuem e cada dia, em que os homens vivem em cidades em que o conviver com a diversidade, os conflitos e as querelas são mais constantes e requerem mecanismos de formação humana de convivência, competências capazes de tratar e lidar com esse novo mundo e essa realidade que se impõe como desafio e urgência. Em nossa época, o mundo vive a era dos extremos sociais e ambientais que exige que os homens reflitam, proponham e adotem alternativas políticas, sociais, ambientais e educacionais que combatam a deslegitimação do outro, a banalidade da vida e a precarização da existência. É urgente pensar de que forma chegamos ao quadro atual de intolerâncias e que mundo almejamos e queremos chegar.

Diante dessa constatação a intolerância negativa se torna nociva e criminosa as nossas metas de formação republicana e humanista. Agora precisamos analisar a “tolerância negativa”.

Bobbio (2002, p. 150) observa que a reflexão e a discussão do tema da tolerância em nossa sociedade manifestaram-se num primeiro momento como

uma forma limitativa, como aceitação de tudo, em que o erro poderia ser aceito e utilizado com justificativa para ações injustas. Se entendermos que a tolerância é o respeito dirigido ao que consideramos um bem, a tolerância negativa é dirigida aquilo que consideramos como um mal, mas que por conveniência de prudência não se impede, apesar de que se possa impedir. Para que a tolerância ganhe corpo positivo, é preciso superar e aperfeiçoar essa visão menor e limitativa, essa lógica de maiores ganhos e menores perdas, como observou Marcuse (2007, p.28) e que se assemelha a tolerância repressiva: “[...] o que hoje, em muitos casos, é proclamado e praticado como tolerância está, em muitas de suas manifestações mais afetivas, servindo a causa da opressão”. A tolerância negativa em muitas situações da vida humana toma forma de negligência e imprudência no trato com as questões sociais. Devido à crescente desigualdade social e pobreza, constata-se situações de condescendência da destruição de valores fundamentais a dignidade humana ou mesmo a relativização da vida humana, como confundir liberdade com libertinagem, ou mesmo com o crime.

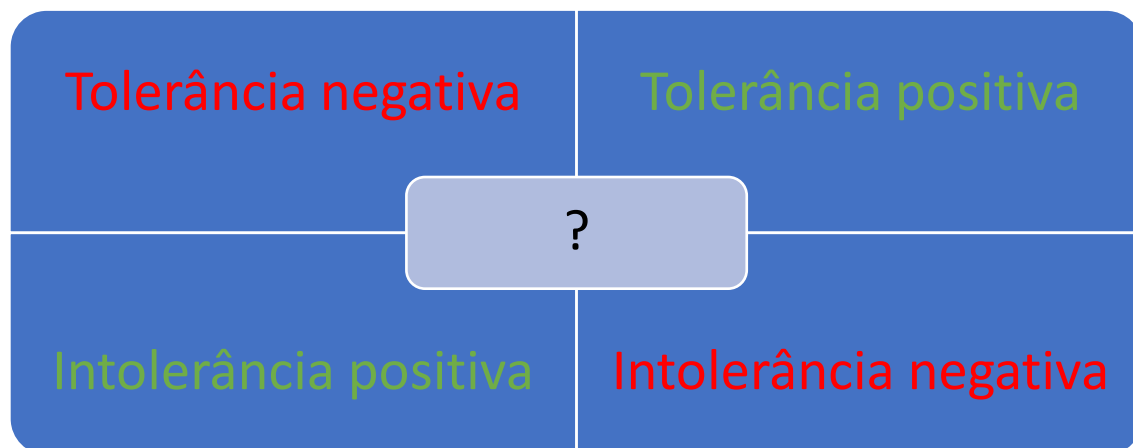
Até o momento de nossa análise ficaram dois aspectos da tolerância (intolerância) a serem observados nessa nossa empreitada filosófica de pesquisar e refletir sobre a natureza própria da tolerância e do que ela é: a tolerância positiva e a intolerância positiva. Para Bobbio (2002, p. 152), “entre os dois extremos, ambos puramente fantástico, existem muitos graus intermediários”. Neste ponto adentramos nos limites da tolerância, não podemos ser tão permissivos ao ponto de observarmos o fim da tolerância, não podemos ficar calados diante da truculência e da maldade cometidas contra os seres vivos, racionais ou irracionais. Devemos sim, nos indignar e não aceitar ou mesmo ficar calados diante de atos nocivos e perigosos. Mas é preciso dosar nossa indignação para que ela não venha a se transformar em cegueira colérica e ocasione irascibilidade ou mesmo violência gratuita.

Temos que ser severos na proteção e existência humana? Sim! Temos que ser rigorosos em nossas posições em relação a dignidade humana e aos direitos humanos? Sim! Temos que ser firmes na permanência de uma vida mais justa igualitária e equitativa? Sim! O respeito a consciência alheia passa pelo direito a vida, e tudo o que ameace a existência de um outro homem não deve

ser tolerado, propor a criação de um partido nazista com a alegação de liberdade democrática de expressão é atentar contra a segurança e a existência de outros grupos étnicos, como os judeus e os ciganos. Devemos excluir tudo o que pode causar dano ao indivíduo e a sociedade, não somente no campo democrático, mas também em outras formas de governo. Entendo a democracia como esse regime de governo que se confunde com a própria tolerância. Para isso, precisamos defender o jogo democrático da tolerância, da irmandade, da não-violência, da renovação gradual da sociedade através do livre debate de ideias (BOBBIO, 2000, p. 51).

Se estamos falando de uma criação de habilidades e competências educacionais para a o exercício pleno e democrático da tolerância, Bobbio fornece uma boa contribuição ao impasse da definição da tolerância, tão fundamental ao debate em torno do tema da tolerância, que não significa tolerar tudo, mas ao mesmo tempo não pode insuflar a arbitrariedade que leve a um dogmatismo ou mesmo ao fundamentalismo. Aqui a linha é tênue e, em alguns casos, confusa. Para isso, é preciso esclarecer a natureza da tolerância para a finalidade que almejamos, a proposição de uma educação para a tolerância. Até aqui excluimos a tolerância negativa pelo seu caráter limitativo e permissivo, também excluimos a intolerância negativa pelo seu caráter prejudicial e ilegal, considerando que o mesmo vai de encontro ao que é defendido neste capítulo. A Figura 3 ilustra as possibilidades e confusões entre as significações em torno do termo (in)tolerância:

Figura 3: Significações de tolerância e intolerância.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Com base no raciocínio traçado neste item ficamos com duas definições importantes de Bobbio para o que queremos chegar, e excluimos outras duas pelo seu caráter pouco ou nada produtor. Entretanto, surge uma importante interrogação: qual a posição central entre a tolerância positiva e a intolerância positiva? Aristóteles (IV, 1125b 25-35, 2017), na *Ética a Nicômaco*, menciona a “tolerância” (πραότης) como o termo médio entre a irascibilidade e a falta de cólera:

Porque o gentil quer permanecer imperturbável e não quer ser levado pela emoção, e apenas o sentido orientador lhe poderá prescrever as situações em que deve se irritar e durante quanto tempo. Ou seja, o gentil parece pecar mais por defeito, por que não é do tipo vingativo, mas mais do gênero que perdoa.

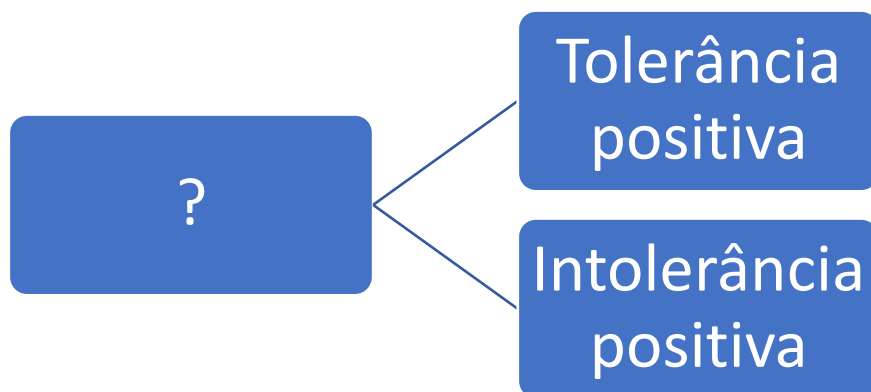
Se queremos propor um espaço de compreensão, de aceitação e maturidade no pensamento e nas decisões, as ações devem ser conduzidas de forma moderada e serena, em que as polaridades devem ser evitadas, pois são obstáculos ao desenvolvimento intelectual responsável e a indignação produtiva, condições indispensáveis a busca da verdade. É preciso considerar as diferenças de ser e pensar entre as pessoas, sem considerá-las como inimigas que não conseguem coexistir num mesmo espaço físico e social.

Para quem atua como professor é visível a existência de experiências diversas que se apresentam no chão de sala de aula, é primordial aprender a lidar com essa realidade de forma calma, moderada e tolerante. Como uma mediania, a tolerância deve ser procurada e adotada, para que assim os valores humanos sejam trabalhados com mais honestidade e veracidade em sala de aula. Um professor que se propõe a adotar um espaço de formação tolerante deve estar ciente de sua condição diplomática e democrática em sala de aula, transformando a sala de aula em um laboratório de respeito ao outro e a sua pluralidade de pensamento. Somente dessa forma os alunos podem aprender a conviver com o diferente de forma equitativa singular e responsável.

Com base em nossas reflexões, podemos inferir que a tolerância se relaciona com a práxis humana em estreita relação com algumas palavras chaves: paz, respeito, reconhecimento, liberdade, justiça, igualdade e equidade. Como uma espécie de hermenêutica da convivência humana, onde o não compreendido se faz compreender, onde os discursos mal interpretados exigem interpretação, construindo bases racionais e seguras para o inteligível e para a proposição do que se busca alcançar. A tolerância é um princípio de ação, é condição fundamental ao ensino de filosofia nas escolas da Educação Básica, decreto fundamental às posturas adequadas que o professor deve adotar em sua prática profissional.

Assim como o estagirita em sua época, Bobbio procura em seus textos uma medianidade das coisas próprias com base na busca de distinção entre a tolerância positiva e a intolerância positiva. Por isso, a questão sobre o meio-termo entre a tolerância positiva e a negativa é importante para as nossas reflexões. Essa abordagem de Bobbio conduz a tolerância para outro patamar de análise. Enquanto a tolerância positiva é sinônimo de respeito a consciência alheia que está vinculado a natureza da verdade, onde exclui qualquer tipo de dano ao indivíduo e a sociedade, a intolerância positiva traz em si um rigor e uma severidade na postura firme de quem se vê indignado por um ato inaceitável, conforme ilustra a Figura 4:

Figura 4: Tolerância como justa indignação.



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2023).

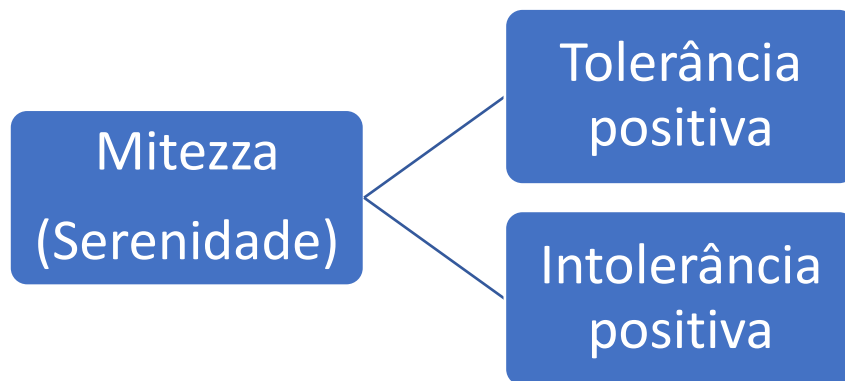
Na modernidade, Kant (2003, p. 67), na *Metafísica dos costumes*, propõe a coexistência da vontade livre da escolha individual em subsistir com as escolhas livres de todos os homens segundo uma ordem universal. Nesta concepção, liberdade de uma pessoa não pode interferir no limite da liberdade do outro:

Qualquer ação é justa se for capaz de coexistir com a liberdade de todos de acordo com uma lei universal, ou se na sua máxima a liberdade de escolha de cada um puder coexistir com a liberdade de todos com uma lei universal.

Assim como o filósofo de Koninsberg funda uma lei do dever racional, o filósofo de Turim sugere a virtude racional dos homens como base para a sua lei para a tolerância. Como uma espécie de imperativo, Bobbio (2002, p.33) propõe a virtude *mitezza*¹¹ como meio termo entre a tolerância positiva e a intolerância negativa, contribuindo de forma significativa na compreensão da relação entre o dever e a virtude, como se pode observar na Figura 5.

¹¹ Uma tradução aproximada para *mitezza* e a que adotaremos neste texto é a “de serenidade”.

Figura 5: A serenidade da tolerância.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Mas o que realmente significa *mitezza*? Para Bobbio (2002, p. 35), uma das primeiras observações a serem feitas é esclarecer o sentido de **serenidade**, compreendendo-a como uma disposição do espírito que convida o agente a vencer as contradições e os pormenores da vida. A serenidade relaciona-se à prática da virtude e se contrapõe aos vícios. O homem sereno não exagera em suas opiniões e em seus méritos, pois ele se vê como igual a todos os demais. O sereno não transforma o ambiente em competição, ele abre espaço a autenticidade e deixa o outro ser o que ele é. Em sua ação, o sereno mostra a sua força no bom senso e na boa indignação, diferente do homem submisso que renuncia por fraqueza. O sereno procura um mundo melhor, pois nessa relação com o outro ele se aproxima do ser tolerante.

Se entendermos que a tolerância é o respeito pelas ideias e pelos modos de ser e viver dos outros, a tolerância com base na serenidade impulsiona o diálogo e a convivência com pessoas em diferentes contextos. O ser sereno não precisa ser correspondido para mostrar a sua grandeza intelectual de chamar para o diálogo e a oitiva sem provocar violência, pois se recusa a qualquer ato de violência. O seu papel é criar um espaço único de vivência e experiência da tolerância, da autenticidade e do diálogo. Neste contexto, a serenidade e a tolerância são complementares uma da outra, contribuindo para a superação dos impasses e problemas sociais de convivência. Se temos uma grande aliada para a formação de uma sociedade democrática e de caráter tolerante, a serenidade exerce uma considerável contribuição.

Um dos princípios de uma sociedade democrática é o exercício do poder coletivo por meio do debate livre, em que as decisões são acordadas pela maioria (BOBBIO, 1995, p.17). A tolerância serena surge como uma busca por uma mediação nas relações humanas, na diferença de opinião, de ideias e de interesses em conflito que são essenciais para a democracia (BOBBIO, 1995, p. 57). Para Bobbio (1998, p. 1245), a definição de tolerância está em nos conduzir ao reconhecimento de posições contrastantes dentro de um sistema conflituoso disciplinado por regras convencionadas. Com isso, torna-se claro o quanto Bobbio entrelaça propositalmente os três eixos principais do seu pensamento: a democracia, a serenidade e a tolerância. A contribuição de Bobbio nesse trabalho investigativo é dar suporte de reflexão e práxis para a construção de habilidades e competências para uma formação tolerante, democrática e serena.

Se almejamos um mundo melhor, a formação de homens serenos e tolerantes permite a construção de um modo de vida melhor, com garantia dos direitos e a busca da paz entre os homens. Para Bobbio (2000, p. 51), a tolerância surge no âmbito de uma sociedade democrática como um valor indissociável e, às vezes, se confunde com a própria democracia. Dessa forma, os valores de governo se configuram como ideais a serem alcançados e exercidos com a finalidade de resolver conflitos sem o uso da violência, como: não-violência, irmandade e tolerância.

Para Bobbio (2000, p.30), a democracia é o inverso de governos autocráticos, em que as regras estabelecem um jogo onde todos sabem, ou devem saber agir em cima de princípios coletivos de ação e limites. Se temos um raio de ação bem definido, a pessoa que orbita tal espaço age de forma tolerante. Atualmente, existem muitas ameaças do fanatismo e fundamentalismo cego em torno da própria concepção de verdade, algumas delas recorrem ao uso da força para impô-las ao modo de vida civilizado e de paz que tanto almejamos. É na defesa da democracia que precisamos cultivar a formação de homens tolerantes.

Assim como Voltaire (2008, p.469) em seu esclarecimento sobre o que é a tolerância desvela a condição humana de falibilidade e coloca o homem na sua condição primeira, criticando a arrogância e a vaidade, o filósofo de Turim também combate o pedantismo e orgulho, causa de inúmeros problemas entre

os homens. Em uma entrevista concedida ao jornal italiano *La Repubblica*, em 2000,¹² Bobbio comenta que:

Quando sinto ter chegado ao fim da vida sem ter encontrado uma resposta às perguntas últimas, a minha inteligência fica humilhada, e eu aceito esta humilhação, aceito-a e não procuro fugir desta humilhação com a fé, por meio de caminhos que não consigo percorrer. Continuo a ser homem, com minha razão limitada e humilhada: sei que não sei. Isso eu chamo de minha religiosidade.

O filósofo italiano do pós-guerra e o filósofo francês do iluminismo cultivam inteligência humilde em seus textos, revelando a condição humana e partindo dessa constatação para formular pensamentos essenciais a formação humana tolerante. O talismã dos trabalhos intelectuais de Bobbio reside na adoção de um princípio para o próprio homem, o princípio da tolerância deveria ser universal aos homens. O respeito a concepção alheia e a renúncia a acreditar que se tem a verdade absoluta são consequências necessárias a vida tolerante entre os homens, adotando-as como dever virtuoso dos homens pode transformar a tolerância numa intuição imediata de toda manifestação do ser pensante. Nessa mesma linha de pensamento, Paulo Freire (2017, p.19) observa que: “[...] algo que me parece fundamental e até prévio a qualquer indagação em torno da tolerância é que ela é uma instância da existência humana”. Em linhas gerais, os três pensadores compartilham a necessidade de compreender as ações por meio da relação entre ser racional e ser tolerante.

¹² A entrevista pode ser encontrada no site: educacao.uol.com.br/biografias/norberto-bobbio.htm.

CAPÍTULO 2- TOLERÂNCIA E EDUCAÇÃO.

A educação para a tolerância implica, por outro lado, a aquisição de competências ou habilidades sociais que facilitem a comunicação e o diálogo, imaginar colocar-se no lugar do outro, assumir as diferenças como um fato normal numa sociedade complexa e diversa (LOPES, 2024, p. 6).

Ao procurarmos compreender a trajetória da tolerância na história do pensamento ocidental, verificamos que ela já consta nas reflexões realizadas no contexto da cultura grega antiga, embora ainda não fosse tematizada como um problema filosófico propriamente dito. O tema da tolerância e a sua relação com a formação de um ser tolerante ganha destaque no contexto da sociedade moderna, com incidência na sociedade contemporânea, especialmente devido aos problemas causados pelo aumento populacional e pelo contato entre diferentes culturas. Com o tempo, as tensões sociais e econômicas, as crises morais e científicas criam um clima mais hostil, o que exige a formação de homens mais preparados para lidar com essa realidade de coexistência com a diversidade étnico-cultural e tecnológica. Para conceber um sistema educacional que possa compreender o potencial e a finalidade do ser humano, é necessário que o homem aprenda a se conhecer, a se controlar e, com isso, forjar um ideal de tolerância. É preciso que o homem tenha uma visão de conjunto da sua existência e busque no mundo a sua volta o que julga bom, justo e belo e, com isso, possa viver consigo mesmo, com os outros e com a natureza de forma civilizada e pacífica (CHELIKANI, 1999, p. 52).

Ensinar tolerância significa desenvolver uma cultura prática, o que exige esclarecimento dos valores que permitam coexistir com as diferenças e, com isso, evitar o fundamentalismo. Propor a tolerância no âmbito escolar significa buscar caminhos que sejam alcançáveis, que promovam princípios práticos que permitam a interação entre os alunos de diferentes grupos sociais. A formação de uma atitude tolerante deve ser capaz de identificar e ordenar em diferentes contextos práticos o uso da tolerância, permitindo com que o aluno conheça quando e quais razões são requeridas em uma situação X ou Y da vida cotidiana. Permite também reconhecer o estado e a qualidade de uma pessoa, averiguando e examinando suas potencialidades e contribuições, sem desfigurar,

estigmatizar, marginalizar ou mesmo violentar o outro (HORNETH, 2012, p. 212).

Essas ponderações nos ajudam a compreender as peculiaridades e as contradições sociais vivenciadas no Brasil, razão porquê recorrermos ao pensamento de Paulo Freire que concebe a tolerância como um importante elemento social para a construção de um pensamento emancipatório em um ambiente democrático de convivência com as diferenças.

2.1- PAULO FREIRE: Educação e tolerância.

O meu respeito de professor a pessoa do educando, a sua curiosidade, a sua timidez, que não devo agravar com procedimentos inibidores exige de mim um cultivo da humildade e da tolerância (FREIRE, 1996, p. 27).

Quando Voltaire escreve seu *Tratado sobre a tolerância*, no século XVIII, ele reflete sobre o espírito do seu tempo, o ambiente cultural, intelectual e comportamental de sua época, sua escrita denuncia um período específico de mudanças e de conflitos, de choques sociais que levam a crises e posterior reivindicação às mudanças sociais. O século das luzes foi marcado por transformações importantes na história da humanidade, época em que muitos países foram forçados a abandonar o modo de vida feudal absolutista, por modelos mais participativos e democráticos.

Voltaire viveu em um momento histórico de mudanças histórico-sociais, pode-se dizer que estava no olho do furacão das transformações da realidade francesa de seu *zeitgeist*.¹³ Como um intelectual de sua época, teve a sensibilidade e a iniciativa para realizar uma leitura dos sintomas e dos problemas da sociedade francesa que estava vivenciando, intuindo de forma imediata o arquétipo e os paradigmas do seu mundo, percebendo nele algo de contínuo, necessário e universal, fazendo de seu tratado um documento atemporal, que poderia ser muito bem o nosso tempo em termos especulativos.

¹³ *Zeitegeist* é um termo alemão cuja tradução significa espírito da época ou sinal dos tempos, mas em uma tradução mais refinada pode ser compreendido como “espírito do tempo”.

Como possível motivação para o filósofo iluminista produzir o seu tratado sobre o tema da tolerância, podemos presumir o alto nível de indignação diante do caso de Jean Calas, considerado por ele como um símbolo da intolerância religiosa que assolava o velho continente. O caso de Jean Calas é uma dentre as várias problemáticas que ganhou notoriedade nas mãos de Voltaire. A corrupção, a desigualdade social, a violência, a pobreza e os preconceitos enraizados na cultura francesa foram desvelados, ou melhor dizendo foram desnudados na denúncia de Voltaire. As suas reflexões sobre um caso real de injustiça jurídica motivada por intolerância religiosa, que interpenetra as esferas jurídicas, políticas e religiosas, podem ser utilizadas como pano de fundo para compreender outros casos de intolerância ao longo da história, incluindo casos vivenciados em nossa época no Brasil.

O atual choque de gerações, as repercussões coletivas e tudo aquilo que mexe com a opinião pública em nossa época nos leva a refletir sobre o que os homens estão fazendo de suas vidas. É nesse momento que o bom senso de homens comprometidos com o bem-estar da humanidade conclama para a instituição de uma tolerância universal que ultrapasse o tempo e o espaço, e alcance o que é importante para a condição humana, a convivência pacífica entre homens que criaram as artes, as ciências, a política e a religião. É preciso lembrar que a tolerância não é prerrogativa de um tempo ou outro, ela é importante e necessária em todas as épocas e culturas.

A tolerância é o princípio para a convivência dos homens em sua diversidade e pluralidade. Como em uma sequência de encadeamento dedutivo, a tolerância é uma causa que produz muitos efeitos bons para a existência desse modo de vida, afastando dessa forma um possível aniquilamento não somente de um modo de vida, mas da própria existência humana.

A tolerância universal que inferimos das reflexões de Voltaire, Bobbio e Paulo Freire é consequência da necessidade em observar o modo de vida dos outros, do respeito a verdade alheia, o que exige a consciência em renunciar a acreditar que se tenha a verdade absoluta. Quando perdemos o que é próprio da existência humana, nos vemos mergulhados em um poço de vaidades que inviabilizam a coexistência pacífica entre os homens e a sua rica pluralidade que

fez com a humanidade avançasse paulatinamente os degraus civilizatórios não imaginados por nossos ancestrais longínquos.

A intolerância contra Jean Calas fornece elementos para perguntas relacionadas ao próprio modo de ser e pensar humano: até onde pode a maldade do ser humano? a maldade pode ser evitada de alguma forma? Assim como Voltaire, Paulo Freire, considerado como patrono da educação brasileira, procura desvelar o símbolo da intolerância em nosso país, quando pondera sobre a morte brutal de um índio na cidade de Brasília na década de 90.

Em 20 de abril de 1997, um homem chamado Galdino Jesus dos Santos teve o seu corpo queimado enquanto dormia em um ponto de ônibus em Brasília. Paulo Freire (2017, p. 17) relaciona a maldade cometida como ausência de tolerância com quem é diferente, conforme suas próprias palavras: “[...] o bárbaro assassinato de Galdino Jesus dos Santos, o índio pataxó que, despertado pela dor indizível de seu corpo em chamas, se soube inapelavelmente morrendo, mais uma vez, a questão da tolerância.”

Freire com sua sensibilidade ímpar consegue intuir como nunca o que está por traz desse crime brutal, a triste herança da formação étnica de nossa história como nação. O crime ilustra a desvalorização ou mesmo a tentativa de negação dos nossos antepassados, dentre eles os índios e os negros. O índio pataxó representa toda uma coletividade historicamente negligenciada pelo estado brasileiro. Essa negligência pode ser constatada na valorização dos descendentes europeus, causa de muitos problemas enfrentados pelos brasileiros, como: o autoritarismo, o racismo, a pobreza, a desigualdade social e a corrupção. O crime cometido pelos jovens expressa de que forma a intolerância pode ser mascarada com a justificativa de imaturidade juvenil.

Os índios e os seus descendentes, os caboclos, estão socialmente sendo negligenciados e perseguidos, a mesma ação ocorre com os negros e os seus descendentes. Se queremos promover uma educação para a tolerância é preciso compreender como esse tema aparece em nossa estrutura social de formação do povo brasileiro. A suposta “democracia racial” difundida por Gilberto Freire (1998) propagou uma interpretação de harmonia racial para o mundo, escondendo um brutal regime escravocrata, que criou um estigma social que pode ser constatado no dia a dia do brasileiro, o “racismo estrutural”.

O triste legado da colonização portuguesa relaciona-se com a implantação de um regime escravocrata que aprofundou as diferenças dos povos que formaram o perfil social do brasileiro. Os três séculos de escravidão mantidos pelos colonizadores portugueses deixaram sequelas sociais que perduram até os nossos dias, em especial se considerarmos que as práticas escravocratas moldaram de alguma forma a maneira como alguns brasileiros praticam o preconceito e a intolerância. Florestan Fernandes (1965) observa que os brasileiros vivem um “preconceito reativo”, caracterizado pela recusa em admitir que são intolerantes ou preconceituosos. Com isso, grande parte dos brasileiros não conseguem perceber a fonte dos seus problemas sociais. Se queremos superar e trabalhar para um mundo melhor, temos que encarar dentre elas o tráfico negreiro que retirou a força habitantes da África, transportados em condições precárias, e quando chegaram em terras brasileiras foram forçados a trabalhar sem direitos, deixando sequelas não somente entre os seus descendentes, mas também no modo como muitos brasileiros são tratados em nossa época. (SILVA, p.14).

Se queremos construir uma educação para a tolerância, precisamos olhar o nosso passado a partir de uma cidadania incompleta e excludente, marcada por políticas autoritárias que resultam em várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência (SCHWARCZ, 2019, p.20). É necessário conhecer o nosso passado não somente pela perspectiva do colonizador, mas a partir da riqueza e diversidade cultural que formaram a identidade brasileira.

Ao refletir sobre a questão da tolerância, Freire (1987, p.103) não esconde as mazelas sociais do povo brasileiro, ele procura mostrar a verdadeira condição do brasileiro diante da opressão da posição liberal capitalista que leva à indisciplina e à comportamentos desregrados dos seus jovens. Ele propõe a adoção de uma pedagogia que considere a tolerância como um dos seus princípios norteadores, com a finalidade promover o diálogo entre os diferentes grupos sociais, capaz de combater o autoritarismo e a licenciosidade, para assim afirmar a autoridade e a liberdade.

Se alguns brasileiros continuarem a esconder o passado com narrativas contraproducentes que mascaram a realidade e que negam os conflitos e a violência contra os índios e os negros, não será possível construir uma legítima

democracia racial. Essa negação histórica acaba por criar fenômenos latentes em nossa cultura, como vivenciado recentemente na história brasileira, com os atos antidemocráticos praticados no dia 08 de janeiro de 2023.

Uma versão paradisíaca de uma convivência pacífica e harmônica, onde a contribuição dos povos que formaram a nação brasileira é negada, gera com o tempo toda sorte de violências e atrocidades, como a cometida contra o índio pataxó na década de 90. Uma intolerância silenciada que de uma hora para outra, por qualquer circunstância, pode se manifestar, pois sempre esteve lá, somente estava esperando o momento oportuno para emergir. Muitas situações que são socialmente incubadas revelam-se somente em momentos de crises morais, sociais e políticas. O que está escondido na forma de anedota ou “amizade”, pode inclusive ganhar ares de orgulho e autocelebração do discurso de ódio e da polarização criminosa (DUNKER, 2019, p.119).

Quando um jovem estudante no ambiente da sala de aula professa frases como essa, “não o suporto, apenas o tolero”, ele está verbalizando velhas feridas históricas que alimentam a intolerância do dia a dia do brasileiro, causa dos obstáculos que impedem o pleno exercício de um estado democrático de direitos com respeito às ideias, às experiências e às práticas diversas. Por quais caminhos podemos começar a mudar os atuais problemas e construir ações justas com base na tolerância em nosso país? Como combater a sombra de uma pseudodemocracia racial e cordial (DUNKER, 2019 p. 132)? A educação é o caminho eficiente para começar a mudar comportamentos viciantes historicamente e construir uma história brasileira mais cidadã e com justiça social.

Paulo Freire apresenta uma excelente contribuição aos brasileiros com sua pedagogia da tolerância. Freire constrói uma proposta educacional basilar, ampla e igualitária que possibilita com que a sociedade brasileira possa compreender a sua história como nação, costurando uma sociedade informada conscientemente, leitora de sua condição social. Sua proposta visa construir e abrigar um diálogo fundamentado na dignidade da pessoa humana.

Assim como Norberto Bobbio (2004, p. 89) com sua indignação tolerante, Paulo Freire (1996, p. 39) com sua pedagogia da indignação chama a atenção para a necessidade de resistência e “justa ira” aos traídos e oprimidos que se

veem cada vez mais vítimas de um sistema historicamente opressor. O educador pernambucano, com sua formação republicana e um projeto de homem e nação mais autônomos, coloca a sua pedagogia para a tolerância em destaque em seus trabalhos como central a vida democrática e as práticas do educador, não como um simples transmissor de conhecimento, mas como alguém que exige ensinar humildade, tolerância e luta em defesa dos educandos:

O meu respeito de professor à pessoa do educando, a sua curiosidade, à sua timidez, que não devo agravar com procedimentos inibidores exige de mim o cultivo da humildade e da tolerância. Como posso respeitar a curiosidade do educando se, carente de humildade e da real compreensão do papel da ignorância na busca do saber, temo revelar meu conhecimento? como ser educador, sobretudo numa educação progressista, sem aprender, com maior ou menor, a conviver com os diferentes? (FREIRE, 1996, p. 26).

Com essa postura humilde e tolerante, ele propõe um ensino calcado no conviver com o diferente, no respeito e na curiosidade tão importante para uma educação progressista.

Para Freire, qualquer forma de visão reduzida e etnocêntrica que nega a riqueza do ser humano precisa ser combatida por meio de uma educação que adote uma visão complexa e rica do homem, o que permite conhecer a inesgotável e misteriosa condição humana. Quando julgamos o outro a partir de nosso referencial de cultura, centralizando-o em nosso padrão cultural, estamos impedindo de lidar com o diferente, analisando e entendendo o outro a partir de nossas perspectivas e transformando as diferenças em indiferenças e hierarquias.

O que Paulo Freire propõe é a adoção de um olhar que considere o outro em sua diversidade cultural, com abertura ao enriquecimento humano, ao aprender com o diferente. Como educadores, os professores podem atuar como agentes de transformação social, desde que respeito o pluralismo e a diversidade, condições para quem deseja promover uma educação para a tolerância.

A intolerância para Freire (2017, p.52) é a incapacidade de aprender com a riqueza que o diferente pode proporcionar no que tange à compreensão dos

seus afetos, crenças e comportamentos. Quando os homens olham o outro como inferior e o rejeita, eles adotam atitudes que acabam produzindo a intolerância.

A escola é esse espaço capaz de criar condições efetivas para o convívio com o diferente e a pluralidade de ideias e fomentar a coexistência entre diferentes perspectivas de mundo. O professor em sua ação docente, comprometido com a formação dos seus educandos, precisa mudar a sua postura para se tornar um educador da tolerância, que entende que a existência é arriscar-se diante do desconhecido e não ficar com medo de aprender com o diferente. Quando os homens fecham os seus olhos ou mesmo ignoram o diferente, essa atitude pode gerar medos, causas de raivas sem sentido, ódios gratuitos, exclusão e culpabilização. (GUARECHI, 2001, p. 150).

Uma educação para a tolerância não pode estar a serviço de uma causa de opressão (MARCUSE, 2007, p. 29), mas a serviço de uma ação libertária que denuncie uma visão alienante da tolerância, da superioridade de classe, de raça, de gênero etc. A tolerância não pode ser encarada como um “favor” que o tolerante adota com o tolerado, mas uma atitude de humildade, gratidão e bondade que o tolerante tem em relação ao seu inferior, o tolerado (FREIRE, 2017, p.17).

Fundamentado em princípios oriundos da ética da virtude, Freire defende que a tolerância verdadeira é aquela que adota uma atitude e postura de autenticidade. Essa verdadeira tolerância ensina o homem a respeitar e a conviver com os homens diferentes, há uma recíproca tolerância que coloca ambos, tolerado e tolerante, em um mesmo patamar, o que permite que eles se encararem não como inferiores, mas como iguais. A legítima tolerância desnuda o homem diante do outro, explicitando discursos ideológicos que insinuam uma hierarquia e uma desigualdade entre as pessoas.

É nesse desnudar que a tolerância se faz instância da existência humana, pois só compreendemos a tolerância e a intolerância no âmbito humano, por isso a tolerância tem que ser cultivada como primordial a vida humana. Como podemos tornar menos ameaçadora as diferenciações entre as pessoas? Para responder a essa pergunta, Michael Walzer (1999, p. 99) defende que é preciso criar uma religião civil, uma identidade básica comum, conjunto de doutrinas políticas, narrativas históricas, figuras exemplares, ocasiões festivas e rituais

comemorativos pelo qual o estado possa imprimir na mente dos seus cidadãos uma identidade única que promova a tolerância entre os seus membros.

Ao contrário de Walzer que parte de uma externalidade para construir a sua concepção de tolerância, para Freire a tolerância deve proceder de uma internalização, uma intuição imediata, interna ao homem, de sua condição humana de existência para com a tolerância. Uma atitude interna, consciente e responsável com esse diferente.

Para Paulo Freire, a tolerância é uma das qualidades fundantes da vida democrática, assim como Norberto Bobbio (2000, p. 51) considera a tolerância como um valor primordial para a democracia, chegando mesmo a se confundir com ela. Freire parte dessa visão primordial de democracia e tolerância para alicerçar a sua pedagogia da tolerância. Enquanto educador, ele almeja uma educação emancipatória que combata uma educação bancária e neoliberal e se contraponha a esse modelo de educação opressora. Ele almeja uma educação republicana capaz de formar jovens para o exercício de uma democracia participativa e consciente. Sua concepção de tolerância tem como ponto de partida a internalização da condição humana do tolerante em relação ao tolerado.

Munido dessas informações, o professor que queira promover uma educação para a tolerância precisa estar ciente de todos esses pontos, conhecer o lugar histórico de seu povo, da condição humana e de seu poder de transformação, assim como de sua própria transformação. Trabalhar a tolerância como uma competência educacional é viver o ser tolerante, pois não dá para atuar com a tolerância por meio de um discurso vazio e inoperante. O professor que não está consistente de sua prática será logo denunciado no dia a dia, com prejuízo para a relação professor e alunos (FREIRE, 1996, p.25). Como seres histórico-sociais, os homens tendem a reproduzir a sua história por meios de produção dialética. O modo como o professor aborda e vivencia o tema da tolerância em sala de aula precisa estar em estreita relação com a vivência histórico-social dos seus educandos. Quando Freire (2017, p.17) inicia seu texto sobre a tolerância, ele menciona o caso fatídico de Galdino Jesus dos Santos como expressão social dessa nossa realidade histórica. É nesse contexto que ele propõe uma pedagogia da tolerância para a sociedade brasileira, como forma

de minimizar ou mesmo acabar como os contrastes e as vicissitudes de uma parcela significativa da sociedade.

Atualmente, os professores da Educação Básica enfrentam demandas complexas na vida cotidiana escolar devido a instituição da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) (BRASIL, 2017, p.10), documento de âmbito nacional que estabelece como diretriz que a educação deve desenvolver nos alunos determinadas competências e habilidades para que eles possam enfrentar e resolver os conflitos de convivência com o diferente. O desenvolvimento dessas competências e habilidades proposta pela BNCC são uma resposta as mudanças que estamos sofrendo: as fronteiras estão menores, as trocas culturais estão mais aceleradas, gerando desconfiças, animosidades e preconceitos. Uma educação para a tolerância precisa levar em conta essa tolerância ao diferente e a sua coexistência, procurando formar homens e mulheres mais tolerantes e abertos ao novo e ao desconhecido.

Conforme os últimos dados fornecidos pelo *Instituto de Pesquisa Economia Aplicada* (IPEA) (CERQUEIRA, 2021), o Brasil apresenta uma triste realidade, em que a violência tem idade, tipificação, cor de pele, gênero e etnia, talvez um possível reflexo de nossa história. Lidar com o diferente, como idealizou Paulo Freire, passa pela necessidade em considerar esses dados e de como proceder com essa realidade que nos apresenta.

O Brasil apresenta 73% das mortes por homicídio, em sua maioria por mortes consideradas violentas, o que indica a necessidade em investigar a causa plausível para tanto ódio nessas mortes. Mais da metade dessas mortes são de jovens entre 15 e 29 anos, uma geração perdida pelas mortes violentas. Os índices indicam que o país apresenta uma desigualdade racial, onde 77% dessas vítimas são da população negra em que a chance de um negro morrer de forma banal é de 2X6 mais do que um branco. A violência letal contra indígenas é uma das maiores do mundo, apresentando maior taxa de homicídio na zona rural do que na zona urbana, evidenciando um conflito agrário no país, que se fossemos buscar em nossa história ficaríamos de frente devido as oligarquias latifundiárias perpetradas na história (CERQUEIRA, 2021).

Se ampliarmos mais esse olhar, podemos ver a violência contra a pessoa com deficiência (PCD), pessoas com deficiência intelectual, visual, física auditiva

e múltiplas apresenta índices assustadores, o mais vulneráveis são as crianças, idosos e adolescentes. A população LGBTQI+ apresenta um aumento em média 9,8 a cada ano de violência física e mortes de travestis e trans, colocando o Brasil como um dos países que mais matam essa modalidade específica de minoria social. Vivemos uma guerra urbana em que 70% das mortes são cometidas por arma de fogo. A violência contra as mulheres, especificamente negras são 67% maior do que em mulheres brancas. Comparando a violência urbana com a violência doméstica coloca a 6,1% maior a violência domiciliar comparado com a urbana, fazendo com que o lar do brasileiro seja considerado como um espaço de reprodução da violência, do discurso de ódio e da intolerância. (CERQUEIRA, 2021).

Paulo Freire com seu olhar tolerante e de aprendizado com o diferente produz uma pedagogia da tolerância importante para intervir nessa nossa triste realidade. Freire contribui e muito para a formação docente, para a inspiração de criação de programas de ensino, fornecendo conteúdo para a criação de abordagens e materiais pedagógicos para o professor tratar o tema da tolerância em sala de aula e para o aprimoramento de tecnologias educacionais capazes de colaborar para um Brasil melhor e menos violento e com menos estratificações da violência que tanto nos envergonha como nação, pluralmente diversificada e rica de cultura, costumes e crenças.

2.2- Diretrizes internacionais sobre tolerância.

Decididos a tomar as medidas positivas necessárias para promover a tolerância nas nossas sociedades, pois a tolerância é não somente um princípio relevante, mas igualmente uma condição necessária para a paz e para o progresso econômico e social de todos os povos (UNESCO, 1995, p. 10).

É imprescindível conceber a tolerância como elemento ou mesmo como processo formativo para pensar em possibilidades de ação educacional no contexto das sociedades contemporâneas. Por isso, é importante investigar o porquê de a tolerância ser considerada relevante para a coexistência nas diferentes e plurais esferas da existência humana. Para isso, é preciso localizar a tolerância nos documentos que regem as relações entre os homens, as leis, os tratados e os acordos internacionais, regionais e locais em que ela é

mencionada, como é tratada e o que almejam alcançar em termos jurídico-sociais, políticos e educacionais. Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, consideramos importante traçar entendimentos, leituras, panoramas, outros caminhos e contribuições para o fortalecimento do significado atual da tolerância. Com esse propósito, recorreremos ao modelo piramidal de raciocínio proposto por Hans Kelsen (1998, p. 155), explanado por ele como:

A ordem jurídica não é um sistema de normas jurídicas ordenadas no mesmo plano, situadas umas ao lado das outras, mas é uma construção escalonada de diferentes camadas ou níveis de normas jurídicas. A sua unidade é produto da conexão de dependência que resulta do fato de a validade de uma norma, foi produzida de acordo com outra norma, se apoia sobre essa outra norma, cuja produção, por sua vez, é determinada por outra; e assim por diante, até abicar finalmente na norma fundamental pressupostos. A norma fundamental hipotética, nestes termos é, portanto, o fundamento de validade último que constitui a unidade desta interconexão criadora.

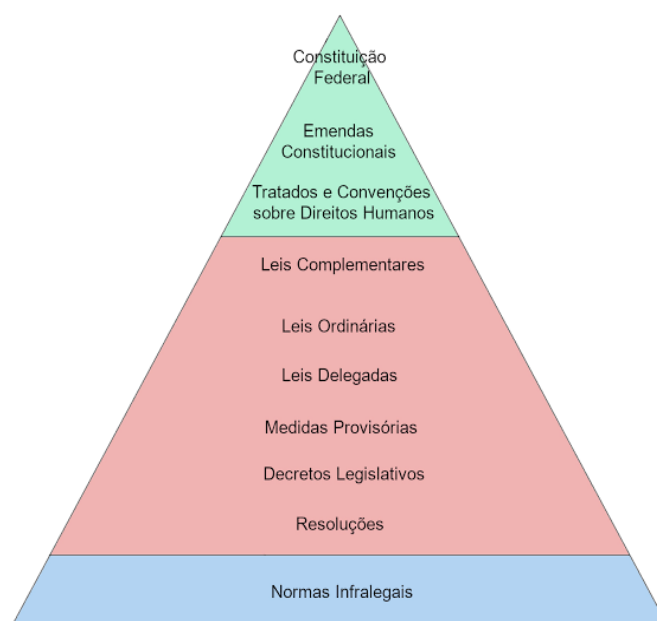
O estudo que se inicia neste item segue o raciocínio escalonado e argumentativo de Kelsen, pois consideramos que ele fornece um panorama de localização e dinamismo para as diretrizes legais em todos os seus níveis. Encontrar uma educação para a tolerância passa pelo crivo de uma investigação documental que possibilite entender como a tolerância é tratada e almejada em muitas das instâncias internacionais, nacionais, regionais, locais e nas esferas pessoais e interacionais. Como se pode depreender pelo raciocínio acima, o filósofo e jurista austríaco traça um percurso inteligível que permite aportar na norma fundamental pressuposta da tolerância, fazendo caminhar em uma linha única que una todas as partes de um processo legal. É importante saber como esse processo legal chega, atinge e influencia os seus membros e agentes formadores nas práticas profissionais, assim como pessoalmente no seu caráter, valores, representações e existência.

Localizar o agente formador responsável pela promoção da tolerância nessa pirâmide hierárquica abaixo assinalada é de fundamental importância para se ter uma compreensão adequada de suas práticas, dos rumos que deve tomar e de sua contribuição para a educação. O professor (em especial o de filosofia) das ciências humanas precisa conhecer e ter clareza da sua função e do seu lugar no mundo, o que exige o conhecimento das diretrizes legais direcionadas à formação de um povo. A pirâmide de Kelsen que se apresenta a seguir tem

seu valor nos esclarecimentos das práticas humanas, na sua melhor intervenção, na busca das melhores práticas sociais e no seu aperfeiçoamento, sem seu entendimento ficamos vulneráveis e marginalizados e possíveis alienados.

Esta investigação procura conhecer e alinhar os diferentes sentidos e tratamentos que o conceito de tolerância é invocado, perquirido, almejado e ensinado. Os muitos documentos citados neste texto visam encontrar um denominador comum que oriente os seus agentes e grupos. A partir disso, formular novos sentidos e compreensões específicas para uma educação para a tolerância. Geralmente uma lei surge devido a uma demanda a um fator social que emerge e invoca aos agentes políticos uma movimentação para resolver uma problemática, seja uma guerra que traga alertas de convivência, seja a própria movimentação e expansão humana que leve ao agravo das relações de vida em comum. A Figura 6 ilustra a hierarquia das leis a serem observadas em termos jurídicos no Brasil.

Figura 6: Pirâmide de Kelsen.



Fonte: Site Infoescola. Disponível em <https://www.infoescola.com/direito/hierarquia-dasnormas>.

Se pensarmos que a educação tem um porquê para existir, um sentido, um valor, precisamos questionar: Qual o real propósito de uma formação

educacional? Para que e para quem essa formação se destina? São perguntas essenciais que precisam ser feitas quando alguém almeja intervir nessa tão delicada exigência formativa humana que é a educação. A práxis educacional é ao mesmo tempo social e pessoal, pois visa ao amadurecimento e aperfeiçoamento dos tratos pessoais e afetivos, assim como lidar com a natureza e as outras pessoas. Não é de hoje que toda legislação educacional tem seus pilares e metas de formação dos seus povos e nações em alicerces afetivos, sociais, ambientais e epistemológicos.

A humanidade almeja uma formação plena como meta a ser alcançada, embora alguns homens permaneçam a sombra de uma irreflexão que produz a banalidade, a obediência cega e a barbárie (ARENDT, 1965, p. 354). Desde Platão que se referia ao pensar como o diálogo silencioso da alma consigo mesma, a razão permite ao homem pensar e refletir, distinguir o bem e o mal, o belo e o feio. O pensar permite ao homem antecipar acontecimentos e dessa forma evitar problemas, incluindo os causados pelo discurso de ódio e pela incapacidade de fazer juízos morais. Nos tempos atuais vivemos em um mundo de interesses, em que a educação cada vez mais perde espaço, é afastada dos seus ideais formadores republicanos, ganha forma de um pragmatismo a serviço de um ideal capitalista e neoliberal que transforma os homens em seres alienados, transformados em instrumentos e utilidades de um capital especulador financeiro, como salientou Rancière (1988) em sua análise das políticas econômicas e neoliberais para a educação. Esse afastamento criou um hiato intransponível entre de um lado a educação e de outro as empresas, as indústrias e o mercado financeiro para a formação de mão de obra fabril, para assim resolver os gargalos do crescimento econômico:

A escola não é a princípio um lugar ou uma função definida por uma finalidade social exterior. Ela é antes uma forma simbólica, uma norma de separação dos espaços, dos tempos e das ocupações sociais. E escola não significa aprendizagem, mas lazer.

Uma educação para a tolerância não pode estar desvinculada de um olhar emancipatório, significativo para uma vida autêntica, responsável e de um pensamento reflexivo. É uma meta a ser alcançada por todo educador não somente no espaço escolar, mas também nos outros espaços sociais, como o familiar, o desportivo etc. Freire observa a necessidade do professor formador

em sua prática docente direcionar o ensino para o desenvolvimento da autonomia e da crítica no educando (FREIRE, 1996, p. 30). Quando um professor de Filosofia no chão de sala de aula trabalha o tema tolerância com os seus alunos, ele tem em sua mente de forma consciente ou mesmo inconscientemente esses ideais que carrega como um pano de fundo de suas ações. Paulo Freire (1996, p. 61) enfatiza que “ensinar é uma especificidade humana”, o que exige que o professor em sua atuação docente procure formar jovens para o desenvolvimento de suas potencialidades inerentes a sua condição humana, e não somente para o atendimento as exigências do mercado econômico.

Se é da peculiaridade humana o aprender e o ensinar, e se chegamos até onde chegamos, com todas as transformações ao longo do tempo, é preciso apreender essa realidade cada vez mais complexa e dinâmica. O humano não pode ficar estranho ao que caracteriza a sua capacidade racional para aprender e a ensinar. Uma educação que atinge o íntimo do homem, onde os seus pormenores são ultrapassados e se alcance a sua capacidade reflexiva de julgamento justo, sua vocação para o trabalho consciente e significativo para as suas realizações pessoais, morais e existenciais é a realização de qualquer educador e para quem recebe é significativo para a sua vida e para as suas relações convivência. Por isso, não podemos estar separados dessa especificidade humana de buscar os direitos fundamentais do ser humano, naquilo que dá a cada uma a sua identidade enquanto ser humano. Alguns documentos enfatizam a necessidade de garantia do princípio humano, como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Quando o tema dos direitos humanos chega ao nosso conhecimento e se apresenta em nossa investigação filosófica, não queremos ficar somente na tolerância de João ou Maria, no sentido de escolha de um ou outro, mas ao que é comum aos dois, ao que é universal e necessário e torna a vida humana significativa. Como consta na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), em seu artigo 26:

A instrução será orientada no sentido pleno do desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a **tolerância** e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das nações unidas em prol da manutenção da paz.

A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* é um documento que foi confeccionado para expor os direitos fundamentais do ser humano, para destacar o que é essencial ao ser humano, independentemente de sua nacionalidade e condição, social, política, econômica e religiosa. Como um documento essencial, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* nos mostra o quanto a educação deve ser valorizada no processo da formação humana e do seu aperfeiçoamento para o trato com as mudanças que ocorrem ao longo do tempo e dos muitos desafios que os homens enfrentam na vida social de convivência. Os diferentes grupos sociais que existem e estão se formando lançam um desafio de formação para a compreensão, a lida e a partilha de espaços físicos e sociais. Ensinar e aprender para uma vida de compreensões, tolerância e amizade almeja o que é de fundamental a identidade humana, a coexistência pacífica entre os homens. Vivemos em mundo cada vez mais diversificado, individual, competitivo e com uma mentalidade agressiva de vida, são situações que estão dividindo os homens e criando ilhas de privilégios e continentes de pobreza e violência. Diante dos problemas atuais, precisamos olhar não para o que nos divide, mas tentar perceber o que nos une, por isso é importante educar para a convivência da diversidade, do reconhecimento de posições múltiplas, do saber ouvir e entender, do encontrar um meio termo para uma convivência pacífica e viável.

Quando mencionamos o mundo atual em que vivemos, algumas situações emergem em nossa mente por meio de algumas palavras que expressam sofrimentos, como: ódio, sarcasmos e lamentações. É preciso superar esse mundo inventado para atender aos interesses de alguns e buscar caminhos para valorizar o homem naquilo que caracteriza a sua natureza racional capaz de aprender e conviver de forma coletiva. Aristóteles, na *Política* (I, 1253a 2-8) destaca a capacidade do homem de conviver de forma coletiva: “estas considerações evidenciam que uma cidade é uma daquelas coisas que existem por natureza e que o homem é, por natureza, um ser vivo político”. Isso significa que somos por natureza animais sociais e desejamos conhecer. Nossa natureza política permite construirmos um espaço público de convivência. A compreensão, a tolerância, a amizade e a paz são essenciais a essa formação, pois vão ao

encontro do humano naquilo que é essencial a sua natureza, daquilo que nós invocamos como vida em comunidade e da possibilidade de sua manutenção.

A tolerância é destacada nesta investigação como a substância de uma educação propriamente humana, como uma espécie de pano de fundo para a formação educacional e aperfeiçoamento da condição humana, como proclamou Voltaire (2008, p. 468) em sua época: “*tolerância* é o apanágio da humanidade. Todos nós estamos repletos de fraquezas e de erros; perdoemo-nos reciprocamente nossas tolices, é a primeira lei da natureza”. Uma educação para a tolerância designa aquilo que é permanente na coisa humana, é fundamento para a convivência dos homens. Por isso, é importante entender o que significa a tolerância e qual a sua relação com a promoção da paz entre todos os seres humanos. Em nossa investigação, buscamos entender as seguintes questões: O que é a tolerância? E que tipo de tolerância queremos adotar como educação?

Norberto Bobbio (2002, p. 150-151) propõe duas explicações fundamentais para se entender a tolerância que precisamos para uma educação verdadeiramente humana:

O termo tolerância é entendido em seu sentido limitativo, como “aceitação”, por razões de conveniência prática, de um erro. Ao passo que o respeito é dirigido aquilo que se considera um bem, a tolerância é exercida perante aquilo que se considera um mal, mas que por razões de prudência não se impede, ainda que se possa impedir. [...] Para que a tolerância adquirisse um significado positivo, foi preciso que ela deixasse de ser considerada como uma regra de prudência, a aceitação do mal ou do erro por razões de oportunidade prática. Foi preciso que a liberdade de fé ou de opinião, assegurada por uma correta aplicação da regra da tolerância, passasse a ser reconhecida como a melhor condição para fazer que, mediante a persuasão e não a imposição, triunfe a verdade em que se crê.

O filósofo italiano destaca o quanto é importante esclarecer esse conceito tão caro aos homens, observando como essa palavra evoluiu histórico e conceitualmente ao longo do tempo, saindo da esfera da lógica de ganhos e perdas, onde o sujeito tolerante considerava o sujeito tolerado como alguém inferior e fraco, em que para obter ganhos para si mesmo, acaba ignorando ou mesmo aceitando o erro dos outros. É preciso que a tolerância abandone a sua característica de complacência com o errado para que se aperfeiçoe e seja central na vida contemporânea e na sua complexidade. É somente posteriormente que o conceito de tolerância adquire uma forma positiva e quiçá

igualitária, foi preciso que as reformas e lutas protestantes do século XVI possibilitassem abertura para a mudança ao sentido de tolerância.¹⁴ A persuasão passa a ser um mecanismo essencial para a busca da verdade e do respeito. Pensar em uma evolução e aprimoramento das práticas de convivência é pensar na educação que queremos, mais democrática e emancipatória. Não cabe mais encarar a tolerância como um olhar hierárquico, um comportamento arrogante e de desdém de seu uso, entretanto firmar um olhar maduro de diálogo e de convite a entender e conviver.

A Declaração de Princípios sobre a Tolerância fornece alguns princípios para respondermos a questão sobre o tipo de tolerância que queremos adotar na educação, quando no Art. 1º recomenda aos países membros a adoção de uma educação para a tolerância:

É o respeito, a aceitação, e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não é só um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra. Por uma cultura de paz. A tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro. (UNESCO, Art. 1º, 1995, p.11).

A Declaração de Princípios sobre a Tolerância preconiza uma equidade fundamental para as práticas tolerantes que os homens almejam alcançar. Essa equidade precisa ser acompanhada de um reconhecimento do outro, o que exige respeitar as suas concepções e ações. Atualmente, constata-se um crescente aumento do ultranacionalismo e da xenofobia que tem sua origem na incapacidade em compreender as mudanças que ocorrem em todo o planeta, cada vez mais plural, sem fronteiras e com mais interação entre culturas até então sem contato algum. Todas essas mudanças exigem uma educação para a tolerância essencial a formação de homens mais preparados e esclarecidos a esse novo mundo que clama por homens que conheçam e internalizem a dignidade humana e seus direitos fundamentais.

¹⁴ Ver melhor em Janus Symonides (2003, p.257).

Em conformidade com a concepção aristotélica, somos animais políticos, isso significa que o homem pode se reconhecer no outro, e o outro ser reconhecido e conhece a si mesmo enquanto humano. Com isso, o homem toma consciência de sua existência pelo outro, que o nomeia e atesta a sua existência. A tolerância é essa característica da condição humana que abre espaço a paz, ao respeito, à ética, ao reconhecer as liberdades fundamentais e à convivência com a diversidade e pluralidade. Para que isso ocorra, a tolerância precisa ser encarada não como um suportar, uma mera permissividade de tudo, ou uma formalidade de ganhos e perdas. Por isso, faz-se necessário uma formação de uma educação para a tolerância que ultrapasse os pormenores que obstaculizem a vida coletiva. A educação para a tolerância já está preconizada pela UNESCO desde 1995:

A educação para a tolerância deve ser considerada como imperativo prioritário; por isso é necessário promover métodos sistemáticos e racionais de ensino da tolerância centrados nas fontes culturais, sociais, econômicas, políticas e religiosas da intolerância, que expressam as causas profundas da violência e da exclusão. As políticas e programas de educação devem contribuir para o desenvolvimento da compreensão, da solidariedade e da tolerância entre os indivíduos, entre os grupos étnicos, sociais culturais, religiosos, linguísticos e as nações. A educação para a tolerância deve visar a contrariar as influências que levam ao medo e a exclusão do outro e deve ajudar os jovens a desenvolver sua capacidade de exercer um juízo autônomo, de realizar uma reflexão crítica e de raciocinar em termos éticos. (UNESCO, Art. 15, § 4.2, 1995, p. 15, grifo nosso).

Em consonância com o que é preconizado no documento da UNESCO, e observado nos vários documentos que regem a prática educativa e cidadã em vários países do planeta, em especial no Brasil, há a recomendação explícita da adoção de princípios e diretrizes que promovam a formação de uma conduta tolerante, especialmente na formação escolar diversa e plural. As sociedades contemporâneas colocam como prioridade em seus preceitos legais a tolerância como uma meta a ser contemplada pela educação. Uma educação para a tolerância e para os direitos humanos são agendas de governos que entendem que o progresso humano envolve a superação das diferenças em estado global, o que implica o reconhecimento de uma humanidade universal. Fomentar e incentivar a pesquisa e a criação de instrumentos educacionais como políticas públicas de relevância e peso para a vida humana coletiva e plural de muitos

rostos, cores e crenças faz do tema da tolerância como uma interlocução humana de agir para a diversidade, a responsabilidade, do reconhecimento racional crítico-reflexivo, em que esse pensar-ação tome como análise a diversidade cultural, linguística e religiosa.

Desde os últimos acontecimentos históricos, as duas grandes guerras e do que delas acarretou (holocausto, nazismo e fascismo), os pensadores procuram refletir e recomendam a busca de alternativas para evitar a repetição de tais fatos históricos, como salienta Adorno (1995, p.117):

[...] à exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível sem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. Justificá-la teria algo de monstruoso em vista de toda a monstruosidade ocorrida.

A promoção de uma educação para a tolerância passa pela responsabilidade em assumir uma educação filosófica para que os jovens possam compreender os grandes temas das sociedades atuais, como é o caso da democracia e da tolerância. Essa formação é importante, sobretudo devido à constatação do aumento dos discursos de ódio e um acirramento da violência no pensamento atual dos jovens, nas falas e nas ações dos adolescentes e das crianças no ambiente escolar.

É preciso entender o passado e a forma como ele se construiu para tirarmos boas lições dos seus acertos e erros. Para que não venhamos a repetir tais atrocidades, como foi o holocausto ou qualquer outro genocídio, é preciso formar os jovens para a não repetição de tais fatos anticivilizatórios, aprender com os erros. Como dizem os defensores dos direitos humanos, *não basta não ser racista tem que ser antirracista*, palavras de Ângela Davis (2016) que aqui se parafraseia, não basta não ser intolerante, mas ser antintolerante. Vivemos em um mundo que se exige um ativismo em uma movimentação social que saia da esfera do discurso e adentre na prática com respostas enérgicas a crescente degradação e aos extremismos que afloram em todo o mundo e, em especial no Brasil. Isso significa que não basta condenar ou verberar, é preciso agir, não sendo tolerante com o intolerante. É preciso criar caminhos ao diálogo tolerante, espaços de formação para a tolerância e canais de denúncia e acolhimento às

vítimas de atos ou expressões intolerantes. É preciso também criar mecanismos para impedir qualquer ato criminoso a vida e a convivência pacífica.

A pesquisa, a criação de instrumentos educacionais e a formação para o ensino da tolerância tem como objetivo a promoção de uma cultura da tolerância que venha desconstruir uma escalada inflamada irracional e irreflexiva do discurso da retórica da pós-verdade, do discurso de ódio, da banalidade da vida e da intolerância.

2.3- Diretrizes nacionais sobre tolerância.

O ensino será ministrado com base no seguinte princípio [...] respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996, Art. 3º, IV).

Nas últimas décadas as democracias enfrentam momentos cruciais em suas legitimidades, o Brasil como um país democrático, vive esse cenário de deslegitimação de suas instituições públicas e privadas. Diante da situação, propomos as seguintes questões: Qual seria o papel da educação na construção de um mundo de reconhecimento, respeito e legitimação do outro como igual? De que forma a educação para a tolerância pode ajudar a combater problemas sociais, como racismo, preconceito, fundamentalismo religioso e pensamento extremistas? De que forma a educação poderia atuar como um meio mais eficaz na mudança de postura e de amadurecimento de ideais civilizatórios condizentes ao ideal de homem que almejamos e queremos? O Brasil como signatário de acordos internacionais segue as diretrizes internacionais condizentes com as diretrizes propostas pela ONU e os seus órgãos vinculados. Como membro, o Brasil precisa adotar uma postura atrelada a UNESCO e, assim fomentar, promover e incentivar uma cultura diplomática de paz e tolerância.

A *Constituição Federal* (1988) explicita os princípios fundamentais preconizados pelos documentos internacionais em seu artigo terceiro, parágrafo quarto: “promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outra forma de discriminação.” O Brasil procura adotar uma postura tolerante, o que exige que a tolerância seja incluída em sua

diretriz educacional O Brasil desenvolve uma educação para a tolerância quando precisa implantar como normativa e prerrogativa de suas funções a paz e a igualdade entre seus cidadãos sem distinção alguma de tratamento e diferenciação entre os seus membros.

A educação para a tolerância fica mais evidente nos muitos documentos que organizam as ações, metas e rumos que a educação no país deve adotar e exercer.

As *Leis de Diretrizes e Bases da Educação* (1996), seguindo hierarquicamente a *Constituição Federal*, em seus princípios e fins da educação nacional em seu artigo terceiro, parágrafo quarto, estabelece que o ensino deve ser ministrado nos seguintes princípios: “respeito a liberdade e apreço a tolerância.” Como se pode constatar, a legislação brasileira concebe a tolerância como um valor norteador para as práticas e os rumos da educação no país. A tolerância é um preceito necessário preconizado pelas legislações, normativas e recomendações a serem adotadas por todos os agentes envolvidos no processo educacional. O professor em seu ensino e na aprendizagem dos alunos precisa adotar uma formação humana que preze pela atitude de convivência pacífica, significativa, empática e dialogal. Condições que só podem ser cultivadas com a adoção de uma postura social tolerante. É preciso não esquecer que o Brasil é um país de passado violento, de submissão e extermínio, razão por que a constituição cidadã de 88 busca superar essa triste história, abrindo perspectivas de um novo Brasil, aberto às posturas e práticas promotoras da tolerância (SCHWARCZ, 2019, p. 173). No entanto, é preciso não esquecer que, tudo aquilo que tem raízes profundas de autoritarismo e intolerância, somente podem ser superados por políticas públicas educacionais de longo prazo. Neste texto refletimos e propomos caminhos viáveis e alcançáveis para uma educação que inclua a tolerância como um dos seus princípios norteadores.

Dentre os documentos legais que norteiam legalmente a vida educacional brasileira está a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). A BNCC como padrão unificador das práticas educacionais faz recomendações a todos os agentes públicos sobre a condução do país no que tange a educação. O documento propõe dez **competências gerais** para a Educação Básica que precisam ser adotadas em todas as escolas brasileiras. Os princípios

norteadores para a adoção de uma educação tolerante podem ser depreendidos em duas de suas dez competências, a nove e a dez.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceito de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017, p. 9).

Pode se constatar, a BNCC estabelece e estima a relação interpessoal como um preceito e uma atitude a serem adotadas na educação brasileira. Em nossa época, não é mais permitido mais uma formação meramente engessada e verticalizada, burocratizada e direcionada para a prática de um comportamento frio, com base em um ensino conteudista e matematizável por números e índices, ou pelo menos essa é a imagem que legalmente deseja expressar. O mundo atual exige homens (ou pelo menos é pauta das sociedades atuais) inclusivos, diversos, dóceis, sustentáveis e abertos a todas as mudanças sociais, científicas e tecnológicas. O homem brasileiro que almejamos e queremos para os desafios futuros tem que ser capaz de lidar com essas mudanças de convivência e cuidado de si mesmo e do outro. Não é permitido mais um perfil de homem segregador, preconceituoso e intolerante. Os próprios espaços sociais de convivência disciplinam os maus-hábitos com uma punição exemplar: o ostracismo social, a marginalização e a criminalidade. É preciso entender que o progresso humano, tecnológico e social passa por esse olhar pelas mazelas sociais que imperam no Brasil e são responsáveis pela sua estagnação econômica e social.

Em sua **especificidade** para as áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a BNCC ressalta e propõe algumas **competências** direcionadas à inclusão social, dentre elas as de número cinco e seis:

5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos.

6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao

seu projeto de vida, com liberdade e autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2017, p. 9).

O professor de Filosofia como integrante das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas precisa, na medida do possível, observar e atender as diretrizes da legislação nacional como normativa de sua conduta. Ele precisa criar em sua prática profissional, no chão da sala de aula um espaço de formação mais humano com o perfil exigido e que respeite a diversidade, a sustentabilidade, a convivência e o reconhecimento. São posturas e caminhos que o educador do pensar precisa adotar e aplicar, possibilitando com que os educandos se tornem protagonistas e experimentadores de uma vida autêntica, libertária, resiliente e com mais alteridade. É preciso que o professor problematize temas como a intolerância e institua em sua prática caminhos para a superação e as mudanças que a sociedade exige. O professor precisa criar na sala de aula um laboratório de experiências humanas cognitivas, práticas e afetivas, em que o ensino ganhe significado existencial, multiplicador para o dia a dia, e que seja um sinal geracional para as gerações futuras e garanta que atrocidades como Auschwitz¹⁵ e Ruanda¹⁶ não se repitam.

Em sua **habilidade** específica para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (EM13CH502), a BNCC orienta o ensino da seguinte maneira:

Analisar situações da vida cotidiana, de estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os direitos humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e as liberdades individuais. (BRASIL, 2017, p. 487, grifo nosso).

Nesta habilidade explicita pela primeira vez uma educação para a tolerância nesse documento tão importante para o ensino brasileiro. A vida cotidiana, com toda a sua diversidade e necessidade de empoderamento de classes até então marginalizadas que reivindicam reconhecimento e

¹⁵ Foi uma rede de campos de concentração localizados no sul da Polônia operados pelo Terceiro Reich e colaboracionistas nas áreas polonesas anexadas pela Alemanha Nazista, maior símbolo do Holocausto perpetrado pelo nazismo durante a Segunda Guerra Mundial.

¹⁶ O genocídio de Ruanda, também conhecido como genocídio tútsi, foi um massacre em massa de pessoas dos grupos étnicos tútsis, tuás e de hútus moderados em Ruanda, que ocorreu entre 7 de abril e 15 de julho de 1994 durante a Guerra Civil de Ruanda.

legitimidade. As desigualdades econômicas e sociais são a causa dos conflitos de interesse de diferentes grupos, e em todo conflito emerge uma obscuridade crescente devido a ignorância dos homens, considerada como o motor para o surgimento de problemas coletivos enfrentados no cotidiano de uma nação desigual, causa de toda sorte de violência, corrupção, preconceito etc. Promover a tolerância por meio do ensino é criar condições para que os jovens possam aprender a solidariedade, o respeito e o reconhecimento da pessoa humana. Sobre a possível origem desses problemas, Charles Taylor (2002, p.241) ressalta que:

[...] a tese é de que a nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer danos reais, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmo redutor, desmerecedor ou desprezível. O não-reconhecimento ou reconhecimento errôneo podem causar danos, podendo ser uma forma de opressão, aprisionando uma alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora.

Reivindicar uma educação recognitiva¹⁷ do estado de ser de uma pessoa de suas qualidades e potências é entender que a promoção de uma educação para a tolerância se torna primordial para abrir um espaço democrático para o reconhecimento das diferenças individuais. Essa é uma das condições para que os homens possam construir vidas autênticas e saudáveis, e assim possam combater a intolerância, discriminação e toda sorte de preconceitos. A tolerância é o reconhecimento do valor do outro, antes mesmo de ser em seus muitos usos (uma mera formalidade produtiva). Quando reconheço o outro, abro uma possibilidade a compreensão e a riqueza da vida diversificada, aprendo com esse outro, o legítimo e o identifico como de direitos e deveres, porém quando não reconheço o outro abro um precedente a marginalização, a desconfiguração e a violentação de sua identidade. Entendendo a tolerância como reconhecimento do outro, podemos trilhar um conceito próprio para uma

¹⁷ Axel Honneth (2012p.81) coloca em seu estudo sobre a teoria da reconhecimento como um ato que não pode meramente consistir em palavras ou expressões simbólicas, mas em ato constitutivo que atribui qualidades particulares a uma pessoa ou grupo. Uma atitude realizada em concreta ação.

formação atitudinal fundamental para o viver e o conviver em sociedade. Taylor (1998, p. 54) em suas ponderações observa que:

A descoberta de minha identidade não significa que eu me dedique a ela sozinho, mas sim que eu a negocie, em parte, abertamente, em parte, interiormente, com os outros. Por isso, a identidade gerada interiormente atribui importância ao reconhecimento. Ela depende de “minhas reações dialógicas com os outros

A tolerância como princípio de convivência e ação social, ao ser incluída no processo educativo, passa a ser concebida como o próprio reconhecimento do outro na sua diversidade. Entretanto, antes de ser reconhecida na sua visão multilateral, a tolerância em sua origem etimológica era entendida como um suportar ou aceitar o outro, mesmo que ele estivesse errado. Superar essa significação em seu uso primeiro e evoluir para uma tolerância de reconhecimento das identidades saudáveis, permite buscar formas para superar as distorções e as obscuridades sociais que inflamam as distorções e aumentam a marginalização social. O diálogo com o outro constitui uma parte importante na construção do meu eu e supera a desinformação que são alimentadores das barbáries do dia a dia.

A educação que pretendemos construir considera a tolerância como mecanismo de reconhecimento das identidades, e a partir disso criar e abrir um caminho para a compreensão, a aceitação e a convivência na diferença e na diversidade. É preciso não perder de vista que o **pré-conceito** pode ser entendido como algo que ainda não se conhece, mas que se almeja conhecer. Esse processo de conhecer não pode ser contaminado em seu curso natural por entendimentos errôneos que são produtores de ignorâncias, pois o que não pode ser examinado ou revisado gera distorções, medos e ódios e transforma o pré-conceito em **preconceito**, transformando o natural em um artificial enraizamento das banalidades humanas. Daí a importância em adotar uma educação para a tolerância que trabalhe os juízos para o esclarecimento e o reconhecimento da verdade humana em todos os seus direitos fundamentais. Somente dessa forma a educação pode superar o solipsismo e as visões reducionistas da tolerância, concebendo-a como um aperfeiçoamento do homem em seus valores mais fundamentais para a vida cotidiana, adotando uma conduta com os outros e os

estilos de vida mais empático, cooperativo e responsável. Concordamos com Charles Taylor (2013, p. 35), em especial em sua definição de hipervalores:

[...] Há fins ou bens que são dignos ou desejáveis de uma maneira que não pode ser medida de acordo com os mesmos padrões que nossos fins, bens, *desirabilia*¹⁸. Eles são não só mais desejáveis – no mesmo sentido, porém num grau mais elevado – do que alguns desses bens comuns. Devido a seu caráter especial, merecem nossa referência, respeito ou admiração.

A tolerância como prática educativa tem de ser compreendida no processo ensino-aprendizagem como um hipervalor, um valor superior que merece nossa atenção como padrão a ser seguido e modelo de volição a ser adotado por todos nós. Como um valor *a priori* aos nossos desejos, inclinações ou escolhas, atua como uma base para julgar e avaliar os desejos e as escolhas dos homens. A tolerância que pretendemos conceituar é propriamente educativa, ela não pode ter caráter corporativo, organizacional, utilitarista ou mesmo pragmático. Diante desse olhar, a tolerância como processo de educação e como ferramenta para o ensino de filosofia começa a ganhar forma de um conhecimento propriamente filosófico. Por isso, o entendimento da expressão “por uma educação para a tolerância” passa por essa aproximação entre filosofia, tolerância e educação. A tolerância e a filosofia não podem ser compreendidas somente numa conjectura consequencialista do prazer material do capitalismo, do reducionismo funcionalista do mundo e de uma cultura de máximos resultados em menor tempo.

Para que serve uma educação filosófica para a tolerância? A primeira resposta que podemos dar é que ela serve para trazer as coisas mesmas, ver a forma do ser humano em sua essência, desnudá-lo das vestes individualistas e egoístas, agressivas e competitivas e, com isso, chegar ao direito natural humano, salientou Voltaire (2000 p.33): “[...] O grande princípio, o princípio universal de ambos, é, em toda a terra: “não faças o que não gostarias que te fizessem””. Com isso, podemos compreender a tolerância como um imperativo universal de reconhecimento do outro humano e não de um humano estranho a sua própria humanidade. Com isso, podemos mudar falas como as expressadas dos alunos no contexto escolar: “não suporto essa pessoa, mas apenas a tolero”,

¹⁸ O termo *desirabilia* pode ser traduzido por “desejo”.

e mudar por outras, como: “quero te ouvir e entender o teu mundo”. Essa mudança de perspectiva permite adotar uma educação tolerante de amadurecimento intelectual e comportamental.

CAPÍTULO 3- ENSINO DE FILOSOFIA E TOLERÂNCIA.

Não é possível aprender qualquer filosofia; [...] só é possível aprender a filosofar, ou seja, exercitar o talento da razão, fazendo-a seguir os seus princípios universais em certas tentativas filosóficas já existentes, mas sempre reservando à razão o direito de investigar aqueles princípios até mesmo em suas fontes confirmando-os ou rejeitando-os (KANT, 1980, p. 407).

No que se refere ao ensino de Filosofia, o *Referencial Curricular Amazonense* (RCA) para o ensino médio (2020, p.197) coloca esse componente de ensino como o condutor ao desenvolvimento de um pensamento crítico, permitindo experimentar um pensar individual em espaço coletivo, desenvolvendo nos estudantes a criticidade nas atitudes e comportamentos de seres existenciais. O RCA para o ensino médio faz da filosofia uma *práxis* imanente ao estudante, fazendo da livre escolha de como o sujeito do agir em seu espaço coletivo com ação crítica e valorização a vida pode mudar o mundo. Como uma atividade fabricadora social consciente que tem como objetivo caracterizar os esforços consideráveis e longamente duradouros a ultrapassar barreiras para transformação do mundo.

Assim como para Kant (1992, p.42) filosofia só pode ser aprendida pelo exercício da própria razão livre, não se podendo resumir tão somente a história do uso da razão e a um comportamento imitativo e servil, o ensino da tolerância não se ensina por si só, mas no exercício do tolerar. O ensino da tolerância tem que ser apresentado como uma atitude intelectual diante dos conhecimentos estabelecidos. Por isso, a tolerância se faz como um problema filosófico em sala de aula, em que o professor em seu desafio no chão da escola de sair ultrapassar a transmissão do conhecimento filosófico, procure produzir uma mudança subjetiva em seus alunos e nele mesmo como educador (CERLETTI, 2009, p.36).

3.1- Diretriz estadual sobre tolerância.

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem, que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu; parágrafo único, o homem confiará no homem como um menino confia em outro menino (Estatutos do homem, Thiago de Melo, Artigo 4º).

Em nossa investigação das diretrizes educacionais estaduais, observamos que a *Proposta Curricular* (2022) e o *Referencial Curricular do Amazonas* (2020) para o novo ensino médio contemplam as seguintes características que contribuem para o nosso entendimento de uma educação para a tolerância. O documento apresenta o detalhamento dos seguintes temas a serem adotados no ensino de Filosofia:

- Ética e alteridade: reflexões a respeito do outro, da pluralidade de pensamento.
- Direito do cidadão ao respeito e a diversidade de pensamento e crença.
- Filosofia da arte: reflexões sobre as manifestações artísticas dos diversos povos amazônicos, alteridade, multiculturalismo e relativismo cultural, gênero e sexualidade, raça e etnia.
- Cultura, religião, liberdade, a existência ética, o universo das artes. Preconceito, discriminação, diversidade e minorias. Diferentes tipos de preconceito e discriminação no Brasil (físico, sexual, étnico racial e religioso);
- Valores humanos: liberdade, solidariedade, igualdade, equidade e singularidade. (AMAZONAS, 2020).

A partir da análise realizada nos dois documentos que norteiam o trabalho do professor de Filosofia no Amazonas fica evidente que o trabalho do profissional de educação precisa considerar os valores fundamentais da condição e dignidade humana. Em sua função docente, o professor precisa proceder com decência e reconhecimento do outro de sua diversidade e do convívio plural com as diferenças, com a finalidade de combater e evitar a cultura do preconceito e de intolerância. Consideramos que uma educação filosófica para a tolerância caminha abraçada com esses ideais, promover a tolerância em sala de aula é promover a igualdade que combata toda forma de descaracterização das muitas riquezas humanas. Em suas reflexões, pontuou Boaventura de Sousa (2003, p. 56) que:

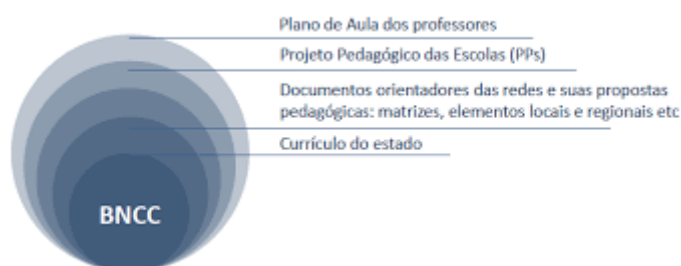
[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

É nesse contexto analisado por Boaventura de Sousa que a tolerância filosófica educativa ganha forma e significado na sala de aula junto ao professor

formador e aos jovens alunos em formação cidadã, responsável e participativa. Somos diferentes em muitos aspectos físicos, geográficos e culturais, essas singularidades não podem ser motivos de desigualdades que produzam pobreza e violência, a diferença tem que ser encarada como uma riqueza humana capaz de mobilizar o aprofundamento e a riqueza que fez esse mundo ter uma explosão de vida incomparável a qualquer mundo já conhecido nesse universo conhecido. Boaventura de Sousa atribui a educação uma responsabilidade pela promoção da justiça e de um mundo mais justo. A equidade somente é alcançada com uma educação para o reconhecimento das liberdades fundamentais, para a consciência de classe e a responsabilidade. O professor de Filosofia dentro do seu ambiente de trabalho que é a sala de aula deve criar um espaço de compreensão, oitiva e respeito aos seus alunos, ou seja, de tolerância, uma tolerância equitativa e promotora da paz.

Investigar o papel do professor de Filosofia no processo legal e de atuação no ensino público brasileiro e amazonense, é importante para compreender de que forma a filosofia pode contribuir para a formação no povo brasileiro e manauara de uma cultura para a tolerância, em busca da realização de uma nação mais igualitária, justa e próspera. Mas é também no chão de sala de aula que os jogos de poderes, o uso propagandista e demagógico aparece com mais força. A ação de ensinar e promover aprendizados se torna basilar na construção da justiça social, na participação política e numa convivência pacífica com as muitas diferenças de uma nação miscigenada e com a presença de graves problemas histórico de exclusão e privilégios (CHWARCZ, 2019, p.101).

Figura 7: Lugar do professor de filosofia na educação brasileira.



Fonte: UNISINOS. Disponível em: https://unisinos.br/repositoriocanvas/Pol_Pub_Edu/html_BNCC_Limites_Possibil/index.html.

Os documentos educacionais investigados explanam as diretrizes e atitudes a serem adotadas pelo professor em sua prática docente, os desafios de formação, o que querem os governos com tal formação e como o professor entende esse projeto de homem que a sociedade impõe como ideal. Atualmente, o homem vive em um mundo cada vez mais desigual devido à crescente agenda capitalista, de um avanço tecnológico que não vem acompanhado de uma responsabilidade de seu uso, a precariedade da vida que atinge desde a moral familiar até o trabalho cada vez mais precarizado.

Em sua vida diária os homens tomam conhecimento das decisões que são tomadas vertical e unilateralmente pelos governos, em que as democracias se configuram mais em uma oligarquia velada do que um poder popular. Com isso, a grande maioria das pessoas vive com receio da perda dos seus direitos, inclusive com receio de um possível retrocesso civilizatório e de extinção do mundo que conhecemos. Uma educação para a tolerância precisa ser realizada por meio de um convite que o professor faz em sala de aula aos alunos, um convite a intelectualidade responsável que combata o mundo polarizado, uma política do eu e eles, uma segregação entre as pessoas que vai de encontro a naturalidade política e social do homem. O professor de Filosofia munido de suas diretrizes e formação tem que exercer o seu papel como educador e combater toda forma de exclusão.

As legislações nacionais e estaduais que regem as práticas profissionais do professor precisam ser conhecidas, e o professor de Filosofia tem que estar ciente das diretrizes vigentes quando elaborar o seu plano de aula.

Pelo que se pode depreender dos documentos até aqui analisados, uma educação para a tolerância é chamada a formação serena da inter-relação de mundos, culturas e personalidades. Conviver com o diferente é um aprendizado enriquecedor. O mundo vive uma convivência da diversidade, em um mesmo ambiente temos a convivência de venezuelanos compartilhando com haitianos. Essa realidade gera conflitos e pré-conceitos e nada melhor que o remédio do conhecimento e da formação tolerante para sanar ignorâncias, discursos de ódios e inverdades.

A existência de muitas culturas numa mesma região vai de encontro a qualquer fronteira imposta pela sociedade tradicional conservadora. A educação

para a tolerância, tema tão importante e relevante aos homens, tem que ser olhada com o peso que ela tem para o futuro, de uma mudança na história brasileira na formação e internalização de competências e habilidades cada vez mais fundamentais para a promoção da paz e do progresso humano. A tolerância é compreendida na concepção de Paulo Freire (2017, p. 18) como “[...] uma das qualidades fundantes da vida democrática”.

Figura 8: Nuvem de palavras.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Se fossemos fazer uma análise de todos os dados levantados, nessa varredura documental discutida até o momento, chegaremos a um painel de palavras chaves mais citadas e repetidas nessas diretrizes, como ilustrado na Figura 8. Tendo como objetivo a formação para as gerações futuras, a educação presente precisa considerar o tipo de homem almejado e desejado. A Figura 8 ilustra as principais palavras investigadas neste texto e delineia a pretensão das legislações dos governos internacionais e nacionais.

A tolerância pode e deve funcionar como um *ethos* de respeito pelo direito dos outros de existir, mesmo que você se oponha a elementos de sua existência, crença e práticas (BROWN, 2008, p.16). O discordar de algo não pode ser confundido com a “legalidade” de extermínio do outro e de suas práticas, posso não concordar com você, mas isso não pode ser usado como artifício para negar o direito à vida e a existência do outro. O diferente de mim tem de funcionar como

uma instigação ao aprender com esse outro, assim promovendo a riqueza humana. As normas de convivência que regulam o nosso comportamento estão se modificando muito rápido e isso gera desgastes e conflitos étnicos, raciais e culturais e o caráter moral tem que acompanhar essas mudanças. Formar competências e habilidades educacionais tolerantes que venham a ser instrumento de resolução de conflito e que seja inserido no cotidiano de vida e existência coletiva é um passo importante para a realizar nossos desejos de um mundo de cultura e personalidade pacífica.

A análise dos documentos apresentados neste capítulo mostra os princípios e as diretrizes a serem adotados na formação dos estudantes brasileiros. Um conjunto de hábitos, costumes e crenças são desenhados nos documentos legais citados neste texto. Ao ideal de um mundo sem preconceito e discriminação e mais inclusivo a diversidade se junta a exigência legal e a responsabilidade que o homem tem um com outro, especialmente na capacidade de se colocar no lugar do outro, condição para a formação de homens reflexivos, críticos e autônomos em um ambiente mais democrático e de justiça social. Por isso, três agentes devem ser enfatizados no processo reflexivo: o mundo, o agente tolerante e o outro. Devido a elevada incidência de atitudes preconceituosas e discriminatórias, alguns temas precisam ser trabalhados em sala de aula com mais ênfase, como: alteridade, direito, responsabilidade e liberdade. O processo de formação de um agente tolerante inclui a adoção de princípios éticos de coexistência pacífica com o outro diferente, e a construção de espaços solidários e democráticos para a resolução de problemas pelo ele mesmo. É preciso a partir disso formar pessoas habilidosas e competentes na tolerância, para que em uma situação real-problema se possa resolver com parcimônia e produtiva elevação da condição humana de convivência. A filosofia com seu arcabouço milenar pode e deve contribuir para a construção de competências e habilidades para a formação de um ser tolerante e de uma cultura de tolerância.

Se começamos a escrita desde capítulo com uma hierarquia de leis e diretrizes que se intercalam e se comunicam entre si com o objetivo comunicativo, colaborativo e complementar, é para mostrar o quanto a tolerância é importante nos âmbitos internacional e nacional, granjeando espaço em todos

os setores da sociedade, com ênfase nos sistemas educacionais. Os documentos preconizam a criação de uma cultura de reconhecimento, convivência e aprendizado com a diversidade e sua importância para a riqueza e o ganho social.

3.2- Ensino de Filosofia e pedagogia das competências.

Não é a diversidade de opiniões (que não pode ser evitada), mas a recusa de tolerância para com os que têm opiniões diversas (que deveriam ser admitidas), que deu origem à maioria das disputas e guerras que se têm manifestado no mundo cristão por motivos religiosos. (LOCKE, 2019, p. 60).

A palavra grega *areté*¹⁹ tem duas possibilidades de tradução, “virtude” e “excelência”, é empregada desde os poemas homéricos para definir a excelência de qualquer ação, seja humana ou não. Na *Ilíada* (20, v. 411), o termo denota a ação do corredor veloz que exhibe a *areté* dos seus pés durante uma corrida. Também é utilizada (15, v. 642) para mencionar quando o filho atinge o nível que supera o pai em todos os tipos de ação, como atleta, soldado e intelectualmente. O termo também é utilizado para expressar a função adequada de partes do corpo físico e a de algumas atividades, a virtude dos olhos é ver com nitidez, a virtude do cavalo de corrida é a sua destreza nos pés. No diálogo *A República* (I, 352e-353a-c), Platão utiliza o termo para expressar o estado ou a condição em que um homem apresenta para executar bem o papel compatível com a sua natureza. O termo também foi utilizado para fazer referência às quatro principais virtudes (IV, 441c), sabedoria, coragem, temperança e justiça, consideradas como excelências da alma, que ao serem cultivadas e praticadas possibilitam ao homem fazer bem o que lhe é destinado a fazer, isto é, seu modo de vida. O sentido do conceito de *areté* torna o homem apto para o desempenho do seu papel individual e social (MACINTYRE, 2001, p. 219).

¹⁹ O termo *areté* possui sentido duplo, pode ser utilizado tanto para fazer referência ao contexto físico quanto moral. Deriva de *áres* que, enquanto nome próprio, designa o deus da guerra e quando substantivo comum significa combate e coragem. Da raiz *ar* tem-se *áristos*, valente e valoroso. Mas também *ársen*, varão, viril, donde, forte, corajoso; e provavelmente *árkho*, comandar, deter o poder; e *arô*, semear, fecundar (donde: instrumentos aratórios). A virtude, então é no sentido moral a força da alma que tende ao bem (COBRY, 2007, p. 25).

Segundo o sentido grego de *areté*, cada objeto ou ser vivo tem uma característica de virtude, o que permite a sua utilização em diferentes contextos, incluindo cada forma política e condição social, que em condições ideais de virtude torna-se princípio e guia para a sua plena realização. Platão atribui novo sentido a concepção de boa sociedade, considerando-a como uma aristocracia constituída pelo mérito no qual o sábio torna-se bom pelo seu próprio esforço em dominar as paixões inferiores e desenvolver as suas qualidades psíquicas. Ao propor a distribuição de funções e autoridade com base no mérito, Platão relaciona a justiça com as qualidades da alma. Com base nessa noção, é possível inferir as virtudes próprias de cada forma de governo, por exemplo a virtude da monarquia é a lealdade ao monarca, a qual se distingue da lealdade para o estado e é garantida pela personalidade do rei. A virtude de uma ditadura militar é a honra das conquistas bélicas. A virtude de uma tradicional democracia liberal é a igualdade, enquanto a virtude de uma tradicional democracia socialista é a irmandade dos seus membros. No ideal de uma democracia nacionalista almeja-se o patriotismo, pois considera o próprio estado como seu objeto e não a figura de um rei.

Na época atual, a virtude da democracia precisa considerar a condição plural e diversificada dos homens, que emerge das discussões políticas e sociais com base no respeito e na tolerância às diferenças dos seus membros. A tolerância política pode ser compreendida como um estado de espírito e uma condição que conectam as sociedades democráticas ao funcionamento e à realização excelente do ideal de pluralismo. Se considerarmos a tolerância como uma virtude política, não é possível compreendê-la somente como uma questão psicológica com o risco de prejudicar a investigação filosófica, é necessário realizar uma análise do seu uso teórico e prático na democracia pluralista (WOLFF, 1965, p. 4). Investigar a possibilidade do argumento tolerante como prática da democracia pluralista é analisar a forma como pode ser realizada a união de concepções opostas na sociedade e na natureza humana. Entretanto, a virtude da democracia plural e diversificada tem suas ameaças na concepção de *homo oeconomicus* e seu ideal egoísta, com isso tolerância e egoísmo tem elementos que os torna antagônicos.

Michel Foucault (2008, p. 409), ao estabelecer a diferenciação entre a sociedade civil e o *homo oeconomicus*, esclarece que a sociedade civil em sua essência histórica não está alicerçada no lucro da troca, mas na máxima do interesse desinteressado, que origina os vínculos e a manifestação dos sentimentos de simpatia, benevolência e compaixão uns com os outros. Porém, o surgimento do *homo oeconomicus* no século XVIII introduz novos ideais que não somente dificultam a convivência quanto instituem uma certa repugnância a outros indivíduos, incluindo não se solidarizar com a infelicidade de um outro indivíduo, o que faz com que o egoísmo se torne um dispositivo social muito forte nos séculos posteriores. Esse padrão de comportamento egoísta se prolonga até hoje em máximas que colocam o lucro acima das pessoas, o que inviabiliza e emperna qualquer sociedade plenamente democrática e tolerante (CHOMSKY, 1999, p. 14).

No âmbito político-social, o bem comum torna-se cada vez mais ameaçado pelos interesses das multinacionais e do mercado financeiro que executam as suas necessidades econômicas desvinculadas dos interesses social e ambiental. Rousseau (1999, p. 126) menciona a possibilidade de um sentimento universal e unânime entre as pessoas que representaria o bem comum e a vontade geral:

Enquanto muitos homens reunidos se consideram como um só corpo, têm uma só vontade que se refere a conservação comum são bem-estar geral. Então todos os móveis do Estado são vigorosos e simples, suas máximas são claras e luminosas, não existem interesses confusos e contraditórios, o bem comum mostra-se por toda a parte com evidência e não exige senão bom senso para ser percebido.

Quando Rousseau construiu os seus argumentos em busca de uma sociedade mais justa alicerçada em ideais antigos das *pólis* gregas,²⁰ conjunto menor de agrupamento social, muito mais homogêneo e menos heterodoxo, ele não poderia ter a menor ideia do mundo que hoje se apresenta. Na atualidade, existem grandes agrupamentos sociais que se aglomeram em megalópoles, com toda a dificuldade que uma elevada concentração de pessoas exige: terras,

²⁰ A Grécia clássica se diferenciava em muito dos estados modernos que vivem em único estado com um único governo, como França, Estados Unidos, Brasil dentre outros em tempos atuais. A Grécia se configurava por centenas de cidades independentes, rodeadas por zonas rurais. Os estados soberanos da Grécia eram cidades-estados (DAHL, 2001, p. 21).

moradias, assistência do estado e diferentes conflitos sociais, incluindo os étnicos. Isso exige dos governos ações que possam minimizar contrastes e conflitos, incluindo a utilização de estratégias e mecanismos governamentais que possam conscientizar os homens e mulheres para viver em uma democracia plural e diversificada, sendo capaz de responder aos desafios de um mundo mais interconectado e complexo, diferente do tempo vivenciado e almejado por Rousseau.

Nos tempos atuais os desafios são muitos em contraste com a formação do bem comum rousseneano, em que o individualismo e o egoísmo dos homens contemporâneos ganham cada vez mais espaços em todos os setores da sua atuação, incluindo a formação escolar. O dilema do nosso tempo é tratar o homem como “pessoa” de direito, dignidade e autenticidade, em contraste com a definição de “indivíduo” carregada de materialidade econômica, como expressa Macpherson (1979, p. 283):

O indivíduo, numa sociedade de mercado possessivo é humano em sua qualidade de proprietário de sua própria pessoa; sua humanidade realmente depende de sua independência de quaisquer relacionamento contratuais com os outros, exceto as que são de seu interesse; sua sociedade realmente consiste de uma série de relações de mercado.

A tolerância como virtude de ação em uma democracia plural vai de encontro a formação de uma personalidade predatória e de interesses individuais, em que a realidade social é competitiva e excludente ao que é socialmente marginalizado e considerado mais fraco pelo grupo. O professor de Filosofia, ao propor uma educação para a tolerância precisa estar ciente desse contraste, pois uma educação para a tolerância passa por um olhar ao ser humano e não a artificialização criada pelo mercado consumidor, com ênfase nos seus direitos, como dignidade e liberdade de expressão.

Diante desse cenário individualista, competitivo, agressivo e egoísta que ameaça qualquer proposta social, incluindo uma educação para a tolerância, surgem alguns questionamentos relacionados ao lugar e ao papel do professor no contexto atual, ao modelo educacional adotado e a quem beneficia as atuais práticas sociais e profissionais. Nesse contexto, duas exigências precisam ser analisadas e atendidas: primeiro, a capacidade de formar e capacitar os jovens para uma socialização idealizada por seus governos e a quem os contrata;

segundo, o fomento a uma educação para a tolerância independente de governos A ou B. Essas duas exigências ocasionam duas dificuldades para a proposição de uma educação para tolerância: a necessidade de o profissional de educação socializar com os seus estudantes e apreciar os seus valores sociais e particulares, sua cultura ou a de seu grupo religioso; a compreensão dos valores da sociedade particular a qual o professor e os seus alunos pertencem, que em muitos aspectos entram em conflito com outras culturas e tradições.

A necessidade de maior socialização é defendida devido a necessidade de promover a habilitação dos jovens para interagir com as gerações atuais e os preparar para atuar nos diferentes espaços sociais coletivos. Porém, esses mesmos jovens a serem preparados para assumir futuramente o protagonismo social de suas vidas são os mesmos que enfrentam e podem ter dificuldades para coexistir com outras culturas e costumes diferentes da sua. A tolerância como uma importante virtude política tem que estar acima dessas situações que podem causar conflitos. A tolerância tem de estar pautada em um olhar civilizatório que permita encorajar e acreditar na existência de valores morais absolutos, que ajudem os jovens (e os adultos) a entender os valores transculturais, e assim conviver em uma democracia plural e diversificada que é símbolo do nosso tempo (NEWMAN, 1982, p. 168).

Uma socialização atrelada a uma visão etnocêntrica e utilitária de governos A ou B e que não leva em conta os valores civilizatórios e transculturais, pode gerar, em muitos casos, uma das piores intolerâncias, a banalidade e o ódio. Quando um jovem não consegue ver os pontos fracos de sua comunidade e não analisa as diferenças das outras culturas, ele pode adotar formas exageradas e estereotipadas de comparações, podendo inclusive tornar-se radical e incapaz de criticar sua própria sociedade. Tudo isso nos leva a refletir sobre as aptidões necessárias para o professor cumprir o seu papel formador em um mundo democrático e plural que tem na tolerância a sua virtude, e assim procurar responder com eficiência e com excelência as demandas da convivência do mundo social. Diante desse cenário, podemos fazer o seguinte questionamento: qual é a posição do Brasil diante da formação competente de seus jovens para enfrentar um mundo plural e cheio de contrastes culturais?

A *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), diretriz educacional nacional, define **competência** como: “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2017, p.8). Os documentos estaduais, *Referencial Curricular Amazonense* (RCA) para o ensino médio e a *Proposta Curricular Pedagógica do Amazonas* (PCPA), seguem a mesma diretriz nacional, adaptando-a a realidade do estado do Amazonas.

No contexto educacional atual os três documentos atuam como uma espécie de guia para as práticas formadoras do professor de Filosofia que precisa adotar em sua prática um conjunto de conhecimentos, ações e sentimentos importantes para a vida social, incentivando o aluno a compreender a sua realidade social em toda a sua complexidade, preparando-o para uma melhor atuação na vida diária como cidadão. O professor também precisa fazer com que o aluno seja protagonista de sua formação e, com isso possa atuar da melhor forma possível nos muitos ambientes a que terá em sua existência, dentre eles o mundo do trabalho. Pensar no lugar da tolerância nessa definição de competência é procurar encontrar um meio de exercê-la plenamente. A definição de competência preconizada pela BNCC e reiterada pelo RCA-AM e PCPA apresenta um olhar genérico de competência. Para adotar este conceito na prática docente, é preciso aprofundar e clarificar com estudos e pesquisas o seu real significado, procurando encontrar procedimentos e práticas pedagógicas que venham a melhorar o seu uso na prática profissional do professor de Filosofia, incluindo os demais agentes que possam se beneficiar e melhorar a visibilidade da tolerância como competência em uma democracia plural e diversa. Em sua prática, o professor precisa pensar em conteúdos e técnicas pedagógicas que possam incluir a tolerância e, com isso, possa esclarecer situações excludentes, possibilitando com que o aluno perceba por ele mesmo o quanto a tolerância é importante para viver em um mundo mais significativo e justo possível.

Em sua prática, o professor de Filosofia precisa agir de forma eficaz, procurando adotar recursos teóricos e práticos que possam ser aplicados em contextos que esclareçam o sentido de humana dignidade, pautada nos direitos

humanos e numa postura humanista. A busca de caminhos que considerem uma competência filosófica para a tolerância permite clarificar e aplicar no contexto escolar a definição vigente na BNCC. Para isso ser iniciado, é preciso mudar a mentalidade de ensino na sua forma de abordagem e de compreensão do que é educar e ensinar. Para ser capaz de realizar a virtude da tolerância de forma plena e generalizada, é preciso abandonar velhas posturas de ensino.

O ensino por competência é o caminho preconizado pela legislação vigente para substituir velhas práticas viciantes do ensino que excluem os menos favorecidos. Perrenoud (1997, p.70) argumenta que a escola tradicional seletista e propedêutica fomenta e reproduz desigualdades sociais quando foge ao seu papel social que é a inclusão. Uma educação inclusiva deve permitir a inclusão efetiva das minorias sociais para que elas possam ingressar nas universidades e nos espaços de lideranças sociais, exercendo plenamente a sua cidadania.

O ensino baseado na formação de competências para a vida surge na década de 70, como alternativa para aumentar o rendimento no trabalho. A denominada pedagogia das competências começa a ser adotada na área da educação no final do século XX, como alternativa educacional para enfrentar e resolver os problemas gerados pelas novas situações, diferentes daquelas já conhecidas e em diferentes contextos de atuação (ZABALA, 2020, p. 12). A função da escola é preparar os alunos para a resolução de problemas do cotidiano, a escola tem que desenvolver uma competência para a tolerância que permita com que o jovem responda de maneira adequada aos diferentes problemas e conflitos das situações da vida, e não apenas no campo acadêmico e profissional, mas nas esferas sociais, pessoal e interpessoal com um olhar plural, diversificado e transcultural.

Dentre os preceitos a serem adotados pela educação consta a de promover uma cultura de solidariedade, justiça, participação, de respeito com as diferenças sociais e de defesa às minorias. Em nossa época, os possíveis motivos que ensejam e alimentam ações intolerantes são: a crise de valores; a precarização da vida; a ausência de horizontes inspiradores; a impotência diante de crises políticas globais condicionadas por interesses particulares cada vez mais distantes da maioria; a mercantilização e a fragmentação de valores fundamentais ao bem social, somando a todos esses motivos o egoísmo, o

consumismo, a competitividade e a superficialidade. A educação para tolerância tem a missão de promover uma cultura de responsabilidade nos diferentes âmbitos da convivência social, familiar, profissão e afetiva, estimulando o pensar e o agir com autenticidade, entendimento mútuo e diálogo. Aprender a viver juntos, conhecendo os seres humanos enquanto coletividade, suas histórias, tradições, crenças estimula o aluno a procurar soluções inteligentes e pacíficas, evitando dessa forma os conflitos e a formação de uma conduta intolerante. É importante estudar e conhecer como se manifestam uma conduta intolerante, para que os alunos possam combatê-la com inteligência.

A maioria das pessoas entende que o problema do intolerante é essencialmente psicológico, esta visão é considerada plausível, considerando que a prática da intolerância é um fenômeno tipicamente humano. O homem e a mulher intolerantes são vistos como pessoas que apresentam algum problema em suas personalidades, como: imperfeição, inadequação, vício, incapacidade ou mesmo doença. Geralmente as pessoas consideram o intolerante como alguém que internamente tem algo de errado. É preciso observar que o problema do intolerante não é somente psicológico, é multifacetado e tem dimensões outras a serem consideradas. Numa dimensão conceitual, muitas pessoas não entendem o que é ser tolerante e quais as suas demandas, induzindo muitos intolerantes a não perceberem a sua situação e pensarem erradamente que são tolerantes. Numa dimensão epistemológica, a intolerância geralmente envolve algum tipo de preconceito, ocasionado por vários fatores, como mal julgamento, ausência ou evidência insuficiente, interpretação errada ou distorcida dos fatos ou da atitude de alguém, ausência de informação do contexto geral de uma situação. Numa dimensão teológica, o homem intolerante considera a sua religião como a plenamente certa em exclusão das outras manifestações religiosas. Numa dimensão utilitarista, muitos homens estão convencidos de que a tolerância apresenta falhas desastrosas, que o melhor é ser intolerante (NEWMAN, 1982, p. 147).

A construção de uma competência filosófica para a tolerância precisa considerar as diferentes dimensões em que a formação escolar atua, incluindo a preparação do estudante para exercer o seu papel de ser tolerante numa sociedade diversa e plural. Ao longo do tempo, a intolerância foi e ainda é a

causa de muitos problemas pessoais e sociais. A filosofia sempre forneceu um espaço para a discussão, leitura e produção de reflexões e conhecimentos para a compreensão do ser humano, especialmente do seu agir social, sendo considerada como ponto de partida e como aliada na criação de uma competência filosófica para a tolerância e no combate das práticas intolerantes. Filósofos como Voltaire e Norberto Bobbio e educadores como Paulo Freire compõem uma importante tradição de autores que refletiram e colocaram a problemática da tolerância em suas multifacetadas dimensões, revelando e clarificando um conceito tão caro e difícil de definir. A ausência de clareza e as distorções em torno da tolerância são os principais incentivos para a proposição de uma tolerância filosófica a ser aplicada no contexto da sala de aula.

Conhecer a tolerância e as suas manifestações é uma das formas de superar o obscurantismo e o mal julgamento em torno desta categoria, fazendo com que os homens emitam bons juízos de valor pautados na verdade e na democracia. É preciso encontrar caminhos que procurem superar uma visão reducionista e utilitária da tolerância. Ser tolerante implica conhecer e agir da melhor forma possível, por isso ser competente na arte da tolerância é saber (ter conhecimento) como ser tolerante com o outro, é saber fazer uso da tolerância (proceder como tal) em situações conflitantes e ser tolerante (ter atitude) com pessoas diferentes e difíceis. É preciso compreender a tolerância em todos os sentidos, especialmente o “*sentindo moral*”, compreendido como um guia para os homens. (MILL, 2011, p. 33).

Voltaire em seus escritos aborda a dimensão epistemológica da tolerância, revela de que forma o preconceito e o mal julgamento produzem injustiças e intolerância, como a cometida contra Jean Calas. Em sua abordagem, ele conclama os homens e mulheres a agirem de acordo com um sentimento moral independente de qualquer interesse social, incluindo o religioso. Bobbio com sua dimensão conceitual nos convida a fazer uma purificação do conceito de tolerância, conceito tão distorcido e mal compreendido levando a sua má compreensão e ao seu mal uso. Bobbio faz um estudo sereno da tolerância para que ela adquira o seu verdadeiro e justo uso entre os homens e mulheres. Paulo Freire esclarece o que a tolerância não é: não é pura condescendência ou indulgência; não é um certo favor útil de menos dano e mais

ganho do tolerante ao tolerado. Para ele, o tolerante em muitos casos se dispõe e bondosamente ou mesmo benevolente a perdoar a inferioridade do tolerado, assim transformando a tolerância numa compreensão alienante. Em sua concepção, a tolerância é antes de tudo uma virtude da convivência humana. Esses três pensadores contribuem de diferentes formas para a configuração para uma competência filosófica para a tolerância em sala de aula.

3.2.1- Contribuições de Voltaire, Bobbio e Freire para uma competência filosófica da tolerância

[...] ainda que uma opinião seja votada ao silêncio, essa opinião pode, tanto quanto sabemos, ser verdadeira. Negar isto é pressupor a nossa própria infalibilidade. (MILL, 2011, p. 87).

O filósofo inglês John Stuart Mill (1806-1873) forneceu um excelente argumento em defesa da tolerância, sustentou o princípio da ignorância universal dos homens e mulheres, baseado na concepção de que apesar dos homens serem seres fechados em circunstâncias particulares, eles pretendem fornecer juízos de validade universal, e é nesse ponto que eles podem errar em suas escolhas e ações. É a consciência de que são seres limitados e sujeitos ao erro, que faz com que os homens busquem alternativas para superar a sua ignorância, e, com isso, conduzir a sua vida com razoabilidade e segurança. Por isso, Mill (2011, p. 87) defende a liberdade individual com os seguintes argumentos:

Em primeiro lugar, ainda que uma opinião seja votada ao silêncio, essa opinião pode, tanto quanto sabemos, ser verdadeiro. Negar isto é pressupor a nossa infalibilidade

Em segundo lugar, embora a opinião silenciada esteja errada, pode conter uma porção de verdade, o que frequentemente acontece; e dado que a opinião geral ou prevalente sobre qualquer assunto raramente ou nunca constitui a verdade por inteiro, é apenas através do conflito de opiniões opostas que o resto da verdade tem alguma hipótese de vir ao de cima.

Em terceiro lugar, mesmo que a opinião dominante não seja apenas verdadeira, mas constitua também a verdade por inteiro; a não ser que se deixe que seja vigorosa e honestamente contestada, e a não ser que isso de fato aconteça, será mantida como um preconceito pela maior parte dos que a aceitam, havendo pouca compreensão ou sentimento em relação aos seus fundamentos racionais [...].

[...] em quarto lugar, o próprio significado da doutrina estará em perigo de ser perdido, ou enfraquecido, e privado do seu efeito vital sobre o caráter e a conduta; tornando-se o dogma uma mera crença formal, ineficaz para o bem, mas que estorva os fundamentos, e impede o aparecimento de qualquer convicção real e sentida, a partir da razão ou da experiência pessoal.

A posição de Mill segue uma tradição filosófica longa sobre o debate da tolerância na filosofia em que Voltaire, Bobbio e Freire são signatários. A adoção de uma concepção de humildade intelectual como virtude pode tornar os homens e mulheres receptivos ao conhecimento e ao posicionamento dos outros, o que permite com que eles possam compreender e aceitar possíveis erros e limitações. Em contrapartida, os principais aliados da intolerância são o orgulho, o pedantismo e o egoísmo, sentimentos e ações que prejudicam e inviabilizam a convivência social, em especial de grupos distintos. Por isso, é importante definir a tolerância como uma abertura para a compreensão da falibilidade humana, permitindo dessa forma o respeito com os outros seres.

O que há em comum entre os três pensadores selecionados como guia para a nossa reflexão filosófica é o tema da tolerância como central nos seus escritos. Ao analisarmos as ponderações lógicas de cada um dos três pensadores, podemos encontrar interseções entre eles e buscar um denominador comum para a construção de uma competência filosófica para a tolerância. O processo comparativo entre um e outro e entre todos eles visa encontrar semelhanças e diferenças, a fim de identificar o que há em comum entre cada um deles. Voltaire, Norberto Bobbio e Paulo Freire contribuem de diferentes formas em nossa empreitada filosófica. Para que isso aconteça, recorreremos à lógica, utilizando a estrutura formal das regras racionais para compreender o conhecimento de cada um dos três pensadores e as possíveis interseções entre eles.

Como aliado para ilustrar as nossas reflexões filosóficas sobre a tolerância, recorreremos ao “diagrama de Venn”,²¹ principiando com as

²¹ O diagrama de Venn foi elaborado pelo matemático John Venn que consiste na representação das premissas e conclusão de uma análise reflexiva em três diagramas que se interceptam dois a dois (COPI, 1978, p. 174). Os símbolos e os correspondentes significados de cada uma dessas regiões são o seguinte: SMP são os elementos pertencentes a S e a P e a M ; $SMP^{\bar{}}$ são os elementos pertencentes a S e a M , mas não a P ; $\bar{S}MP$ são os elementos pertencentes a S e a P ,

ponderações de Voltaire e Norberto Bobbio. Ao colocarmos os dois filósofos lado a lado no “diagrama de Venn” com a finalidade de encontrar neles tanto as diferenças como as relações possíveis de diálogo, almejamos ao mesmo tempo definir nossa problemática de pesquisa e encontrar parâmetros de síntese entre os dois pensadores.

Seguindo as etapas propostas para a realização na análise reflexiva, a saber observação, descrição, classificação, comparação, intersecção e conclusão, elaboramos o primeiro diagrama sobre as reflexões filosóficas de Voltaire e Bobbio sobre a tolerância (Figura 9):

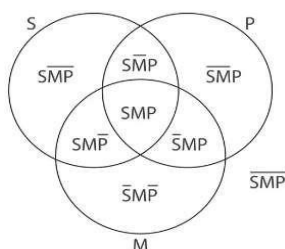
Figura 9- Diagrama comparativo entre Bobbio e Voltaire.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

As ponderações de Voltaire e Bobbio sobre a tolerância podem ser consideradas como uma posição intelectual franca e honesta sobre o

mas não a M; $\bar{S}MP$ são os elementos pertencentes a M e a P, mas não a S; $S\bar{M}\bar{P}$ são os elementos pertencentes a S, mas não a M, nem a P; $\bar{S}\bar{M}P$ são os elementos pertencentes a P, mas não a S, nem a M; SMP são os elementos pertencentes a M, mas não a S, nem a P; $\bar{S}\bar{M}\bar{P}$ são os elementos que não pertencem a S, nem a M, nem a P. O diagrama é representado conforme ilustração abaixo:



entendimento e o agir humano em relação ao outro, pois somente com abertura do pensamento é possível raciocinar de forma compreensiva e tolerante com relação ao diferente, condição necessária à coexistência pacífica entre todos os seres humanos. A coexistência pacífica é algo almejado pelos dois filósofos, concordam que essa convivência atua como uma espécie de aprendizado ao interagir com a diversidade. A boa luta intelectual travada por Voltaire e Bobbio em seus respectivos tempos está pautada em uma postura comprometida com a vida, com a paz e com a verdade.

Quando os dois pensadores empreendem esforços para clarificar e elucidar o tema da tolerância, eles o fazem com base em uma intuição intelectual que procure garantir de alguma forma o direito da expressão livre de opiniões e crenças. Ao longo dos tempos, o tema da tolerância esteve e ainda se encontra envolto em um espaço obscuro e distorcido que alimenta a ignorância, motivo o porquê Voltaire e Bobbio procuram compreender as condições da vida humana em sua relação social.

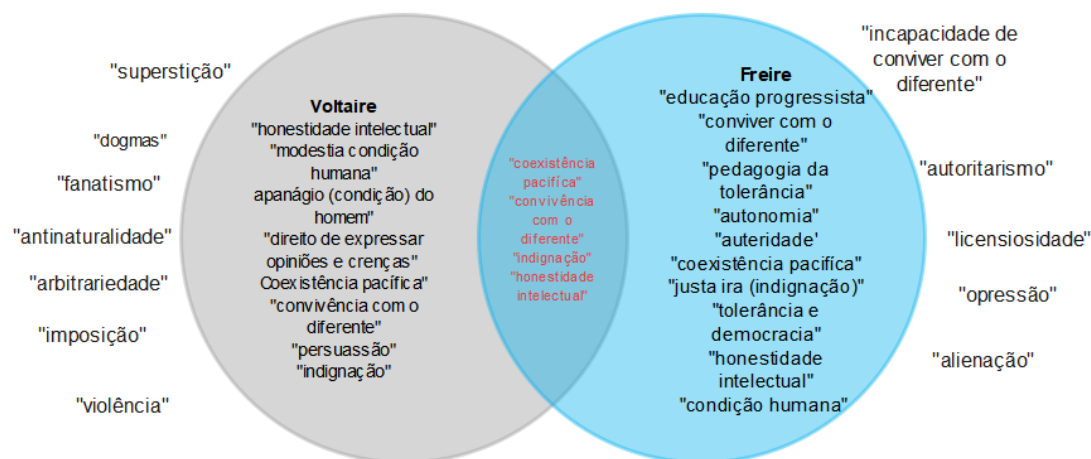
No século XVIII, Voltaire denuncia o fanatismo, a arbitrariedade e a violência que muitos franceses enfrentavam e sofriam, mostrando os problemas gerados pela imposição dogmática religiosa, causa de muitas injustiças e arbitrariedades, a exemplo do que sofreu a família Calas. O pensador observa o quanto as superstições poderiam levar alguns homens a ações irracionais e violentas.

Norberto Bobbio, assim como Voltaire o fez em seu tempo, incentiva o combate às práticas injustas e ao uso da força e da intimidação para impor verdades e ideologias as outras pessoas. Para ele, esse aspecto agressivo e impositivo produz uma relação humana de erros, crises de valores pautados em uma noção distorcida de dignidade, de indiferença com relação aos fatos, causando dessa forma toda sorte de danos ao indivíduo e a sociedade como um todo. Em suas reflexões, Bobbio propõe um *modus vivendi* com as diferenças e fundamentado na reciprocidade e numa indignação legítima, que denuncia as injustiças praticadas e sofridas. Bobbio reflete sobre a tolerância em um contexto de crise, em que a uma investigação filosófica precisa ser realizada com a adoção de uma postura serena, persuasiva e num espaço coletivo democrático.

Em suas respectivas épocas e contextos sociais, Voltaire e Bobbio consideram a tolerância como inerente a condição humana, como intermediadora da convivência humana com axiomas considerados dignos (persuasão, verdade, indignação, serenidade e honestidade intelectual) e válidos para a construção de uma cultura de paz e de justiça social.

Seguindo a metodologia adotada, é possível estabelecer um paralelo entre Voltaire e Paulo Freire, com a elaboração de um diagrama que adote como critério a honestidade intelectual (Figura 10):

Figura 10- Diagrama comparativo entre Voltaire e Freire.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

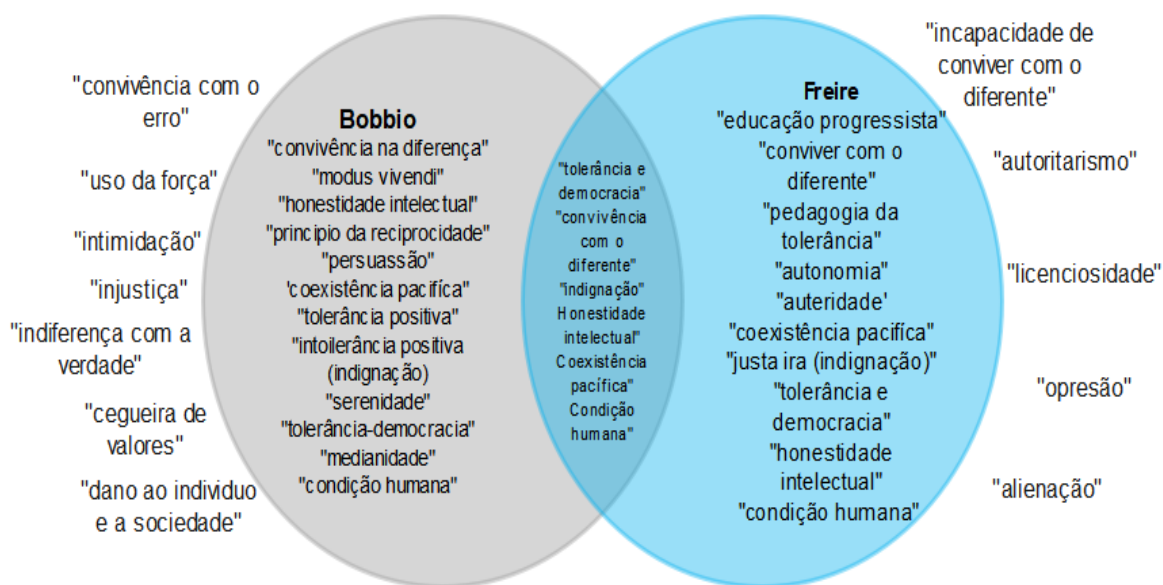
Voltaire e Freire consideram a tolerância como um recurso fundamental para a coexistência pacífica entre pessoas com cultura, concepções e práticas diferentes e plurais. Para isso, o ato de tolerar não pode ser substituído ou alterado por nenhum outro mecanismo artificial, especialmente o econômico do tipo maior ganho e menos perda.

A análise de Paulo Freire desnuda em poucas linhas a condição humana e a realidade histórica brasileira de violência, com um aprofundamento importante para a nossa compreensão do nosso tema. A sua análise da tolerância como elemento fundamental para a vida democrática lança luz sobre o caso fatídico do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que revela uma prática autoritária, opressiva e alienante de uma parcela da população brasileira. O caso

ilustrado por Freire suscita questionamentos quanto a um modo de pensar e agir distante de uma vida democrática e tolerante, que revela a incapacidade de algumas pessoas em conviver com as diferenças. Sua pedagogia da tolerância é um convite a um olhar autônomo em relação ao outro, o olhar do “eu” somente existe e ganha legitimidade pelo reconhecimento e contato com o olhar do outro. Olhar a perspectiva do outro significa não aceitar o desregramento, a violência e a imoralidade em que a história brasileira foi formada, é procurar mudar o modo de pensar e agir brasileiro, promovendo uma educação universal, progressista e que considere a justiça social.

Durante o processo de análise comparativa de Bobbio e Freire, chegamos as possíveis interconexões entre o pensamento dos dois sobre o exercício da tolerância em um espaço democrático (Figura 11):

Figura 11- Diagrama comparativo entre Bobbio e Freire.



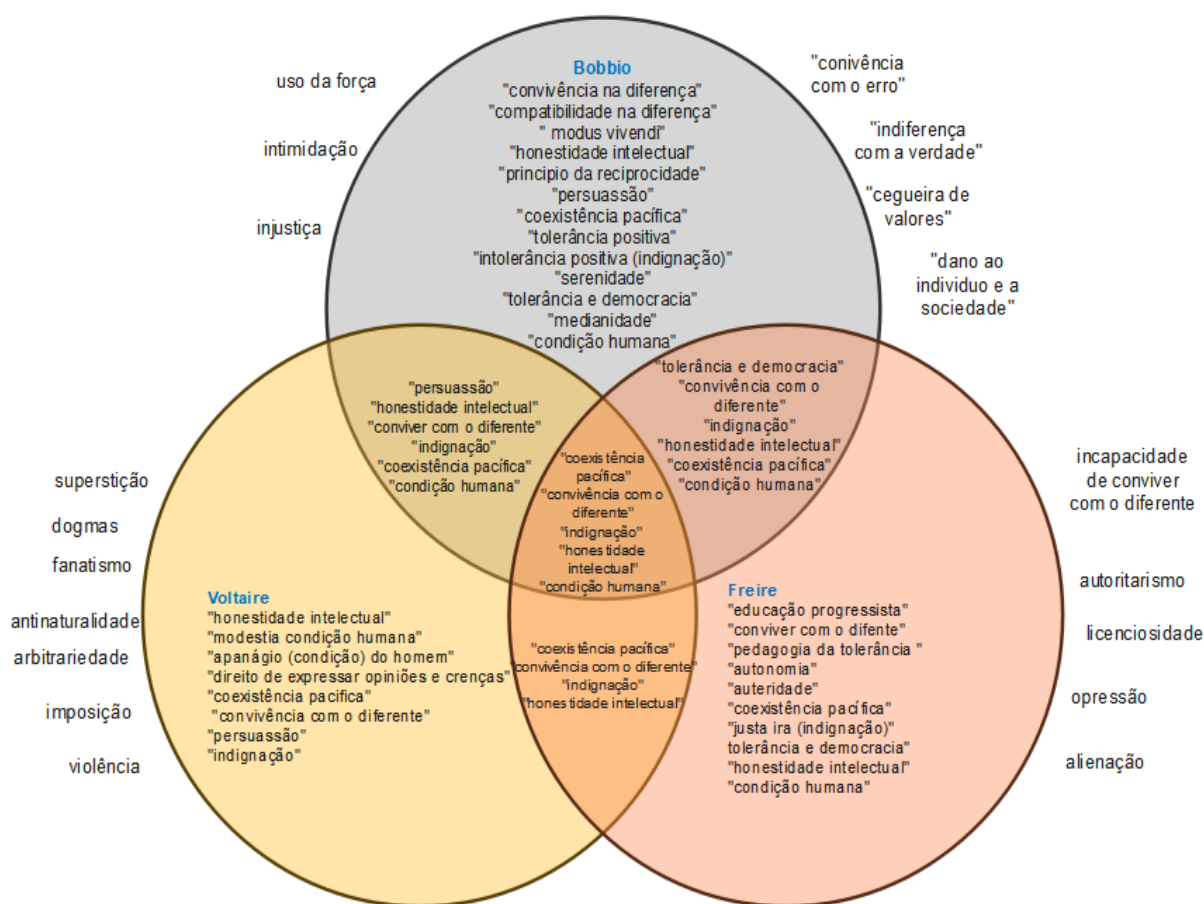
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

É importante reiterar que Bobbio e Freire procuram elucidar tanto o conceito quanto a prática da tolerância na vida das pessoas. Os dois autores concordam que a tolerância é uma mediadora condição humana para a promoção da paz, e principalmente para o fortalecimento da democracia,

reconhecendo a justa indignação para o amadurecimento das relações humanas. Os dois autores reforçam que a intolerância se manifesta por meio da opressão e do dano ao indivíduo e a sociedade, sujeitando o cidadão a um ambiente mais violento, intimidador, opressivo e incapacitante.

A análise entre Voltaire, Bobbio e Freire sobre a tolerância, considera a coexistência pacífica de convivência com o diferente, em um mundo pautado na verdade e na justiça (Figura 12):

Figura 12- Diagrama comparativo entre Bobbio, Freire e Voltaire.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

É preciso observar que os três pensadores traçam um perfil conceitual muito mais próximo da realidade e do cotidiano das relações humanas, o que ajuda a compreender a tolerância como um reflexo das ações humanas, pautada

na diversidade de costumes, hábitos e crenças. Quando a tolerância não reflete essa multiplicidade e é construída com uma única visão de mundo e perspectivas, surge um círculo vicioso de entendimentos e atitudes calcadas na negligência, arbitrariedade e violência. Adquirir uma identidade tolerante é reconhecer o que é de fato a tolerância e assim definir o que é de fato ser tolerante. Quando consideramos uma pessoa tolerante adotamos predicados o sujeito que deve ter para agir com tolerância. Uma competência filosófica para a tolerância passa por essa inter-relação entre um conjunto de habilidades e atitudes.

3.2.2- Competência filosófica para a tolerância como inter-relação entre habilidades e atitudes.

Tolerância deveria, estritamente falando, ser somente um estado de espírito passageiro; deve principalmente levar ao reconhecimento e ao respeito. Tolerar uma pessoa é afrontá-lo (GOETHE, 1908, p.137).²²

O Editto de Nantes²³ foi um dos primeiros documentos que procuram discutir a tolerância em um âmbito de estado. O documento surgiu como uma forma de enfrentar e superar um problema coletivo que a Europa enfrentava no século XVI, a saber, a passagem de um estado absolutista para um estado democrático, em que foram observadas muitas alterações sociais. Se queremos entender a tolerância e o ser tolerante e usufruir da melhor forma desse legado secular em sala de aula, é preciso esmiuçar as mudanças ocorridas e a forma como a tolerância adquiriu um estatuto filosófico nas reflexões de alguns autores.

A reforma protestante²⁴ pode ser considerada como o início de um debate sobre a personalidade tolerante e a necessidade em adquirir um conjunto de

²² Tradução do próprio autor do original traduzido do alemão para o inglês: "Tolerantion should speaking, be only a passing mood; it to lead to acknowledgment and appreciation. To tolerate a person is to affront him."

²³ O *Editto de Nantes* foi um documento histórico assinado na cidade Nantes, em 13 de abril de 1598, pelo rei da França Henrique IV. O editto concedia aos huguenotes a garantia de tolerância religiosa após 36 anos de perseguições e massacres por todo o país, com destaque para o massacre praticado na noite de São Bartolomeu em 1572.

²⁴ A Reforma Protestante foi um movimento reformista cristão que tinha o objetivo de trazer a renovação da Igreja. A Reforma teve início na Europa Central, ocorreu no século XVI e seu líder

habilidades e atitudes para tratar e internalizar uma consciência tolerante, ao tentar compreender as particularidades das religiões e as suas diferenças. Essa problemática impulsionou muitos pensadores e intelectuais em seu tempo a utilizar o termo tolerância como destaque em suas escritas filosóficas, nos séculos XVII e XVIII filósofos como Pierre Bayle,²⁵ John Locke e Voltaire com suas disposições intelectuais levantaram um mote de princípios e delineações que vão dar corpo a tolerância que queremos e precisamos para compreender e atuar em uma vida multicultural e diversificada que vivenciamos atualmente. A reforma protestante fez emergir e deu visibilidade ao problema da intolerância religiosa vivida por minorias religiosas. Isso provocou uma luta por legitimação e denúncias de atrocidades enfrentadas por religiões não oficiais e de grupos sociais considerados como minorias.

O terreno da tolerância como ação fundamental de um estado democrático de direitos tem seu predecessor na discussão da tolerância religiosa das reformas ocorridas no século XVI que deram início a formação de um novo homem de direitos individuais e coletivos (HABERMAS, 2008, p. 257).

A inserção do conceito da tolerância no âmbito da lei ocorreu no curso dos séculos XVI e XVII pelos governos absolutistas que ordenaram oficialmente a população a ser tolerante em seu tratamento com as religiões das minorias sociais. Esse ato legal criou uma expectativa que as pessoas deveriam se comportar tolerantemente com comunidades religiosas que até então sofriam opressão e perseguição. Nesse ponto da história da tolerância surge um primeiro perfil de uma pessoa tolerante e do comportamento esperado de uma pessoa tolerante. O predicado tolerante, ao fazer referência a uma ordem legal que garante tolerância como virtude política e como comportamento tolerante, ganha contornos que será importante para receber e agregar outros elementos que enriquecem o predicado e a sua identificação enquanto ação social. Para que

foi Martinho Lutero. Através deste movimento, várias igrejas foram criadas, e estas se declararam fora da autoridade do papa.

²⁵ Pierre Bayle, no século XVI, foi um vanguardista no tema da tolerância e na formação do discurso filosófico sobre o conceito de tolerância, noção central para a reflexão nos séculos posteriores. Uma das principais teses defendidas por Bayle é que a liberdade de consciência e de opinião deve ser garantida aos indivíduos, inserindo como algo importante e benéfico para a sociedade política (ALMEIDA, 2010, p. 115).

esse enriquecimento conceitual e atitudinal possa acontecer, é preciso aprimorar a tolerância para o reconhecimento mútuo dentro de uma cultura de direitos.

A persistência de inúmeros conflitos sociais e o surgimento de novos, mostra o quanto é preciso superar o seu caráter unilateral e de conveniência e reconsiderar a tolerância como reconhecimento, estabilização e aceitação das diferenças e de comportamentos pautados na compressão e no respeito à vida em todas as suas dimensões. Goethe (1908, p.137), em sua máxima e reflexão de número 356, expõe a tolerância como um processo passageiro que tem em seu horizonte o reconhecimento e o respeito ao outro, que permanecer somente no estágio discursivo da tolerância é afrontar ela mesma. O que Goethe quer nos dizer com isso é que a tolerância pode ser distorcida e se tornar o que não queremos para uma educação para a tolerância, uma condescendência com o erro, a vaidade e a mentira.

A conexão conceitual entre liberdade religiosa e os direitos fundamentais em um estado democrático é importante para compreender a formação constitucional de um estado de homens que vivem sobre a égide de uma cultura de direitos, em que os temas coletivos vivenciados nos séculos XIX a XXI incluem a relação das minorias sociais com a maioria, com ênfase no reconhecimento e respeito aos direitos das minorias. Um estado democrático constitucional deve incentivar uma cultura de direitos aos seus cidadãos, indicando os limites da intolerância e incentivando a formação de deliberações construídas com base no diálogo, na honestidade e respeito a coexistência de todos os seres. O tema da tolerância está intrinsecamente vinculado ao da dignidade humana e da justiça em sua acepção jurídica e ética.

Sobre o processo de atuação de um estado democrático, Alexis de Tocqueville alerta quantos aos riscos do surgimento de uma tirania da maioria:

[...] é importantíssimo, nas repúblicas, não apenas defender a sociedade contra a opressão dos que a governam, mas também garantir uma parte da sociedade contra a injustiça da outra. A justiça é o objetivo a que deve tender todo governo; é a finalidade que se propõem os homens ao se reunirem. Os povos fizeram e sempre farão esforços visando a esse objetivo, até conseguirem atingi-lo ou perderem sua liberdade (TOCQUEVILLE, 2005, p. 304).

Em sua análise política dos Estados Unidos da América no século XIX, Tocqueville investigou a coexistência entre o desenvolvimento igualitário e a manutenção da liberdade. Suas reflexões conduzem ao entendimento de que a democracia tem como princípio básico a igualdade e a liberdade. Pensar nessa relação é refletir não somente no seu aspecto positivo, mas também no negativo, notadamente nas condições e situações em que a igualdade entre os homens possa de alguma forma inibir a liberdade de alguns grupos sociais. Para que o processo igualitário na democracia seja efetivado, é imprescindível não somente a garantia de uma igualdade econômica, mas também cultural e política. No contexto atual, esse processo de igualização no contexto histórico e social apresenta ameaças, desvios e perigos que leva a possibilidade de uma ditadura da maioria.

Somente com a garantia e ampliação das condições sociais é possível refletir nas razões que levam alguns grupos a imporem um modo de pensar unilateral e igual, levando a uma espécie de massificação de ideias. Quando todo mundo é igual, pensa igual, se expressa igual não há espaço ao modo de pensar e agir diferente. Neste contexto, aquele que manifesta uma postura diferente, uma ideia diferente, um comportamento diferente, é considerado subversivo, causa de posturas e ações incisivas e intolerantes. Situações em que se massifica a igualdade entre as pessoas provocam o cerceamento das liberdades individuais. É preciso observar que, em situações excepcionais, o excesso de liberdade pode provocar o individualismo, o que conduz ao surgimento de um Estado autoritário e despótico. Uma educação para a tolerância passa por essa constatação que ainda é atual no mundo em que vivemos, muito mais conectado e cosmopolita. A ditadura da posição da maioria nos força a pensar na possibilidade de uma formação educacional em que os jovens possam adquirir habilidades e atitudes que suscitem o reconhecimento do estado com relação às pessoas diferentes, procurando valorizá-las em termos de direitos, existência, liberdade e respeito.

Em muitos momentos da história social brasileira, certos grupos, práticas sociais e estilos de vida dominaram e ainda atuam de forma hegemônica, como se detivessem direitos únicos, e como resultado disso surgem comportamentos considerados 'normais', inseridos nos extremos da intolerância. Em tese, o

“princípio da neutralidade” garante a todos iguais direitos e manifestação de suas liberdades, no entanto a realidade mostra que nem todos são levados em conta, considerando que alguns grupos minoritários não recebem o mesmo reconhecimento que grupos majoritários. É particularmente importante para as minorias ter acesso e ser aceito nos diferentes espaços públicos, como por exemplo de suas práticas sociais, sem que para isso se torne constrangedor ou mesmo constitua uma ameaça a sua vida, o que exige que a tolerância se torna uma atitude de reconhecimento e atitude do ser e agir com o diferente (GALEOTTI, 2004, p. 99).

Essa concepção de tolerância como reconhecimento das diferenças enfatiza a importância de todos os homens possuírem os mesmos direitos, sobretudo em uma sociedade plural que abraça uma compreensão das diferenças. Somente em uma realidade de direitos iguais a todos, incluindo os diferentes, é possível edificar uma base em que todos os membros da sociedade possam se sentir iguais, ou seja, incluídos e respeitados. Para construir uma sociedade confortável com as muitas expressões sociais, é preciso que todos nós possamos reconhecê-los e respeitá-los por suas práticas legítimas e diferenciadas.

Compreender os preceitos e as atitudes da tolerância e ser competente em sua práxis exigem o domínio de conhecimentos inter-relacionados que envolvam adquirir conhecimentos sobre a teoria e a prática da tolerância. Sem essa relação, uma educação para tolerância será estéril e sem o impacto formativo e político que se pretende alcançar e adotar na prática docente relacionada a uma competência para a tolerância. Para alguém ser competente no trato com questões de intolerância nas atividades da vida diária, é necessário dispor de conhecimentos, conhecer os fatos, dominar e utilizar os conceitos pertinentes às teorias filosóficas. Uma das condições para analisar e resolver os problemas da vida, é conhecer e saber utilizar os conhecimentos e as estratégias adequadas nos componentes factuais e conceituais. Com isso, podemos afirmar que uma proposta para a educação para a tolerância envolve a intrínseca relação entre os conteúdos, as atitudes e os procedimentos aplicados ao contexto escolar. O ensino e a aprendizagem da tolerância requerem o estudo de situações nas quais o aluno possa refletir e agir de forma adequada para

solucionar as situações conflitantes da vida. Em sua atuação docente, o professor precisa adotar conteúdos e estratégias que promovam uma aprendizagem prática em um processo ou ação cuja aprendizagem contribua para a compreensão da realidade dos alunos.

Com isso, podemos inferir que um estudo reflexivo sobre a tolerância nos leva a olhar o homem em toda a sua complexidade, somente um olhar atento e crítico dar visibilidade a um tema tão caro a nossa sociedade. É preciso não perder de vista que a finalidade de uma competência para a tolerância é contribuir para o pleno desenvolvimento da personalidade tolerante dos alunos em todos os âmbitos da vida, transformando a tolerância em uma ação de reconhecimento e respeito ao diferente em uma sociedade plural e diversificada.

3.2.3- Competência para tolerância e desenvolvimento integral da pessoa.

As regras são projetadas para afastar os vieses que atrapalham a racionalidade: as ilusões cognitivas embutidas na natureza humana, as intolerâncias, os preconceitos, as fobias e os “ismos” que contaminam os membros de uma raça, uma classe, um gênero, uma sexualidade ou uma civilização (PINKER, 2021, p. 49).

O objetivo de uma educação para a tolerância passa pelo desenvolvimento de uma competência que leve em consideração o desenvolvimento pleno da pessoa. É preciso ressaltar que a tolerância é um tema educacional importante na educação brasileira, sua finalidade é contribuir para o pleno desenvolvimento da personalidade do estudante para que ele possa responder em todos os âmbitos de sua vida e buscar soluções pautadas numa racionalidade emotiva²⁶ (ELLIS, 2004, p. 91).

O exercício da tolerância no ambiente escolar é documentado em pesquisas que investigam a consolidação da formação de um caráter e um temperamento tolerante, a prática escolar e os temas relacionados à convivência

²⁶ Reconhecer de forma profunda os nossos afetos diante de uma situação que tem como problemática o tema da tolerância faz-nos perceber que alguns sentimentos específicos venham à tona nessas circunstâncias específicas, como a raiva e a vaidade, isso requer que façamos um processo de julgamento desses afetos para assim aja um amadurecimento as suas reações emocionais, pensar antes de agir ou mesmo ajudar outras pessoas a racionalizar seus sentimentos.

com a diversidade de pessoas num mesmo espaço. No contexto escolar é importante cultivar e desenvolver nos alunos atitudes igualitárias que procurem caminhos para solucionar os conflitos com base em princípios fundamentados na ética, nos direitos humanos e numa consciência aberta ao aprender e compreender o outro (SANDOVAL-HERNANDEZ, 2018, p. 98).

As investigações visam identificar, buscar caminhos e até mesmo denunciar práticas intolerantes, pessoais ou institucionalizadas, com ênfase nas ações camufladas de “tolerância” ou de atitudes de indiferenças. O pleno desenvolvimento da pessoa passa por uma resposta competente e humanista aos indícios depreciativos que inabilitam a pessoa e a sua aceitação plena na sociedade, com atribuição de termos depreciativos que diminuem a autoestima e prejudicam a sua participação nos diferentes grupos sociais. Quando uma pessoa vivencia uma educação para a tolerância, ela dispõe de condições para identificar e denunciar as práticas tolerantes aparentes, conhecidas como “pseudotolerância”, a saber, aquelas travestidas de aceitação diplomática, de comportamentos e atitudes cavalheirescas, de ações passivas, discretas e invisíveis. (GOFFMAN, 1981, p.104).

Uma formação integral para a vida não pode se desvincular das condições socioeconômicas dos seus estudantes, o que exige que o professor pense em estratégias para desenvolver a tolerância como competência em suas aulas. Enquanto competência, a tolerância deve ser aplicável com o sentido de preparar e capacitar para agir nos muitos espaços da relação humana: na escola, na família, na igreja, no transporte público ou mesmo numa fila de banco. Para que esse propósito aconteça, é preciso mudar algumas práticas excludentes e restritivas, próprias de uma escola propedêutica e seletiva, que direta ou indiretamente fomentam atitudes e práticas intolerantes, que reduz o acesso ao ensino de grande parte da população, com acesso somente aos economicamente privilegiados. Uma das principais metas a serem superadas pelos sistemas políticos atuais, notadamente o democrático é incluir os que historicamente foram e ainda são excluídos das condições de vida digna.

O título deste texto, “por uma educação para a tolerância”, principia pela preposição “por” com o propósito de designar uma relação de causa que tem como seu efeito a formação integral do homem e da mulher tolerante, o que

implica a adoção de esforços comuns para compreender e proteger a diversidade. Para que uma formação integral possa se realizar, é preciso mudar a atitude do “sou tolerante” para a do “eu respeito” (DELORS, 1998, p. 237). Se a tolerância é uma virtude a ser adotada em um estado democrático diverso e plural, a atitude de respeito é inerente a própria tolerância, o que significa que a força da alma tolerante tende ao bem do respeito.

Se estamos almejando o pleno desenvolvimento da pessoa, não é possível fugir do conceito de educação nas suas possibilidades multifacetadas, em suas características formal, informal e não formal, pois é justamente nesses muitos ambientes de educação que aparece ou é invocada a prática da tolerância.

Nesta investigação com ênfase na formação escolar a “educação formal” adquire maior destaque devido ao seu caráter intencional, planejado e regulado, diferente da “educação informal” que ocorre de forma não intencional e não planejada, e diferente também da “educação não formal” que apresenta algum nível de intencionalidade, mas ocorre fora do espaço escolar institucionalizado. Com isso, fica evidente que o tema de uma educação para a tolerância apresenta muitas dimensões e que se ramificam para todos os ambientes da vida diária. Com isso, é possível inferir que o trabalho docente ocorre de forma intencional, planejada e regulada dentro do espaço escolar, atua como um catalisador para além dos muros da escola, começa na família e se prolonga nos espaços coletivos, como lazer e trabalho, incluindo os ambientes políticos e religiosos. A adoção de comportamentos apropriados para o enfrentamento e a superação de conflitos exige o entendimento e a prática da tolerância, um dos motivos do porquê ela está atrelada a qualquer convivência humana (BROOKS, 1887, p. 6).

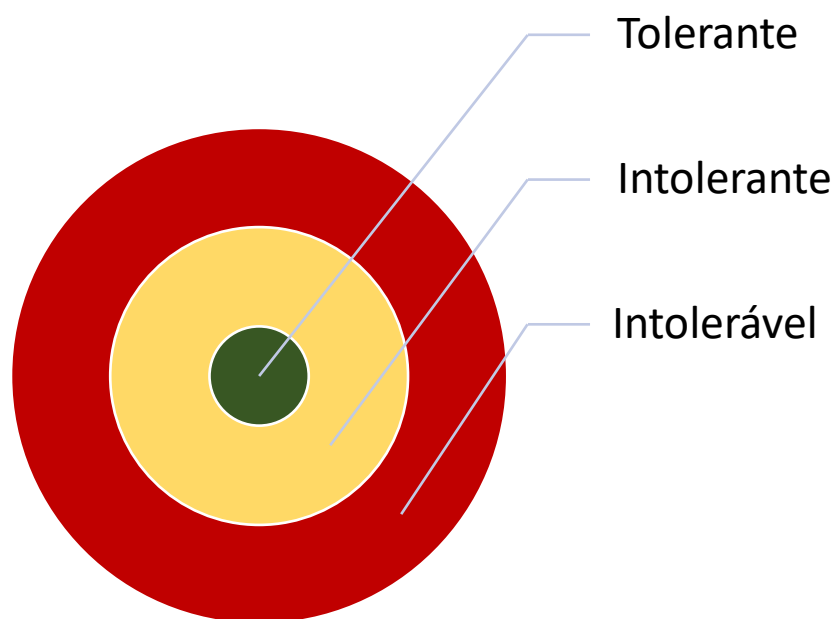
Criar condições para o desenvolvimento de um comportamento tolerante torna viável a finalidade da educação como desenvolvimento integral do educando. Com isso, uma educação para a tolerância favorece a compreensão, a prática tolerante, possibilitando uma vivência amistosa com pessoas e culturas diferentes, com base em um espírito de tolerância, paz e equidade. O incentivo a educação da tolerância produz sentidos, valores e comportamentos fundamentados em uma cultura solidária e com vontade de compartilhar o cuidado com os demais. Como os jovens dividem as suas atividades entre a

escola e a família, com tempos destinados para cada uma delas, nem sempre a família atua em parceria com a escola, o que não permite melhores resultados. Quando a escola inclui atividades que permitam a família perceber mudanças de atitudes nos seus filhos, como agir de forma tolerante, solidária e com respeito, ela passa a confiar mais na escola e nos seus agentes. O jovem aluno como integrante de uma família pode e deve ser uma semente de mudanças de comportamentos e de mentalidades dentro do seu núcleo familiar. (VOGT, 1997, p. 62).

Em um processo escolar participativo, o jovem aluno é sempre convidado a participar dos debates, a agir de forma tolerante, em que a tolerância funciona como um guia para as suas falas e condutas, um ponto que se fixa no diálogo e na vida, combatendo dessa forma as atitudes separatistas e desumanas. Um jovem que percebe o seu lugar de fala procura dialogar e expressar as suas opiniões, denunciando arbitrariedades e anormalidades, procurando identificar e eliminar os perigos que obscurecem o discurso da tolerância: a banalidade, a confusão e a desinformação (RICOUER, 1990, p. 174).

Ser tolerante exige conhecimento de suas particularidades e dos seus limites, pois a integridade e a vida do ser humano estão ameaçadas. Os três pensadores (Voltaire, Bobbio e Freire) que guiam e fundamentam nossa investigação, de diferentes formas mostram a necessidade de identificar e distinguir a extensão espacial entre o tolerante, o intolerante e o intolerável. Eles defendem que somente por meio de uma coexistência pacífica é possível a convivência com a diversidade, em que as diferenças humanas são consideradas como o ponto de encontro para o exercício da tolerância, permitindo com isso a diferenciação é o pleno reconhecimento entre o agir intolerante (passível de mudança com a argumentação racional) e o ser intolerável (inadmissível em qualquer circunstâncias), como representado na Figura 13, a tolerância é o centro de nossas ações coletivas, quanto mais nos distanciamos de seu centro de convivência, mais abrimos espaços ao que não é permitido a vida mútua:

Figura 13- Centralidade da tolerância.



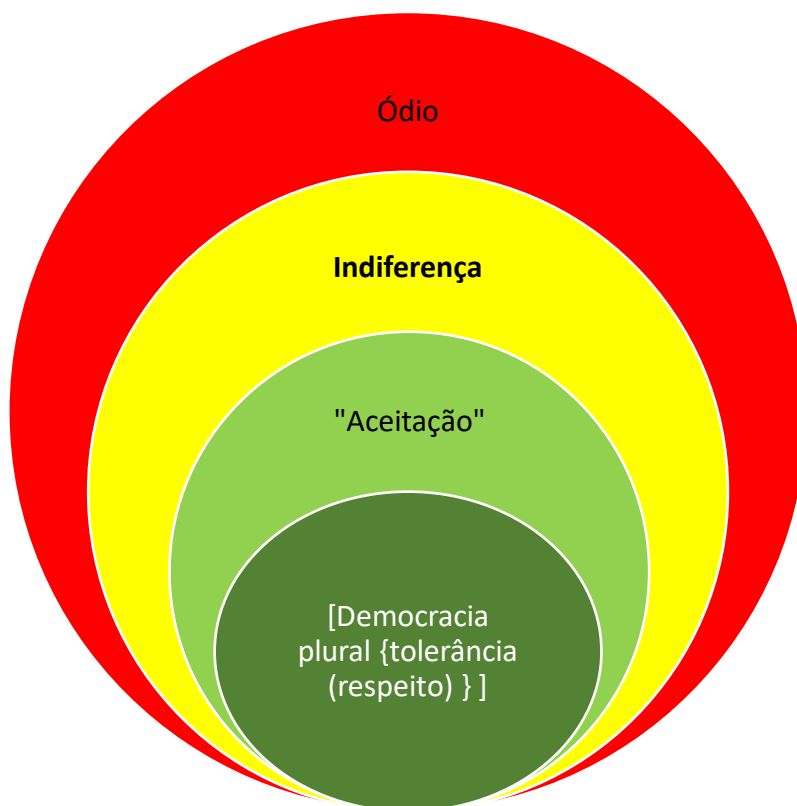
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Para Voltaire, a linha tênue entre os sentidos de tolerância, intolerância e intolerável reside na imposição forçada de concepções alimentadas por dogmas (verdades absolutas que não podem ser questionada) e superstições que conduzem a adoção de comportamentos arbitrários que não respeitam a condição do outro ser humano. Bobbio por sua vez situa a fronteira da tolerância numa indiferença aos fatos, em uma concepção de verdade que produz uma cegueira de valores e uma convivência com o erro, causa de danos e injustiças ao indivíduo e à sociedade, devido ao uso da força e intimidação, com isso instalando um tempo de injustiças. Enquanto para Freire a intolerância seria a incapacidade de conviver com o diferente em um mundo autoritário que gera uma realidade opressiva e alienante, que excede o limite da liberdade e do lícito.

Consideramos que os três pensadores possuem em comum a defesa a uma coexistência pacífica com o diferente, com a adoção de um espírito tolerante germinado em uma intelectualidade honesta e serena que se indigna e reage a qualquer resquício de ameaça à integridade humana na sua condição de existir. Nesta linha de raciocínio, enquanto estivermos pautados na argumentação racional podemos falar de tolerância, fora isso estamos no terreno da intolerância

e caminhando para o intolerável, palco de ação de realidades odiosas, de limpezas étnicas e de encorajamento a violência (LEVITSKY & ZIBLAT, 2018, p. 35). Partindo do raciocínio de que a tolerância somente faz sentido onde existe um sistema normativo contra certas crenças ou práticas de que se desconhecem e não é de cotidiano diário (FORST, 2009, p. 28), podemos formular um caminho viável para a plena tolerância em contraste com a intolerância ou mesmo o intolerável, como exemplificado na Figura 14:

Figura 14- Caminho para a tolerância.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Considerando o processo de construção plena de um homem tolerante em um mundo democrático e plural, é preciso ter um claro entendimento do campo e das fronteiras da prática tolerante, incluindo as atitudes de objeção, aceitação e rejeição (KING, 1998, p. 44). A objeção é uma posição ou concepção diferente da convencionada que tira alguém da sua zona de conforto cotidiana, e que gera uma miscelânea de sentimentos que podem transitar da curiosidade

a precaução e desta ao medo, motivo de reações agressivas. Por isso, é preciso refletir e compreender a dinâmica do processo das relações de convivência com a diversidade visando cultivar um modo de pensar e agir que inclua os diferentes costumes e hábitos familiares. Quando a objeção não é bem recebida devido a um conjunto de fatores, ela suscita desentendimentos, discussões e disputas, causa de toda sorte de agressões e violências nos âmbitos particular e público. É preciso investigar quais atitudes de intolerâncias são causadas pelas distorções de entendimento e esclarecimentos e quais são sabotadas pela desinformação provocadas pelos interesses e relações de poder.

Geralmente, a objeção é considerada somente em seu aspecto negativo, em sua função social ela possibilita verificar e mostrar outros ângulos que evitam problemas, por isso se o componente de objeção não estiver presente, não é possível considerar como tolerância, mas como indiferença ou afirmação de práticas de grupos isolados.

Em uma estrutura básica da tolerância (NEWHEY, 1999, p. 34), a rejeição somente pode estar presente na sua capacidade de negar qualquer discurso de ódio ou de deslegitimação do outro nas suas práticas e crenças legítimas. Quando pudermos falar de reversão de comportamentos intolerantes por meio do diálogo, da oitiva do outro, da deliberação pautada na dignidade humana podemos considerar o outro como alguém que muda da coesão entre seus pares para uma coexistência pacífica, fora isso não é possível tolerar, mas denunciar (NEWHEY, 2013, p. 19). Quando se concebe a seguinte fórmula que direciona ao centro de uma educação para a tolerância, podemos tirar algumas conclusões: [Democracia plural {tolerância (respeito)}]. O respeito está dentro da tolerância e da democracia plural, a tolerância está dentro da democracia plural, isso nos faz intuir que essa fórmula somente funciona em um espaço específico de ação, o democrático, com uma movimentação externa e coletiva proporcionado pela tolerância que faz com que internamente nas pessoas se manifestem o respeito seja uma catalisador de reação a tolerância em ambiente democrático e plural.

3.2.3.1- [Democracia plural {tolerância (respeito)}]

Para evitar desvios e fugas da temática e com isso se afastar das condições e dificuldades da vida em suas diferentes relações humanas (ódio e extinção da vida), é preciso olhar nossa realidade em todos os seus desafios que uma democracia plural exige, refletir em uma ação comportamental para uma realidade democrática que exige de todos um aprender a conhecer e a viver com a diversidade e as diferenças. Nesse processo, a objeção é um elemento importante e constitui um momento de transição de uma atividade esquemática (ala kantiana)²⁷ para a busca de caminhos para harmonizar previamente o real e o nosso poder de conhecer o diferente.

Em todo o processo formativo, o exercício da virtude da tolerância, especialmente na sala de aula, precisa ter como ponto de partida e núcleo de ação o respeito em sentido pleno. O jargão popular “tudo começa pelo respeito” expressa nossas reflexões, é pelo respeito que se inicia e termina qualquer trato tolerante saudável em um mundo multicultural e cosmopolita, em que as democracias se deparam hoje em diferentes e equidistantes pontos do planeta.

Em uma educação formal, é preciso fazer um exercício contínuo e sequenciado que afaste qualquer viés e entraves que atrapalhe a racionalidade e suas regras de harmonização e estabilização nos muitos âmbitos da vida humana. Sendo assim, é preciso que todos os homens estejam preparados e treinados para responder com clareza cognitiva a convivência humana consigo mesmo e com os outros, tendo em vista o respeito.

3.2.4- Competência filosófica para a tolerância envolve os âmbitos pessoal, interpessoal, social

[...] A virtude é coisa que se ensina? Ou não é coisa que se ensina, mas que se adquire pelo exercício? Ou nem coisa que se adquire pelo exercício nem coisa que se aprende, mas algo que se advém aos homens por natureza ou por alguma outra maneira? (PLATÃO, *Mênon*, 70a, 2001, p.19, grifo nosso).

²⁷ O capítulo da obra *Crítica da razão pura*, de Immanuel Kant, que se refere ao esquematismo, encontra-se no segundo livro da Analítica transcendental, intitulado “Analítica dos princípios” (KANT, CRP A131).

O filósofo Platão há mais de dois mil de anos atrás, no diálogo *Mênon*, perguntou o que é a virtude e se ela poderia ser ensinada. Assim como fez Platão, as perguntas que perpassam esse texto são: é o que é tolerância? E se podemos ensiná-la? A resposta para a primeira pergunta é crucial para responder a segunda pergunta. Em nossa investigação o que se buscou com os três pensadores guias foi definir uma multifacetada definição do que é tolerância e como ela pode nos levar a busca de um ensino que a inclua em sua complexa definição. Com isso, podemos esclarecer os muitos âmbitos da vida humana que a tolerância adentra, na esfera pessoal, interpessoal e social, procurando com isso construir um núcleo de respeito, tolerância e pluralidade democrática que esteja internalizada na alma humana.

Como visto no tópico anterior, a tolerância é uma virtude que pode ser adotada como competência capaz de responder aos anseios da vida contemporânea. Por isso, em muitas esferas sociais torna-se evidente a exigência e a necessidade em desenvolver uma formação de personalidade tolerante que seja uma resposta satisfatória para a pessoa, para as suas relações interpessoais e que atue nos seus muitos âmbitos sociais. Isso nos leva a destacar e conhecer três pontos relacionados ao tema de investigação: 1- conhecer os múltiplos aspectos da tolerância; 2- descobrir como fazer uso da tolerância nas diferentes situações da vida; 3- descobrir como ser tolerante e saber conviver com tolerância em situações conflituosas. Tendo em vista esse olhar multifacetado sobre a tolerância, busca-se compreender e colocar na prática escolar as seguintes metas: a) considerar a interação de grupos sociais diversos e diferentes com o desenvolvimento de ferramentas cognitivas e sociais de forma interativa; b) aprender a pensar e apreender a ser tolerante; c) comunicar-se com tolerância; d) aprender a buscar informação de forma ética e verdadeira; e para assim d) aprender a participar na vida pública democrática.

A competência que se desenha em nossa investigação enfatiza a formação integral do estudante, contemplando tanto quanto possível todas as capacidades humanas com a finalidade de fornecer condições para a tomada de decisão consciente em situações da sua realidade concreta.

Refletir sobre a tolerância na realidade brasileira, considerando toda a sua diversidade e contrastes histórico-sociais e inclui-la como tema e competência

formativa, é situá-la na realidade do aluno, para que ele tenha condições mínimas para se posicionar em determinada situação, considerando em sua resposta as necessidades da sociedade e da pessoa, compreendendo os anseios de um mundo mais tolerante e do tipo de cidadão tolerante a sua época precisa. Com isso, deve-se considerar que o concreto e o abstrato moldam a competência filosófica para a tolerância, fundamentados em dois eixos principais ao trabalho formativo: o que significa ser tolerante em sua plenitude, o eu tolerante; e a visão de uma sociedade tolerante pautada em princípios e valores que regem todas as suas relações, social, pessoal e interpessoal. Os três intelectuais que fundamentam nossa investigação filosófico-educacional, Voltaire, Bobbio e Freire, cada em seu tempo contribuem para a fundamentar e desenhar um perfil almejado de um ser tolerante em uma sociedade tolerante. De diferentes formas, os três pensadores fornecem reflexões para a proposta de uma educação para tolerância com base em uma tolerância que procure atender duas exigências: um entendimento racional, justo e mútuo; e a adoção de um diálogo pautado na honestidade intelectual, na sensibilidade e valorização da dignidade humana e dos seus direitos fundamentais, pautados no compromisso com a justiça, com a verdade e com a igualdade de direitos.

Neste contexto, é imprescindível compreender que em nossa época a aprendizagem da tolerância não pode ser realizada somente no final da Educação Básica, precisa ser incluída desde o início da vida escolar, com a finalidade de promover o desenvolvimento dos alunos nos campos pessoal, social e interpessoal. É preciso considerar a realidade dos alunos, os problemas sociais que colocam em risco toda a coexistência pacífica e contribuem para as exclusões sociais. Diante disso, precisamos nos concentrar na busca de respostas para três questões: 1- O que os alunos precisam conhecer sobre a virtude da tolerância e a prática social? 2- Como os alunos podem agir com tolerância nos âmbitos escolar, familiar e social? e 3- Como ajudar os alunos a aprenderem a ser tolerante e agir com tolerância?

Quando se aborda a temática da tolerância como um saber a ser conhecido e estudado, é preciso indagar quais os conhecimentos, conteúdos e conceitos que fundamentam o ser e agir tolerante no âmbito escolar. Quando se questiona os princípios norteadores de um agir tolerante, é preciso explicitar

quais habilidades, procedimentos comportamentais e psíquicos precisam ser contemplados no processo de formação escolar de um ser tolerante. Dito de outro modo, de que forma o ensino de um ser tolerante compreende as atitudes, as disposições e as ações necessárias a um agir tolerante. Dentro de uma perspectiva zabaliana (ZABALA, 2014, p.102), podemos propor um conjunto de conteúdos de aprendizagens conceitual, procedimental e atitudinal da seguinte forma:

Tabela 2 - Conteúdos de aprendizagem da tolerância.

Dimensões contempladas	Competência	Saber conhecer sobre tolerância	Saber fazer com tolerância	Ser tolerante
Dimensão social	-Participar, compreender, valorizar e intervir com tolerância.	-Conhecer os conhecimentos e as reflexões provenientes da filosofia, como as de Voltaire, Bobbio e Freire.	-Fazer, participar, compreender, valorizar e intervir com tolerância no âmbito social.	-Ser ativo, crítico, responsável, justo, solidário e democrático.
Dimensão interpessoal	-Relacionar, comunicar e cooperar uns com os outros.	-Adotar os conhecimentos oriundos da filosofia de Voltaire, Bobbio e Freire.	-Aprender a se relacionar, se comunicar e cooperar com os outros.	-Ser compreensível, tolerante, solidário e denunciante.
Dimensão pessoal	-Agir com autonomia, cooperação e liberdade.	-Adotar na prática os conhecimentos provenientes da filosofia de Voltaire, Bobbio e Freire.	-Atuar de forma autônoma, empreendendo a resolução de problemas com tolerância.	-Atuar com responsabilidade, autonomia, cooperação, respeito.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Conteúdos conceituais

Como pode ser visto no quadro acima, a disciplina de Filosofia exerce um papel fundamental no processo formativo nas dimensões social, interpessoal e pessoal. Por isso, é preciso incluir conteúdos conceituais que esclareçam os sentidos de tolerância, como o fez, por exemplo de Bobbio. As reflexões dos pensadores podem contribuir de forma coerente e lógica para a formação de concepções e atitudes pautadas na justiça, respeito e humildade humana.

Conteúdos procedimentais

Os conteúdos procedimentais possuem a função de consolidar os conhecimentos estudados para que os conceitos sejam compreendidos de forma clara e coerente, sem as dificuldades que impedem a construção de uma aprendizagem capaz de auxiliar na solução de conflitos e problemáticas, fortalecendo dessa forma a atuação autônoma, a interpretação e a participação dos alunos na vida pública. Eles visam preparar os alunos para a interação em grupo, tanto nos aspectos homogêneo e heterogêneo.

Conteúdos atitudinais

Os conteúdos atitudinais incluem os conhecimentos necessários à convivência com as pessoas e os grupos diferentes e plurais, com base em atitudes como: respeito, tolerância, empatia, responsabilidade, falibilidade,²⁸ postura denunciante e uma identidade tolerante.

A escola é um espaço de transmissão e construção de construção de conhecimentos, permite o diálogo da tradição com a inovação, o que possibilita compreender uma realidade em rápida transformação, suas crises de valores e a relativização dos direitos humanos. Em nossa época, todas as mudanças exigem uma atenção especial, incluindo as efetuadas pelas ciências tecnológicas devido aos seus impactos na convivência humana. Por isso, uma educação para tolerância busca proporcionar conteúdos educacionais importantes para a formação humana, e especifica uma competência para tolerância assim definida pelo próprio autor: “capacidade ou disposição mental de se abrir a compreensão das opiniões ou comportamentos diferentes dos nossos, pautados em um conceito filosófico e logicamente coerente e numa visão de mundo democraticamente estruturado em direitos fundamentais humanos, onde o sujeito tolerante age para a coesão e o acordo.” Essa competência ilustra que a tolerância é ao mesmo tempo uma característica pessoal e política, em outras palavras, a tolerância tem a ver com a adoção de uma atitude de uma pessoa com os outros, o que leva a uma ação comportamental com as diferenças e a diversidade

Esse processo de formação educacional que busca dialogar com o espiritual como o comportamental não pode ser compreendido mecanicamente, mas com relevância funcional e significativa. A tolerância ganha significado

²⁸ Somos passíveis de erro e devemos aprender com nossos enganos.

quando vai além da memorização e da formação cognitiva e se aplica na concepção dos contextos diferenciados da vida humana, fazendo melhorar tanto a interpretações de situações de convivência quanto a intervenção em situações que requeiram a coexistência pacífica de pessoas e grupos diferentes.

3.2.5- Competência para a tolerância e aprendizagem significativa

De que tipo sou eu? Dos que aceitam com gosto a refutação, quando dizem algo errado, e refutam com gosto, quando alguém diz algo errado, não experimentando em ser confrontados mais desprazer do que em confrontar. Considero isso vantagem maior, tanto quanto maior vantagem tenho em ser eu próprio libertado do maior dos males do que em libertar outra pessoa. (PLATÃO, *Górgias*, 458a, grifo nosso).

Para que a aprendizagem da tolerância seja significativa a alguém, é preciso levar em conta as representações que ela possui sobre o tema. Os conhecimentos prévios são pontos de início para o interesse, o esclarecimento e o engajamento ao processo de ensino do tema da tolerância (VYGOTSKI, 1991, p. 56).

No contexto escolar, o professor não pode descurar que os alunos já trazem consigo estruturas cognoscitivas que se somam aos novos conteúdos ensinados (AUSUBEL, 2000, p. 68). Nesse processo, a aprendizagem da tolerância precisa considerar as relações substanciais entre o que já faz parte da vida do aluno e o novo conteúdo filosófico apresentado a ele.²⁹ Por isso, é importante que o professor procure conhecer a realidade e o nível de conhecimento dos seus alunos sobre o tema da tolerância, para criar no contexto da sala de aula uma referência adequada entre os muitos conhecimentos que se apresentam a eles com a finalidade de proporcionar equilíbrio entre os anteriores e os novos entendimentos.

Um dos papéis do professor é criar condições de equilíbrio entre as relações pessoais e interpessoais dos alunos com a finalidade de incentivar

²⁹ A interação entre novos significados potenciais e ideias relevantes na estrutura cognitiva do aprendiz dá origem a significados verdadeiros ou psicológicos. Devido à estrutura cognitiva de cada aprendiz ser única, todos os novos significados adquiridos são, também eles, obrigatoriamente únicos (AUSUBEL, 2000, p. 1).

novas inserções sociais. O professor pode atuar como um intermediador, uma espécie de ponte facilitadora entre as diferentes concepções e atitudes que causam os conflitos sociais. No processo de inserção do tema da tolerância no contexto escolar, o professor deve proporcionar um papel ativo aos seus alunos, se ele almeja que a tolerância ganhe suporte significativo na vida deles. (DAVIDS & WAGHID, 2017, p. 23). Ao conceder ao aluno um maior protagonista que permita com que ele identifique, análise e diferencie as suas perspectivas sobre a tolerância, o professor incentiva diferentes reelaborações dos conhecimentos acerca da tolerância. O professor precisa mobilizar as competências cognitivas dos alunos por meio de questionamentos sobre os conhecimentos prévios e sobre a construção de outros significados sobre a tolerância.

Algumas atitudes devem ser adotadas no processo da educação para a tolerância: primeiro, a criação de uma atitude favorável por meio de uma prévia motivação dos alunos; segundo, o incentivo à adoção de expectativas de êxitos e resultados esperados com a finalidade de mobilizar a autoestima dos agentes envolvidos no processo educacional, permitindo aos alunos uma reflexão inteligente e agregadora ao tema da tolerância. A adoção dessas duas atitudes permite com que o tema da tolerância adentre não somente em um caráter intelectual, mas também na esfera das emoções necessárias ao amadurecimento das muitas afetividades envolvidas ao redor da anunciação da tolerância (medo, ignorância, pré-conceito, perspectivas, crenças). Se estamos investigando como ser e atuar de forma competente, procurando uma resposta adequada e eficiente a uma dada situação que invoca a prática da tolerância, precisamos como educadores realizar e coordenar esse processo de aprendizagem. E para que a aprendizagem dessa competência ocorra, é preciso incluir as suas características básicas, considerar como um processo em que os seus componentes educacionais se considerem aos fatos, aos sentidos, e aos procedimentos e as atitudes características da tolerância, como desenhadas nesse texto.

A descrição e reflexão de situações histórico-sociais concretas de sua ou de outra cultura e época, como fez Voltaire com Jean Calas e Freire com o índio Galdino dos Santos, mostra-se fundamental, pois é com base nesses fatos que podemos refletir, compreender e comparar com a problemática de nossa época

e cultura, especialmente da vida cotidiana. É a partir desses fatos que as pessoas verificam e testam os seus conhecimentos, para assim emitir sua opinião sobre tal fenômeno, em que os preceitos lógicos, morais e afetivos veem à tona, incluindo os conflituosos, precisam ser incluídos no processo de esclarecimento do tema. É durante o processo de exercitação em sala de aula, orientado por um professor sensível à valorização da reflexão a partir de modelos factuais, em que os valores, atitudes, normas e posicionamento pessoal dos alunos são incluídos na condução da abordagem da tolerância. Por isso, no último capítulo deste texto será proposto um modelo inspirador para o exercício da uma educação para a tolerância, uma sequência de procedimentos de aprendizagem para a tolerância.

A práxis da tolerância significativamente funcional é comparável ao conselho constante na *Odisseia* de Homero, considerado como o educador por excelência dos gregos, que enfatiza a prática da hospitalidade, costume grego que não se restringia somente ao domínio humano, abrangia o divino e tudo o que constitui o aspecto espiritual (HOMERO, VI, vv. 120-121). A hospitalidade homérica é independente do status social e econômico, a dignidade de um anfitrião pobre é a mesma a um rico (HOMERO, XIV, vv. 56-59).

Assim como Homero nos legou a prática da hospitalidade, podemos resgatar essa tradição milenar e adotar em nossa sala de aula, como fez o sábio Nestor com Telêmaco, o filho de Odisseu, que o ensinou a prática da hospitalidade com a finalidade de criar vínculos duradouros com o recepcionado, eliminando o isolamento e forjando um elo entre ambos. O conselho de Nestor a Telêmaco é o seguinte:

Zeus nos defenda e, também, as demais divindades eternas,
de abandonardes-me a casa, com o fim de ao navio vos irdes,
como se eu fosse indivíduo privado de bens e de roupa,
sem ter em casa nem mantos, nem cópias de bons cobertores
em que eu pudesse dormir suavemente e, comigo, meus hóspedes,
há no palácio, sem dúvida, mantos e belas cobertas.
O de Odisseu caro filho de jeito nenhum sobre as tábuas
pernoitará do navio, enquanto eu estiver ainda vivo,
ou no palácio meus filhos ficarem, depois, como donos,
e receberem quem vier visitá-los em nosso palácio. (HOMERO, III, vv. 346-355).

Jacques Derrida, em um diálogo com Borradori (2003, p. 127), menciona o tratamento atual concedido ao termo hospitalidade, como se ele fosse oposto ao de tolerância, o que ocasionaria a limitação ao acolhimento do outro, com a justificativa de manter os limites da privacidade. Um passo importante para reaproximar a tolerância do anterior sentido de hospitalidade é incluir em sala de aula as noções de cuidado e responsabilidade procurando conciliar a teoria com a prática. Um professor que almeja formar seres tolerantes precisa realizar a (re)aproximação entre os alunos, criar condições para que os alunos ouçam a história de vida dos seus colegas, com o cuidado de incentivar a prática da tolerância e da responsabilidade com o seu semelhante. A tolerância precisa ser vivenciada, adotada como um condicional cauteloso e cuidadoso a receptividade da religião, da cultura e da linguagem do outro de forma respeitosa. Assim como Nestor abriu sua casa ao jovem Telêmaco, é preciso incentivar a entrada cognitiva e afetiva das experiências do outro, instituindo dessa forma uma formação coletiva para a tolerância, tornando com isso mais significativa a experiência em sala de aula de uma educação para a tolerância.

No diálogo *Górgias*, de Platão (1997, p. 68-69), encontra-se um exemplo de como a busca da verdade está necessariamente relacionada à adoção de uma disposição em considerar outras formas de pensamento ou outras verdades, isto é, em ter abertura a outras formas de pensar e agir:

De que tipo sou eu? Dos que aceitam com gosto a refutação, quando dizem algo errado, e refutam com gosto, quando alguém diz algo errado, não experimentando em ser confrontados mais desprazer do que em confrontar. Considero isso vantagem maior, tanto quanto maior vantagem tenho em ser eu próprio libertado do maior dos males do que em libertar outra pessoa. (PLATÃO, 458a 1-b2, grifo nosso).

Uma proposta de educação de encontros como a configurada nesse texto precisa incluir o tema da tolerância com diplomacia, pois atua com sujeitos que chegam ao espaço escolar com costumes e modos de pensar diferentes, causa de muitos conflitos e antagonismos entre os alunos, o que exige que o professor procure meios viáveis para tentar resolver tais divergências de forma pacífica, sem o uso da violência e ofensas. Por isso, a promoção da tolerância em um espaço escolar de encontros não pode ser somente uma virtude social a ser ensinada individualmente, mas também como fundamento dos sentimentos, pois

é nesse ponto que a tolerância ganha importância funcional e significativa aos estudantes, como diz Gadamer (2000, p. 106): “Que cuenta con la alteridad del otro y con la pluralidad de las alteridades, que coexisten em nuestra muy compleja y múltiplemente imbricada realidade.”³⁰ Levar em conta o outro é tentar se colocar no seu lugar e reconhecer a pluralidade de realidades, é procurar coexistir em uma realidade complexa e múltipla. Essa realidade encontra-se presente na vida dos alunos e orienta a forma como eles precisam se comportar em um espaço coletivo com muitos elementos e peculiaridades oriundas de qualquer relação humana. Para que isso ocorra, é preciso adotar a lógica de uma ideia de tolerância sem que para isso exclua a questão moral a ser tratada. O modo de raciocinar coerentemente a problemática da tolerância nos leva a considerá-la como uma concepção e uma ação inerente à política educacional. Adotando a logicidade de Preston King (2012), é possível elaborar a seguinte leitura lógica:

Tabela 3- A lógica da tolerância.

		Ação contra	Ação a favor
Disposição	contra	(1) Intolerância	(2) Tolerância
Disposição	a favor	(4) Sacrifício	(3) Favoritismo

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Ao realizarmos uma reflexão em sentido horário da tabela 3, podemos cruzar o mapa em duas preocupações, uma disposição psicológica e uma prática de ações que ascendem de um fenômeno de intolerância para três tipos de negação da intolerância: a tolerância, o favoritismo e o sacrifício. Não é possível pensar a tolerância sem ela ser invocada por práticas de intolerância, por isso é importante conhecer tanto a tolerância, quanto o seu oposto, a intolerância.

³⁰ “Isso leva em conta a alteridade do outro e a pluralidade de alteridades, que coexistem em nossa realidade tão complexa e multiplamente envolvida” (Tradução do próprio autor).

Em linhas gerais, a tolerância é concebida como uma categoria comportamental em sentido positivo que envolve a defesa do direito de praticar uma escolha pessoal, como por exemplo, a religiosa, em que a intenção não é desencadear o seu sentido negativo de negação da escolha do outro. A tolerância em sentido pleno abarca a defesa da etnicidade e outras diferenças em uma sociedade civil. Em seu sentido positivo, a tolerância é favorável as diferentes escolhas, como especificado no Quadro 3 da tabela 3, o que não exige a renúncia de algo em benefício de um bem maior, ceder ou mesmo ser flexível garante bons sacrifícios ao bem comum.

A análise coerente da tolerância exige a adoção de uma disposição e uma concepção contrária a todo tipo de ação intolerante, em que: (1) somos levados a agir com tolerância; (2) a criar uma disposição comportamental favorável à tolerância; (3) a tolerância exige conviver com outras posturas; (4) adoção de certos detalhes em prol da paz. Em termos práticos, se logicamente a pessoa sabe da negatividade da intolerância (1), e mesmo assim age contra a tolerância (2), ela adota um erro lógico que fragiliza a melhor escolha (3) e, com isso produz uma *akrasia*³¹, contrariando dessa forma o seu melhor juízo (3). Com isso, podemos inferir que não ter domínio sobre si mesmo e agir de forma contrária ao melhor juízo sobre o que fazer em determinada situação pode ser encontrada no diálogo *Protágoras* de Platão:

Se vos tivéssemos respondido de pronto que era ignorância, teríeis rido de nós, ao passo que, rindo de nós neste momento, estaríeis rindo de vós mesmos, pois vós mesmas concordastes que quem erra na escolha dos prazeres e dos sofrimentos, isto é, dos bens e dos males, erra por falta de conhecimento em geral, mas daquele que admitistes como sendo o conhecimento da medida. Toda ação errada por falta de conhecimento, bem como o sabeis, decorre da ignorância, de forma que ser vencido pelo prazer é a maior ignorância (PLATÃO, 357e, grifo nosso).

No contexto da sala de aula é muito comum a manifestação de alguns sentimentos e desejos particulares quando são apresentados exemplos da vida real. Em tais momentos, muitos sentimentos interagem uns com os outros ensejando opiniões de concordância ou de discordância, algumas delas governada pela razão, outras por sentimentos e crenças que resistem a qualquer

³¹ O termo *akrasia* pode ter os sentidos de “excesso; falta de medida; intemperança; intempérie”. (MALHADAS, 2006, p. 31).

argumentação lógica, pois são movidos por vaidades, desdém, desejos e paixões que conduzem ao erro. Em contrapartida, a pessoa que resiste aos seus desejos imediatos e adota uma postura de ponderação em suas ações, possui uma maior probabilidade de evitar o erro, causa de tantos problemas pessoais e públicos. Em sua ação docente, o professor precisa compreender a origem desse processo conflituoso e, como fez Sócrates com Protágoras no diálogo *Protágoras*, encontrar formas para superar tais conflitos por meio de estratégias que conciliem o intelectual com o emocional. No contexto da sala de aula alguns alunos procuram justificar teoricamente as suas crenças e ideologias, mesmo que a realidade os desminta com fatos e provas. Com a finalidade de incluir as posições conflitantes, é preciso trabalhar em sala de aula a redução da dissonância cognitiva com o uso de situações e problemas reais (FESTINGER, 1975, p. 34).

Ao ampliar um pouco mais a análise da problemática da tabela 3, e incluir mais alguns eixos no modo de pensar e agir com o tema da tolerância, como os graus de neutralidade de disposição e ação, chegamos a proposição da seguinte Tabela 4:

Tabela 4- Ampliação da lógica da tolerância.

	Ação contra	Ação neutra	Ação a favor
Disposição contra	(1) Intolerância	(2) Tolerância (fraca)	(3) Tolerância (forte)
Disposição neutra	(8) Conveniência negativa	(9) Irrelevante	(4) Conveniência positiva
Disposição a favor	(7) Grande sacrifício	(6) Fraco sacrifício	(5) Favoritismo

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Na sequência da análise, quando ampliamos o escopo da disposição mental e da ação comportamental, em que ambas são neutras, surgem no raciocínio investigativo dois novos fatores, a ignorância e a indiferença. Avaliadas por alguns como fatores com pouco ou nenhum interesse, esses dois fatores podem prejudicar o ensino da tolerância, pois a neutralidade e a

indiferença são condições importantes para entender a complexidade da vida e da dignidade humana. O professor intermediador de diálogos precisa ficar atento a esses detalhes em sala de aula.

Seguindo o mesmo movimento horário, a análise dos quadros 4 e 8 da tabela 4, permitem identificar questões relacionadas com a indiferença e a neutralidade ao tema da tolerância. Durante a aula, dependendo de como é conduzida a motivação dos alunos ao tema, os valores fracos e fortes em relação à tolerância podem se manifestar em uma educação de encontros para a tolerância. Por isso, quando se principia a reflexão de um modo de pensar e agir com intolerância é preciso destacar a sua conotação negativa, por mais que a pessoa tenha uma visão parcial ou totalmente diferente da sua (2), mesmo assim é preciso acreditar na educação, criando estratégias que incluam o tema da tolerância (3), com a finalidade de promover a sua efetiva inserção na vida diária dos alunos. Com isso, é possível inferir a existência de diversos caminhos que se pode tomar e intervir, como por exemplo: a) se eu tenho uma disposição neutra de pensar a tolerância (8) como uma mera vantagem insignificante (9); b) se posso adotar fracas disposições para renunciar a escolhas mais democráticas (6); c) se posso adotar atitudes que promovam mudanças, com a instituição de disposições e colaborações que viabilizem mudanças comportamentais (7). Se escolher a opção c), a proposta de educação para a tolerância torna-se válida tanto no contexto escolar quanto na vida diária.

A neutralidade presente nos quadros 2, 6, 8 e 9 da tabela 3 pode e deve ser incluída devido à preocupação premente em promover uma sociedade edificada no mútuo respeito e no reconhecimento das diferenças de grupo de vários tipos. Se preocupar em promover em sala de aula uma prática tolerante baseada no reconhecimento e no respeito as diferenças dos alunos, constitui a expressão e a defesa dos seus direitos fundamentais, condição necessária para criar uma identidade democrática em linhas multiculturais.

No contexto escolar, o professor precisa incluir os compromissos, as atitudes e as ações consideradas legítimas em uma sociedade democrática e que são necessárias para uma identidade e expressão tolerante em sentido amplo, ou em outras palavras, uma sociedade expressamente tolerante.

3.2.6- Ensino de competência filosófica para a tolerância parte de situações e problemas reais

Os preconceitos nascem na cabeça dos homens. Por isso, é preciso combatê-los na cabeça dos homens, isto é, com o desenvolvimento das consciências e, portanto, com educação, mediante a luta incessante contra toda forma de sectarismo. Existem homens que se matam por uma partida de futebol. Onde nasce esta paixão senão na cabeça deles? Não é uma panaceia, mas creio que a democracia pode servir também para isto: a democracia, vale dizer, uma sociedade em que as opiniões são livres e, portanto, são forçadas a se chocar e, ao se chocarem, acabam por se depurar (BOBBIO, 2002, p.117-118, grifo nosso).

O trecho de Bobbio nos mostra que ensinar a ser tolerante é adotar um ensino consistente para reconhecer e responder as situações, conflitos, fatos e problemas próximos da realidade. Por esta razão, o professor como um intermediador e facilitador para o ensino da tolerância deve promover um processo de construção pessoal em seus alunos, exercitando neles uma progressiva e contínua evolução e apreensão do pensar e agir com tolerância, ajudando-os em suas dificuldades e peculiaridades. Em razão disso, a sala de aula deve ser considerada como um grande laboratório da vida, em que os alunos percebam e se engajem em um caminho de descobertas. A adoção da pesquisa em sala de aula tem como objetivo conscientizar gradativamente os alunos sobre a problemática da tolerância no seu dia a dia e de sua emergência nas mudanças da sociedade atual. Como um ciclo gradativo, a tolerância deve ser cultivada na razão e adentrar no coração dos alunos por meio dos sentimentos necessários: a) ao respeito da sua identidade enquanto pessoa (o ser tolerante); b) ao conhecimento da tolerância (compreender a tolerância); e c) ao transformar esse conhecimento uma ação efetiva consigo e com os outros (fazer-se tolerante). O professor como um facilitador desse processo deve promover pesquisas em sala de aula que permitam aos alunos questionar, investigar e propor argumentos com base nas informações pesquisadas. A pesquisa inclui a confecção pelos alunos de materiais de divulgação das atividades filosóficas desenvolvidas em sala de aula por meio de resultados alcançados (MORAIS, 2012). Inserir temáticas da vida cotidiana do aluno no processo formativo é buscar alternativas para que os alunos relacionem os

problemas vivenciados com os conteúdos desenvolvidos na sala de aula, o que permite uma maior aproximação entre a escola e as mudanças sociais, dentre elas a exigência de um pensamento complexo e ecológico.

Quando o professor insere situações e problemas da vida real, como Bobbio (2002, p. 103) fez com a problemática do preconceito, ele aproxima os temas estudados com o dia a dia dos seus alunos, o que permite com que eles conheçam os diferentes ângulos das ações intolerantes, um problema presente em todo o país. Uma das alternativas para enfrentar os graves problemas causados pela intolerância no dia a dia é inseri-los no contexto escolar, em que as diferentes perspectivas são estudadas e comparadas umas com as outras. É preciso considerar que numa sociedade livre e democrática os seus habitantes precisam enfrentar os problemas que compromete a sua qualidade de vida, dentre eles os atos intolerantes entre as pessoas.

O educador Freire (2017, p. 17) observa que problemática da tolerância também é do interesse da educação e da democracia. Ele menciona, o caso do índio Galdino como um dos crimes que mais chocaram e mobilizaram a opinião pública brasileira. O fatídico episódio, mesmo depois de 26 anos ainda é lembrado como exemplo de discriminação e intolerância contra um representante indígena. O caso deixou marcas na memória coletiva brasileira como uma atitude a ser evitada, motivo por que Freire aconselha a sua inclusão no âmbito educacional para que os educandos reflitam sobre o seu lugar do mundo e sobre os problemas da nação. No contexto escolar, esse fato mobiliza um conjunto de pensamentos e sentimentos que incentivam os alunos a refletir sobre os conflitos enfrentados, seus erros e acertos, com a finalidade de construir um eventual futuro melhor.

Assim como o caso brasileiro, a história francesa também registra um erro judiciário que mobilizou toda a nação no século XVIII e forçou os franceses a refletir sobre suas vidas no âmbito coletivo. O caso de Jean Calas, acusado por um crime de parricídio, julgado e condenado sem provas, causou indignação em Voltaire (2000, p. 13), que procurou ajudar e investigar a questão da tolerância na França, o que resultou em uma reflexão sobre como as pessoas podem agir movidas por suas crenças e superstições, algumas delas potencializadas pela vaidade e pelo ódio, o que resultam em toda sorte de práticas injustas. Os dois

fatos mencionados, o ocorrido na sociedade francesa no século XVIII e na brasileira, são exemplos do quanto é preciso repensar as condutas adotadas, incluindo as posturas jurídicas para que não ocorra erros processuais semelhantes ao sofrido por Jean Calas e sua família. No contexto brasileiro é preciso considerar a situação dos povos tradicionais desde o período da colonização até os dias atuais, a marginalização e o não reconhecimento dos seus direitos, como o da demarcação de suas terras tradicionais, enfatizado sempre que o caso do índio pataxó é mencionado nos meios de comunicação no país.³²

Figura 15- Capa de jornal do caso Galdino.



Fonte: Acervo do Jornal *O Tempo* (2023). Disponível em: <https://www.otempo.com.br/acervo-25-anos/morte-de-galdino-revolta-o-brasil-enquanto-defesa-alega-juventude-1.2656933>.

Fatos históricos como os mencionados acima, ou outros que causem indignação social podem ser adotados em sala de aula e serem utilizados para

³² A capa do jornal *O Tempo* estampa como manchete principal, no dia 22 de abril de 1997, o sentimento de revolta que o Brasil sentia com a morte de Galdino, o presidente na época Fernando Henrique Cardoso expôs sua opinião, punição exemplar, e a viúva não acreditava na justiça. Isso mostra um o termômetro da época que mostra uma miscelânea de sentimentos, que vai do senso de justiça, passando pela impunidade e a banalidade a que defesa dos jovens infratores classificou o ocorrido como coisas da “juventude”.

desenvolver atividades educacionais colaborativas que promovam nos alunos a percepção da diversidade cultural e a oportunidade para aplicar os conhecimentos adquiridos na compreensão dos problemas da vida real. As vivências dos alunos podem atuar como promotoras da compreensão da vida dos próprios alunos e do modo de vida dos outros, fornecendo condições para que eles reflitam sobre as condições intelectuais e éticas de sua vida, e possam pensar em possibilidades de melhoria social, incluindo as condições que garantam a dignidade humana (THOMPSON, 2014, p.156).

É preciso não esquecer que a intolerância nasce no meio social e é nela que deve ser procurada as suas causas, com reflexão dos fatos e narrativas significativas e funcionais a compreensão da vida diária. No processo, é preciso identificar e combater os elementos promotores do ódio entre as pessoas, e de forma eles estão presente nos discursos e nas práticas intolerantes.

Na tabela 5 apresentamos os principais âmbitos de investigação da intolerância e as formas como cada uma delas identifica e reflete sobre as condições, disposições e sentimentos que ensejam as ações intolerantes.

Tabela 5- Problemática da intolerância.

Problema da intolerância	
Âmbitos de investigação	Condições, disposições e sentimentos
Psicológico	-Imperfeição, inadequação, vício, incapacidade ou mesmo doença.
Conceitual	-Muitas pessoas não entendem o que é ser tolerante e quais as suas demandas, o não permite que muitos intolerantes não se percebam como tolerantes.
Epistemológico	-A intolerância geralmente envolve algum tipo de preconceito, mal julgamento, insuficiente evidência, má interpretação.
Teológico	-O homem intolerante concebe a sua religião como a plenamente certa.
Utilitarista	-Muitos estão convencidos de que a tolerância apresenta falhas desastrosas, que o melhor é ser intolerante.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

No contexto da sala de aula o professor precisa considerar o caráter psicológico dos seus alunos, ele faz parte da compreensão do ser humano em suas múltiplas dimensões. Entender como se manifesta a intolerância no contexto social exige adentrar nos muitos estratos da vida humana, conhecer as suas condições e formas de manifestações com a finalidade de criar estratégias racionais que busquem combater as práticas intolerantes. É preciso reconhecer que a problemática da intolerância é multifacetada, possui outras dimensões além da psicológica.

Uma das possíveis razões pela qual a intolerância é tão difundida é que muitas pessoas não compreendem o conceito de tolerância, as suas exigências e as suas condições de manifestação, o que dificulta a identificação de algumas pessoas como intolerantes, alguns deles chegam a pensar que são tolerantes. Por não se conceberem como intolerantes, é difícil penetrar na couraça que mentalmente construíram e explicar-lhes por que estão errados, especialmente os praticantes de algumas religiões, em que foram e ainda são agregados alguns preconceitos, erros de julgamentos, interpretação distorcida ou insuficiente de dados e raciocínios tortuosos e doentios. Em alguns casos extremos, os praticantes chegam a acreditar que as suas filiações religiosas exigem que empreendam uma guerra contra todas as formas de “idolatria”, e que eles precisam converter todos os “pecadores” a sua religião. Para isso, procuram utilizar todos os “meios” disponíveis, não se importando com os problemas que causam aos outros. Essa atitude desrespeitosa faz com que alguns líderes religiosos lancem as bases da intolerância e do intolerável primeiro entre os seus membros, depois no grupo social em que atuam. A ação de não tolerar os praticantes de outras religiões leva a um convencimento desastroso, de que é melhor ser rotulado de intolerante do que ficar parado e perder a oportunidade de converter os que julgam pedidos, essa formulação mental de utilidade e ganhos é a que conduz ao modo pensar do ser intolerante (NEWMAN. 1982, p.147).

A filosofia e os filósofos podem contribuir de forma significativa para a compreensão do tema da tolerância, eles fornecem *insights* inspiradores a criação de ferramentas educacionais a serem utilizada na formação humana. Em nossa investigação, três pensadores são importantes porque contribuíram de

diferentes formas para elucidar a problemática da tolerância, Voltaire, Bobbio e Freire, como descrito na Tabela 6:

Tabela 6- Dimensões da tolerância em Voltaire, Bobbio e Freire.

Pensador que tematiza a tolerância	Dimensão da reflexão
Voltaire	Com a sua dimensão epistemológica revela em seus escritos o preconceito e o mal julgamento que produz injustiças e intolerância, como a cometida com Jean Calas, fazendo da tolerância uma natureza humana capaz de clarificar os homens e mulheres no seu sentimento moral.
Bobbio	Com a sua dimensão conceitual nos convida a fazer uma purificação do conceito de tolerância, conceito tão distorcido e mal compreendido levando ao seu mal uso. Bobbio faz um estudo sereno da tolerância para que ela tome um verdadeiro e justo uso entre os homens e mulheres.
Freire	Com a sua dimensão crítica ao utilitarismo , em que a tolerância não é pura condescendência ou indulgência, a tolerância não é um certo favor útil de menos dano e mais ganho do tolerante ao tolerado. Ele considera a tolerância como virtude da convivência humana.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

No diálogo *A República* (III, 406a) o filósofo Platão denuncia que a medicina praticada em sua época apresentava problemas em sua prática, ele critica o excessivo cuidado da saúde, que tinha se transformado em cuidado da doença e não do corpo (PLATÃO, III, 407b-c). A preocupação de Platão residia no distanciamento da função da medicina que, ao invés de tratar os homens e os problemas causados pelas doenças, se desvia de sua essência para o objetivo que ela foi feita. Esse alerta de Platão pode ser adotado com alguns problemas vivenciados em nosso tempo, especialmente os relacionados com a prática da tolerância e do seu contraponto, a intolerância. A intolerância mostra o seu lado negativo sob a forma de vícios, e quando os seus efeitos se manifestam costuma-se invocar a tolerância com forma de compreender e resolver os problemas causados pela intolerância. O problema é a sobreposição entre os sentidos de tolerância e intolerância, em que a primeira é compreendida

como mera condescendência ou indulgência, o que pode incorrer no mesmo erro da medicina denunciado por Platão em sua época.

Quando mencionamos que não é possível pensar a intolerância sem invocar a tolerância, destacamos a necessidade de não confundir a prática da intolerante como uma relação viciante, porém passageira, em que a tolerância precisa promover uma cura nos homens com correções conceituais e epistemológicas e com a promoção de uma vida virtuosa entre homens e mulheres. Algumas pessoas almejam uma visão utópica e esperançosa da vida, considerando a tolerância como meio para não enfrentar os problemas existentes. Ao contrário do sectarismo aspirado, propor uma estratégia de uma educação para a tolerância exige muita dedicação e atuação constantes.

3.2.7- Enfoque global e complexo para o ensino da competência filosófica para a tolerância.

Não de mim, mas do logos tendo ouvido é sábio homologar tudo é um (HERÁCLITO, frag. 50, Hipólito, Refutação, IX, 9).

Heráclito de Éfeso sugere a existência de um *logos* (razão) capaz de prover e estabelecer a conexão entre a estrutura racional do mundo e o discurso racional, o que permitiria compreender a realidade como um grande organismo vivo, e assim buscar uma compreensão contextualizada e verdadeira do mundo, o que exigiria a superação de opiniões superficiais e particulares. A percepção de Heráclito sobre a necessidade de explicar o contexto universal de forma racional, sem ignorar as limitações dos meios utilizados, nos ajuda a perceber que o tema da tolerância é amplo e complexo, exige considerar todos os seus ângulos e particularidades, incluindo os meios utilizados para a sua compreensão em sentido globalizante. Ter ciência das dificuldades relacionadas à prática da tolerância não significa que não possa ser adotada no contexto da sala de aula, tanto como tema quanto como estratégia de formação significativa para os alunos.

Nas últimas décadas, observa-se o quanto as crises geram sentimentos negativos, como ressentimento, ódio, intolerância e violência gratuita,

especialmente as econômicas, políticas e religiosas. Essa observação nos permite inferir que a intolerância que se manifesta nos ambientes escolares não pode ser desvinculada de uma compreensão maior com raízes no próprio tecido social.

A história registra situações em que alguns governos adotam estratégias de dominação sofisticadas que tributam aos governados situações similares às encontradas em algumas religiões, a saber, o sentimento de culpa por algo que não fez. No âmbito político, essa estratégia é propagada paulatinamente, e com o tempo se cristaliza na fala individual de que o estrangeiro, o diferente, o diverso e as minorias são culpados por seus problemas, como o desemprego, a discriminação, a violência física e moral ao seu modo de vida, seja pessoal ou cultural.

Hannah Arendt (1989, p. 64), ao analisar a crise financeira de 1873, constatou a relação entre a crescente hostilidade antiestatal e o antissemitismo, o que causou nas pessoas uma miscelânea de sentimentos, desde decepção, nojo, raiva e medo. A figura do bode expiatório existe desde os primórdios da vida coletiva, anteriormente era atribuída aos grupos considerados ignorantes, com o tempo passou a ser utilizado como estratégia de ocultação e dominação, denominada genericamente de “ideologia dominante”. Essa estratégia é criada discursivamente com a finalidade de passar despercebida e evitar questionamentos, denúncias e reivindicações por melhorias sociais. Geralmente o sofrimento deveria atuar como impulso de mudança, no entanto a percepção geral do problema exige o concurso de uma formação cultural maior, o que permite uma leitura de mundo para além dos condicionantes da ideologia dominante. Por isso, a educação não pode ser confundida como um meio para a realização dos fins da política dos governantes comparável aos fins da medicina denunciada por Platão em sua época: “E talvez de tudo o que mais o impede é esse excessivo cuidado com o corpo, que ultrapassa o regime físico saudável”. (PLATÃO, III, 407b). Da mesma forma uma educação para a tolerância não pode incorrer no risco de transformar a tolerância em uma relação viciante com a intolerância, e com isso incidir na crítica platônica da medicina.

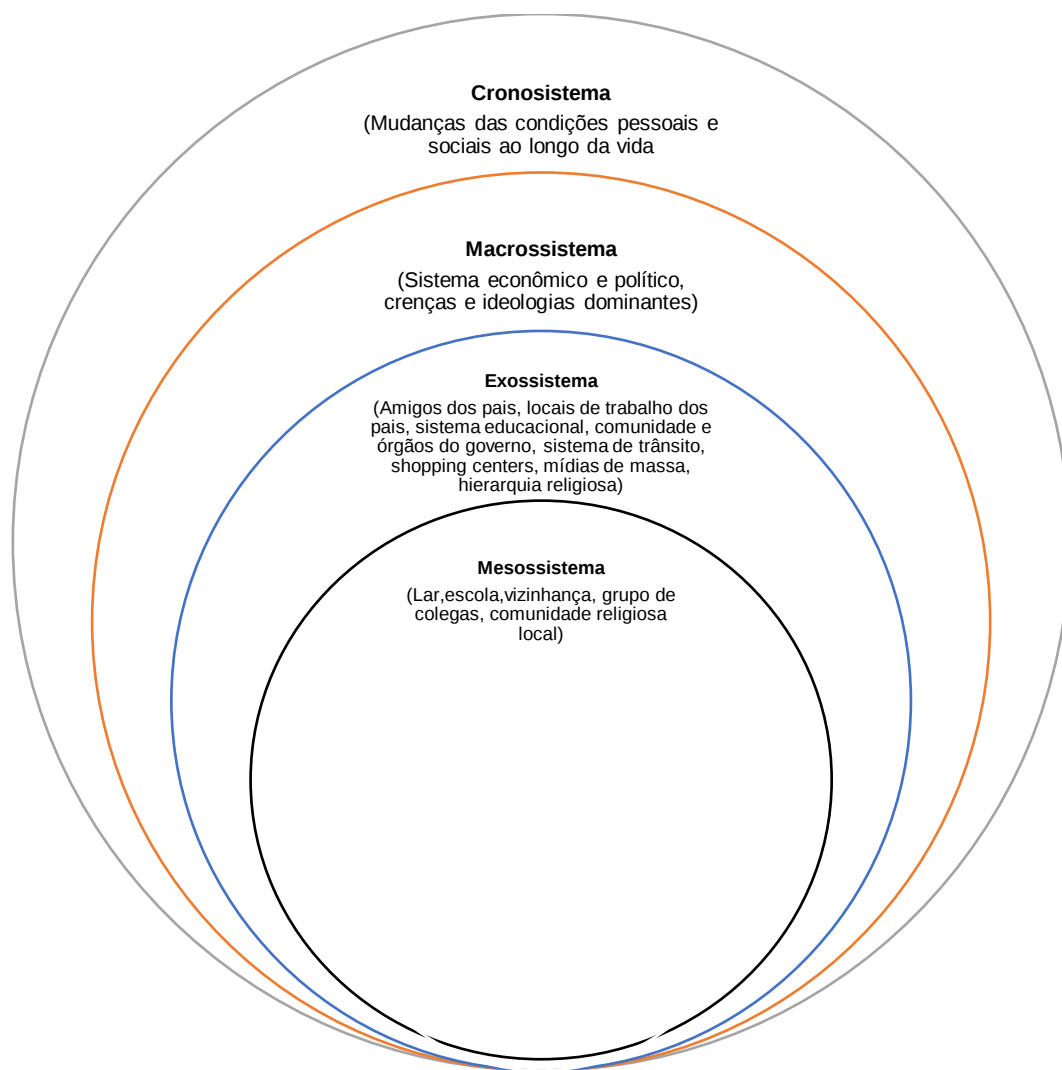
O bode expiatório, para Hannah Arendt (1989, p. 26), é absolutamente inocente, nada fez ou deixou de fazer que tenha ligação com o seu destino, mas é usado como justificativa dos problemas reais dos outros.

Quando nossa pesquisa foi idealizada no ano de 2018,³³ o Brasil passava por uma crise econômica que repercutiu e potencializou a crise moral e política do país, o que multiplicou os casos de ressentimento³⁴ e o ódio em todas as esferas da vida, fazendo emergir a figura do bode expiatório, representado à época pelo estrangeiro venezuelano que veio tomar os empregos dos brasileiros, ou mesmo o STF quando foi considerado como possível ameaça a liberdade, fomentando em alguns brasileiros ações antidemocráticas que culminaram na invasão ao congresso nacional em janeiro de 2023. Em um curto espaço de tempo o país enfrentou problemas políticos e sociais que mostraram o quanto a democracia encontrava-se sob a mira de pessoas intolerantes, que se consideravam os seus defensores. Para entendermos melhor a dinâmica da crise vivenciada em 2023, recorremos ao pensamento de Urie Brofenbrenner (1979, p. 209):

³³ Não é uma ‘mera’ polarização, no sentido de rivalidade partidária. Até o momento, o risco é de uma cisão profunda, que chega, algumas vezes, às raias da violência, e cujo caráter antidemocrático parecia ter-se perdido em nosso passado – destacou o presidente do Senado Eunício Oliveira, no ano de 2018 (Fonte: Agência Senado).

³⁴ O rancor e o ressentimento que elegeram governos populistas e extremistas nos últimos anos, lançaram sombra sobre as democracias ao redor do mundo, qualquer tentativa forma cidadãos tolerantes para o nosso tempo depende de diagnosticar o que deu de errado nas últimas décadas, à medida que as pessoas abraçaram e promulgaram uma nova versão do capitalismo, que trouxe desigualdades crescentes e políticas tóxicas (SANDEL, 2023, p.377).

Figura 16- Percepção ecológica da tolerância.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Como mencionado anteriormente, a compreensão da tolerância não pode se desvincular da pessoa em seu contexto social, a pessoa não pode ser separada do seu ambiente. Bronfenbrenner considera que o ambiente exerce forte influência na vida do ser humano, identificando cinco níveis de influência ambiental, que variam do mais íntimo e próximo ao indivíduo, ao mais distante dele. No centro dessas influências múltiplas encontra-se a pessoa que influencia, mas também pode sofrer as influências de outras pessoas, conforme explicação abaixo:

Microssistema: inclui o ambiente do dia a dia de um aluno na escola, os seus pais, vizinhos, amigos, colegas de classe e professores que afetam de alguma

forma a sua percepção da tolerância ou intolerância, comparável as atitudes de um professor que pode tanto aumentar o desempenho de um jovem na busca de respostas eficientes quanto diminuir o seu interesse e despertar atitudes hostis e práticas indesejadas, como a de ódio.

Mesossistema: compreende o entrelaçamento de vários microssistemas, como a influência indireta exercida sobre a percepção de mundo de uma criança. Os filhos podem ser influenciados pela política interna da empresa em que trabalha um dos seus pais, especialmente nas que adotam uma política intolerante em relação a alguns aspectos da vida (racial, gênero, religioso). Quando esse funcionário traz para o lar tais práticas, ele contribui diretamente na formação de um caráter intolerante em seu filho.

Exossistema: caracteriza o vínculo entre microssistemas e instituições externas que afetam a pessoa indiretamente. Como a programação de um canal extremista encoraja comportamentos misóginos e racistas?

Macrossistema: incluem questões que tentam compreender as relações humanas em sentido amplo: Como os padrões culturais abrangentes constroem as crenças e ideologias dominantes e exercem influência na formação da personalidade? Como a dinâmica econômica e os sistemas políticos atingem as pessoas? Como uma pessoa é afetada a longo prazo em um período de crise econômica e de extremismo político com relação a percepção do outro? Como quatro anos de governo com pautas antidemocráticas podem ser determinantes para a proliferação ao longo dos anos subsequentes de homens intolerante?

Cronossistema: compreende uma perspectiva temporal que coloca a pessoa e o seu ambiente como catalisadores de mudanças na estrutura familiar, e influência na maneira de discursar determinado tema. Como a longo prazo uma política nacional de educação para a tolerância pode exercer influência em mudanças significativas na vida coletiva?

Ao percorrer todos os âmbitos e campos de atuação da tolerância, é possível inferir o quanto é necessário compreendê-la como em movimento circular, o que exige que o aluno procure estudá-la como um todo, com a finalidade de mobilizar todo o seu potencial intelectual. Bobbio (2004, p. 86) quando busca as razões da tolerância busca superar qualquer

compartimentalização que provoque a limitação da compreensão do tema. Ele observa a necessidade de não ignorar que a tolerância pode tomar formas distintas (positiva ou negativa), o que exige que se conheça como se manifesta a intolerância (positiva ou negativa), evitando dessa forma as divagações, desorientações e má formação. A necessidade de compreender a tolerância em sua completude exclui a adoção de recortes que valorizem os interesses de um grupo em detrimento da maioria, o que pode resultar em uma compreensão mais fechada e, com isso, prejudicar a convivência com o outro de forma respeitosa e não somente como obrigação em “aguentá-lo” (FREIRE, 2017, p. 18). Também exclui as opiniões insensatas proferidas em condições desproporcionadas ao olhar atento das pessoas (VOLTAIRE, 2000, p. 125).

Não podemos isolar a tolerância, ao conceder maior ou menor ênfase a um de seus aspectos, essa prática pode gerar aberrações em sua prática, como a de uma pessoa que pode ser tolerante com um cliente que ela atende, e em outro momento ser intolerante com quem divide um transporte coletivo.

Como mencionado anteriormente, é preciso considerar o ser humano como um ser global, como um ser que pode compreender as outras pessoas e os diferentes estratos sociais, e com isso adotar uma postura mais consciente em relação ao coletivo e a sua coexistência. Se percebemos a tolerância em nossa realidade em seu caráter global, precisamos considerá-la como imprescindível à coexistência coletiva. Da mesma forma, é necessário aprofundar a compreensão sobre a tolerância, com a finalidade de realizar uma síntese de todos os seus conhecimentos. A função do professor facilitador de uma educação para a tolerância é de ajudar a realizar esse processo de análise e síntese, tendo em mente que o ponto de partida é uma primeira aproximação que é sempre de caráter global, sempre relacionada as situações ou experiências dos alunos (ZABALA, 2002 p. 22).

Com esse cenário em vista, o professor pode promover meios de pesquisa em sala de aula com a finalidade de promover coletivamente nos alunos entendimentos e percepções do que é intolerância ou tolerância, criando um quadro das palavras-chaves que mais aparecem em sala de aula, assim como durante as aulas, desenvolver redações de um texto sobre o primeiro olhar sobre o tema, antes da realização de leituras filosóficas sobre o tema. No processo, o

professor pode adotar a recomendação de René Descartes (1996, p. 23), ao dividir primeiro as dificuldades em parcelas possíveis (análise), e depois continuar do mais simples ao mais complexo (síntese):

Dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor resolvê-las. Conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos.

Descartes realizou um duplo processo investigativo, primeiro em forma ascensional e depois em forma descensional, aplicando tanto a indução quanto a dedução. O procedimento cartesiano pode nos ajudar a compreender a problemática da tolerância, considerando o entendimento proposto por Freire como um processo de conscientização contínua dos alunos:

Figura 17- Conscientização contínua dos alunos.

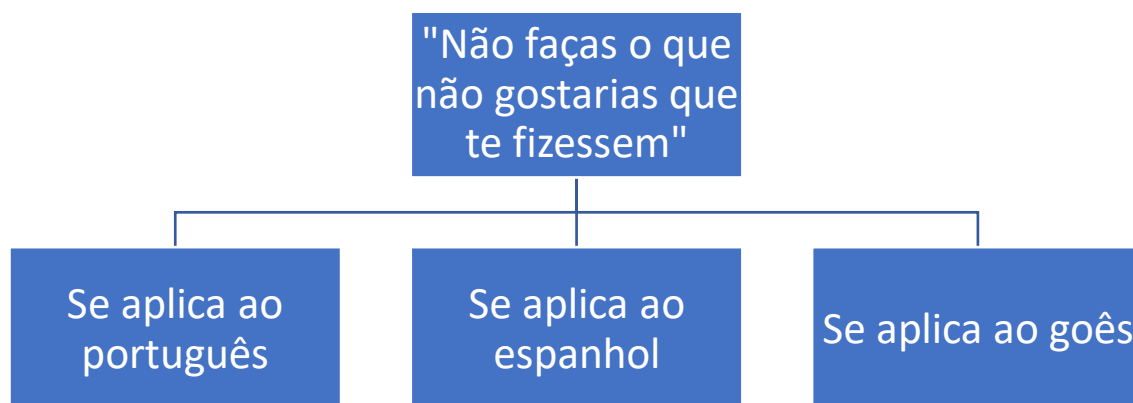


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Em suas ponderações sobre a tolerância, Paulo Freire (2017, p.17) parte de uma compreensão complexa e mais divulgada pelas pessoas, a que destaca uma relação de inferioridade e de superioridade de classes origem de desconfianças e conflitos entre as pessoas, o que exige a adoção de princípios de convivência calcados em preceitos religiosos. É justamente a necessidade de convivência de grupos distintos social e economicamente que Freire utiliza para analisar a tolerância como uma virtude da convivência humana, independentemente de suas práticas culturais, incluindo as religiosas. Para Freire, é preciso investir em uma educação que promova uma relação respeitosa com o diferente, superando as relações de inferioridade e, portanto, promovendo a valorização do homem enquanto ser autônomo de crítico. A exemplo de Voltaire (2000, p. 33), Freire também parte de um princípio universal do direito humano

a ser adotado nos diferentes grupos culturais e sociais. Assim afirma a máxima de Voltaire:

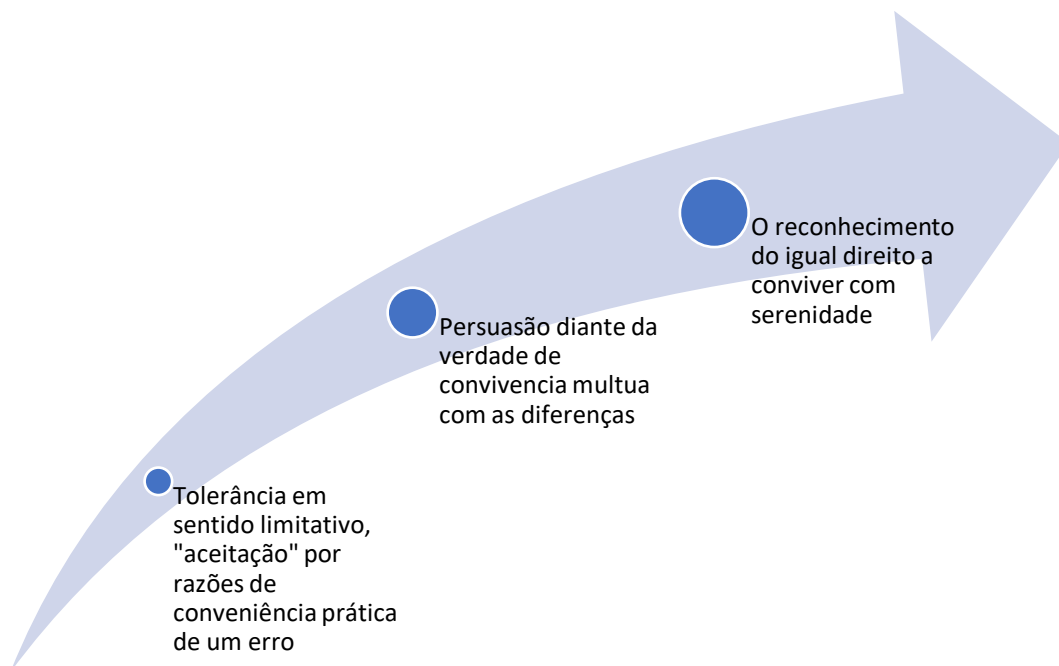
Figura 18- Princípio universal do direito humano.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Bobbio (2002, p.153) parte de uma atividade de limpeza e exclusão de elementos indesejáveis do uso do conceito de tolerância que vai de uma lógica perversa dos maiores ganhos e menores perdas para sua plena serenidade de uso (Figura 19):

Figura 19- Limpeza do termo tolerância.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

Para Bobbio, a tolerância pode ser comparada a um talismã universal que congrega ao mesmo tempo o respeito a verdade alheia e a renúncia em acreditar que se tem a verdade absoluta. Neste sentido, a tolerância exige o respeito as escolhas e práticas dos outros, incluindo as religiosas. Uma pessoa não precisa bater tambor a uma entidade religiosa ou incorporar uma entidade em meu corpo para dizer que respeita as religiões de matriz africana, ela precisa somente reconhecer a legitimidade das práticas e a existência religiosa de uma pessoa diferente das suas. Por meio de uma lógica silogística, podemos formular a seguintes premissas e conclusões:

1. Todas as crises morais, políticas e econômicas levam ao aumento dos comportamentos intolerantes;
2. Ora, o Brasil passou recentemente por uma crise econômica, política e moral;
3. Logo, o Brasil vivencia um aumento dos casos de intolerância.

Para que possamos minimizar ou mesmo extinguir os discursos e os atos intolerantes, a educação para a tolerância precisa ampliar o papel formativo e procurar não somente identificar e compreender os argumentos que promovem o discurso perverso da intolerância, mas sobretudo desarticular a sua propagação prática. Com isso, a educação cumpre a sua função social no processo de buscar soluções às situações e aos problemas relacionados aos discursos de ódio, ao descaso com a vida, às diferentes formas de violência que atingem diretamente a dignidade humana.

Considerando que o professor não pode ignorar os problemas vivenciados por seus alunos, é preciso propor e implementar políticas públicas educacionais que venham a criar a longo prazo uma mudança coletiva de comportamentos indesejáveis para disposições e ações muito mais pautados em um discurso ético que promova a coexistência pacífica entre os diferentes grupos sociais.

CAPÍTULO 4- EDUCAÇÃO PARA A TOLERÂNCIA E ATIVIDADES PRÁTICO-REFLEXIVAS PARA A RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMAS NO ÂMBITO ESCOLAR.

Uma das características do homem é que somente ele é homem. Somente ele é capaz de tomar distância frente ao mundo. Somente o homem pode distanciar-se do objeto para admirá-la. Objetivando ou admirando – admirar se toma aqui no sentido filosófico – os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. É precisamente isto, a “práxis humana”, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo (FREIRE, 1979, p.15).

Considerando todo o amplo e diversificado legado da tradição filosófica, podíamos escolher muitas direções em nossa investigação teórica para dialogar com a prática do ensino de Filosofia, mas decidimos por uma que considerasse as três exigências educacionais, os conteúdos filosóficos, as competências e habilidades preconizadas pela legislação educacional e a realidade dos alunos, incluindo os seus anseios por uma sociedade melhor. Por isso, na primeira parte deste texto se optou por fazer primeiro um recorte histórico com pensadores que refletiram e empreenderam em seu dado tempo uma leitura fidedigna e honesta do tema da tolerância em diferentes perspectivas, religiosa, política, histórica etc. Nesta parte do texto, por questões de coerência com o trabalho construído até o momento, nos deteremos nas implicações teórico-práticas de três situações-problemas depreendidas de contextos históricos: o caso de Jean Calas na França; o de Galdino Jesus dos Santos no Brasil e o da guerra termonuclear, uma brilhante reflexão que Bobbio fez da ameaça de uma guerra nuclear que poderia comprometer a vida no planeta.

As três situações-problemas servirão como aprofundamento das reflexões realizadas, para posterior análise de situações atuais enfrentadas pelos alunos. A compreensão e resolução de cada uma delas será utilizado como guia e modelo a ser adotado como inspiração para intervenções de outras situações-problemas que possam aparecer ao longo da prática profissional do professor de filosofia. As situações-problemas visam também buscar um modo de avaliar os alunos em seu caminho de amadurecimento, esclarecimento e busca por meios racionais e éticos, incentivando dessa forma refletir e combater os de intolerância.

Autores de diferentes áreas refletem sobre a tolerância, constando em nossa época também como diretriz de ação em vários documentos nacionais e internacionais. É preciso observar que nem sempre o que é preconizado teórica e legalmente é adotado na prática, considerando as particularidades culturais, históricas e sociais de cada grupo social, por isso a necessidade de refletir e discutir situações-problemas relacionados a tolerância em diferentes contextos culturais e épocas.

Em linhas gerais, aprender a ser tolerante é vivenciar inúmeras atividades que possam mobilizar o pensamento e o afeto na direção de experiências que exercitem tanto o compromisso pessoal quanto em grupo, promovendo dessa a responsabilidade, o senso crítico, a autonomia, a cooperação e a liberdade. No contexto escolar, para solucionar uma problemática que enfoque a tolerância, como nos casos de Calas, Galdino e das guerras termonucleares, a situação-problema deve se aproximar da realidade do aluno por meio da busca de respostas a perguntas como: De que forma o caso de Galdino pode direcionar o olhar do aluno para a vida diária na periferia de uma escola pública, cercada pela desigualdade e toda sorte de violência? Há semelhança entre o caso de Galdino e outros caso que acontecem no contexto de vida dos alunos? É importante que o professor proponha perguntas que possam ser capazes de ser respondidas pelos alunos.

Como foi abordado ao longo deste texto, a competência para a tolerância se define como uma resposta eficiente diante de uma situação real de intolerância, ou mesmo que evoque a ação de um ser tolerante. Um jovem aluno diante de casos como os de Calas, Galdino e das guerras nucleares consegue responder de forma racional e ética com a busca de soluções a problemas similares? É nessa capacidade de buscar soluções para a superação da intolerância que reside a capacidade de implementar e avaliar no contexto da sala de aula as situações intolerantes com a doção de uma competência para a tolerância. O processo constituído por uma sequência de aulas permitirá com que o professor perceba o que os alunos trouxeram de compreensão inicial do que é tolerância para eles, e dos que eles ao final adquiriram como conhecimento ao tema da tolerância.

Esse olhar prospectivo busca descobrir soluções a problemas reais que permitem pensar na vida e como ela vai se apresentar para o aluno no futuro. Responder de forma eficaz a situações dificilmente previsíveis e de natureza diversificada é um norte a ser alcançado. Quando um aluno consegue aplicar o que aprendeu em situações reais significa que o professor alcançou o seu objetivo formativo, uma vez que o simples fato de adotar uma postura de tolerância, seja numa prova escrita ou em um trabalho em grupo, já é motivo de uma avaliação favorável. Em suas aulas de Filosofia, o professor precisa adotar ferramentas educacionais que permitam reconhecer se os alunos aprenderam a superar situações-problemas de intolerância, como os casos de Jean Calas na França e Galdino Jesus dos Santos no Brasil.

Para que o aluno tenha maior domínio sobre o tema da tolerância, é preciso que o professor conheça quais são as suas dificuldades, e dessa forma possa estabelecer estratégias resolutivas. Para isso, as ações precisam estar voltadas para a obtenção de informações de cada situação-problema, como pesquisas em textos jornalísticos, artigos científicos, acontecimentos e conflitos que mostrem a complexidade da realidade e mobilizem os alunos a intervirem para com isso chegarem a um conhecimento dos fatos e a consequente resolução do problema em questão.

As sequências didáticas (SD) propostas nessa parte prático-propositiva seguem os direcionamentos do *Referencial Curricular Amazonense* (RCA) e da *Proposta Curricular Pedagógica* (PCP) do estado do Amazonas, bem como as diretrizes da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). A proposta foi pensada para ser implementada em todos os anos do ensino médio, para que o professor de Filosofia pudesse utilizar e adaptá-la ao longo de sua atividade docente em Filosofia. Dentro dos três anos do ensino médio temos unidades didáticas e objetos de conhecimento que as situações-problema desenhadas nesse trabalho poderiam ser trabalhadas nos bimestres subsequentes do ano letivo. Seguindo a Tabela 6, podemos perceber que o tema da tolerância abrange de alguma forma o 1º, 2º e 3º anos do ensino médio:

Tabela 7-Conteúdos relacionados ao tema da tolerância.

PCP	1º ano do ensino médio	2º ano do ensino médio	3º ano do ensino médio
-----	------------------------	------------------------	------------------------

Unidade didática	Pensamento, crenças e ciência/ sociedade, política e ética.	Territórios, fronteiras e redes/ identidade, diversidade e equidade	Natureza, cultura e sustentabilidade/ economia e trabalho.
Objeto de conhecimento	Preconceito, discriminação e xenofobia; Diversidade etnocultural brasileira; cidadania e direitos humanos; Justiça e reconhecimento; Equidade, igualdade, singularidade e diferença. Racismo e estado; justiça social; os princípios éticos da liberdade, cooperação, autonomia, empoderamento, convivência democrática, solidaria e fraterna.	As múltiplas culturas e os múltiplos pensares; liberdade e igualdade política; relações de poder e desigualdade social: os invisíveis na sociedade; o universal e as singularidades: política de ações afirmativas; direito do cidadão ao respeito e a diversidade de pensamento e crença; valores humanos: liberdade, solidariedade, igualdade, equidade e singularidade; preconceito, discriminação, diversidade e minorias; diversidade étnico-cultural no Brasil e no Amazonas. Direito do cidadão ao respeito e a diversidade de pensamento e crenças; diferentes tipos de violências: física, psicológica, simbólica, sexual, étnico-racial e material; violência por motivação religiosa, preconceito, discriminação e racismo religioso; racismo, desigualdade e poder no Brasil.	O estatuto do homem; Os diferentes sentidos de sermos uma única espécie com diferentes jeitos de ser, viver e conviver; Os valores humanos: solidariedade, justiça, paz, partilha e equidade social; Direitos humanos e desigualdade; Preconceito e tentativa de fundamentação das antigas e novas eugénias; Desenvolvimento e desigualdade social;

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

As três situações-problemas que inspiraram este trabalho e que podem inspirar a adoção de outras situações-problemas serão analisadas em seus pormenores a partir de agora³⁵, junto as suas propostas de sequências didáticas em nível de ensino médio.

³⁵ Fica a critério e da sensibilidade do educador construir os seus Planos de Aula, verificando a dinâmica de movimentação da realidade a que se encontra. Como colocado na tabela acima existe a possibilidade de o professor construir suas práticas educacionais com mais opções e direcionamentos.

4.1- Sequência didática para o ensino da tolerância em nível de ensino médio

Os professores se encontram hoje sob a intolerável pressão de mediar a subjetividade pós-letrada do consumidor no capitalismo tardio e as demandas do regime disciplinar (passar nos exames e coisas do tipo). Nesse sentido, longe de ser algo como uma torre de marfim a salvo do “mundo real”, a educação é a sala de máquinas da reprodução da realidade social, onde se confrontam diretamente as inconsistências do campo social capitalista (FISHER, 2020, p. 49).

Para não cairmos em um falso ativismo, construímos um conjunto de sequências didáticas que surgem das três situações-problemas levantadas e trabalhadas nesse trabalho pedagógico-filosofico, úteis ao ensino da tolerância e que permita a formação de um homem competente em responder aos desafios do mundo em que vive, sem ilusões ou temores desnecessários.

Em sua atuação docente o professor enfrenta e vivencia pressões externas ao contexto da sala de aula que podem prejudicar uma plena e significativa formação de um ser tolerante, por isso o professor precisa ter consciência do seu papel para evitar cair nas armadilhas das sujeições ideológicas que pregam uma pseudo-tolerância, que mais se confunde com uma docilidade servil do que com uma participação efetiva em perceber que a tolerância não é pura condescendência ou indulgência, como afirma Paulo Freire (2017, p. 17), que produz seres alienantes que, por conveniência ou interesses úteis, empregam a palavra tolerância como estratégia de subjugação e poder. Por esta razão, apresentamos abaixo três modelos inspiradores e provocadores a uma educação para a tolerância, que não somente forma homens e mulheres tolerantes, mas pessoas capazes de serem denunciante dos problemas que prejudicam o convívio pacífico, como preconceito, racismo e discriminação.

Como proposta prático-propositiva de intervenção educacional desenvolvemos uma sequência didática própria para o ensino-aprendizado da competência da tolerância, como forma de ser modelo a ser reproduzido em outras propostas que tenham como tema a tolerância, conforme o método de pesquisa participante em sala de aula (MORAIS, 2012) e a sequência didática pressuposta por Zabala (1998, p. 55), que adota as seguintes etapas:

- A) Atividade motivadora relacionada com uma situação conflitante da realidade experiencial dos alunos;

- B) Explicação das perguntas ou problemas que a situação conflitante coloca;
- C) Respostas intuitivas ou hipóteses;
- D) Seleção e esboço das fontes de informação e planejamento da investigação filosófica;
- E) Coleta, seleção e classificação de dados;
- F) Generalização das conclusões depreendidas;
- G) Expressão e comunicação.

A partir dessas etapas, foi proposto para a aplicação da sequência didática uma série de perguntas para direcionar, avaliar, reforçar ou mesmo alterar a sua implementação:

- A) A sequência didática leva em consideração os pensamentos prévios dos alunos em relação a tolerância?
- B) Os conteúdos propostos são significativos e funcionais para o ensino da tolerância?
- C) Os conteúdos são adequados ao nível de desenvolvimento de cada aluno?
- D) A atividade permite criar zonas de desenvolvimento proximal e intervir no tema da tolerância?
- E) Ela promove um conflito cognitivo que provoque atividade mental ao tema da tolerância?
- F) Ela promove efetivamente uma atitude favorável de aprendizagem de novos conteúdos ao tema da tolerância?
- G) Ela estimula atitudes de autoconceito e autoestima ao tema da tolerância?
- H) Ela ajuda o aluno a adquirir novas habilidades relacionadas ao aprender, gerando autonomia?

Para que os alunos e alunas reconheçam e apliquem a tolerância em seus aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais ao tema desenvolvido no contexto escolar, propomos um quadro que oriente os professores na confecção de suas próprias sequências didáticas e de seus conteúdos:

Tabela 8- Quadro orientador das sequências didáticas 1 e 2 e de seus conteúdos.

Apresentação situação problema	Conceitual		
Problemas ou questões	Conceitual	Procedimental	Atitudinal
Respostas intuitivas ou suposições	Conceitual	Procedimental	Atitudinal
Fontes de informação	Conceitual	Procedimental	Atitudinal
Busca de informação	Procedimental	Conceitual	Atitudinal
Elaboração de conclusões	Procedimental	Conceitual	Atitudinal
Generalização	Conceitual		
Exercícios de memorização	Procedimental	Conceitual	
Prova ou exame	Conceitual		
Avaliação	Conceitual	Procedimental	Atitudinal

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2023).

Seguindo a Tabela 8, e aplicando as situações-problemas propostas, pensamos em uma sequência didática que se adequasse ao que se desenhou ao longo desse trabalho, o que é saber, o que é ser e exercer a tolerância na vida social. Com isso, utilizamos inicialmente a situação-problema 1 dedicada ao caso Galdino Jesus dos Santos, conforme descrição abaixo:

4.2- FREIRE: Situação-problema relacionada à conexão democracia, educação e tolerância.

4.2.1- Situação-problema 1- O caso Galdino Jesus dos Santos.

Quando Paulo Freire (2017, p.17) menciona o bárbaro assassinato de Galdino Jesus dos Santos, ele incita-nos a pensar sobre a questão da tolerância em sua conexão com a educação e a democracia. O pensador estimula em seus leitores a reflexão crítica e a consciência sobre o nosso lugar no mundo e o que estamos fazendo de nossas vidas como pessoa e como grupo social. Para Freire, o homem não capta o fenômeno da realidade em sua problemática pura, é numa situação-problema que o homem busca de forma ingênua os nexos causais, e posteriormente procura desenvolver uma consciência crítica que possa intervir de alguma forma em sua realidade. Freire (1967, p. 105) considera a consciência crítica como uma “[...] representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais”.

Em sua concepção, o educador considera que a consciência crítica se integra a realidade, podendo dessa forma combater a consciência fanática que por sua vez pode levar ao surgimento de algumas patologias da realidade e até ao irracional. Quando olhamos o fatídico caso histórico do índio pataxó que teve uma morte tão violenta que ocasionou nas pessoas da época uma revolta, gerando inúmeras posições e opiniões, algumas delas ingênuas que originaram falas e narrativas que fugiam das reais causas e circunstâncias que produziram o ato bárbaro. Se indignar por um ato tão banal é quase que automático da condição humana, mas precisamos ir além, para que atos intoleráveis como esses não sejam corriqueiros e banais. Por isso, é preciso tomar uma posição significativa e adotar estratégias que possam adentrar na consciência das pessoas, por meio de um trabalho educativo sequencial de sensibilização da tolerância na vida das pessoas. Por isso, é preciso olhar o caso de Galdino não somente como meio de COMO se deu o fato, mas o PORQUÊ, com ênfase nas razões que motivaram a sua ação intolerante. Por isso, é importante uma consciência ampla que identifique os atores sociais dentro de um espaço de poder determinado historicamente, incluindo as forças instituídas na sociedade. Uma violência dirigida a uma população historicamente negligenciada e violentada como a indígena, praticada por agentes de uma classe social economicamente favorável, nos mostra que a situação-problema do índio pataxó não é um caso isolado, ele reflete contextos e situações de desigualdades instituídas a muito tempo no país (HOBSEBAWM, 1995, p. 265). Com isso, é possível inferir que a intolerância institucionalizada nem sempre tem visibilidade pela população brasileira, razão porque precisa ser estudada no âmbito escolar.

Para termos uma percepção da intolerância institucionalizada, é preciso empreender uma investigação que conecte a compreensão de um ato criminoso de queimar um ser humano vivo com os possíveis sentidos que as pessoas tem de democracia, incluindo os que suscitam uma espécie de ‘democracia oligárquica’, denominada por Bobbio (2000, p. 97) de “poder invisível”, constituído por um governo com o rosto representado das pessoas em cada estratificação social. Por isso, é importante compreender o modo como estamos conduzindo a formação cidadã em nosso país, especialmente numa nação com tanta diversidade cultural. Se o aluno for capaz de ter insights e entender que a

intolerância está ligada à nossa formação como nação, isso já mostra que houve um processo de aprendizado, mesmo que timidamente.

Essa é uma das razões porque precisamos compreender a situação-problema de Galdino Jesus dos Santos como resquício de um legado histórico-cultural que permanece enfaticamente presente nas relações sociais, mesmo após mais de quinhentos anos (CALEJON, 2023, p.144). O caso ocorrido no Brasil, suscita uma série de perguntas: Quem são os envolvidos e onde eles se localizam dentro da estratificação social? Como eles se constituíram e chegaram a posição que se encontram hoje? Que tipo de educação formou jovens tão violentos e intolerantes em abordagens, escolhas e ações da vida humana? Qual a participação do governo brasileiro na responsabilidade desse caso emblemático na história brasileira? Essas perguntas nos instigam a pensar e buscar soluções ao enfrentamento desse problema, como discutir a demarcação de terras indígenas, a proteção a cultura e aos costumes dos povos tradicionais, a inserção da educação indígena no currículo escolar, a formação de pessoas qualificadas para formar pessoas ao ensino da diversidade e da tolerância.

Paulo Freire (2017, p. 52) se preocupa com o uso inadequado que as pessoas fazem da palavra tolerância, que conclama os educadores a pensarem a tolerância com um outro olhar que não aquele reproduzido pelo imaginário popular de temor, fraqueza ou mesmo complacência com o crime, e sim com um senso crítico que transforma a tolerância em uma exigência ao dever da consciência humana que combata todo tipo de ato intolerante, com o desenvolvimento de estratégias que possam conduzir ao amadurecimento dos alunos como seres sociais.

A tolerância não pode ser compreendida somente como condescendência ou indulgência, com o risco de considerar as pessoas e culturas diferentes como inferiores. Para que isso não ocorra mais, é preciso reverter o uso errôneo do conceito de tolerância que ainda concebe a intolerância como mais eficiente do que a própria tolerância, denominada por Hobsbawn (1995, p. 301) como “intolerância pragmática”. Em seu processo formativo, os alunos devem ser levados a realizar uma espécie de purificação do uso conceitual da tolerância, com a adoção de novos usos e perspectivas, incluindo um mecanismo avaliativo dos ganhos para a vida de um comportamento tolerante que possa integrar as

peessoas com todas as suas diferenças naturais. Esse comportamento permitiria a convivência pacífica de grupos de diferenciados, sem exclusões, e que oportunizaria todas as possibilidades de individualização e respeito mútuo. (LEITHAUSER, 2001, p. 443).

4.2.1.1- SEQUÊNCIA DIDÁTICA 1: Situação-problema do caso Galdino Jesus dos Santos.

1. Apresentação

A apresentação por parte do professor do tema da tolerância precisa sondar ou diagnosticar o que os alunos compreendem sobre o tema. Posteriormente, apresentar o caso de Galdino Jesus dos Santos com ênfase ao tema tolerância. O professor deve ressaltar nessa situação-problema os aspectos conflitantes, tanto social e histórico que envolvem os atores envolvidos direta e indiretamente no caso, os povos tradicionais e os homens brancos, ressaltando as diferenças de interpretação que podem suscitar, como o contraste entre a compreensão vulgar do caso e a sua perspectiva científico-social e filosófica.

2. Proposição de problemas e questões

Durante a proposição de problemas e questões, os alunos, coordenado pelo professor, manifestam as suas percepções, suposições e intuições sobre o que cada um compreendeu do caso de Galdino. Assim, todos os alunos podem individual e coletivamente têm a oportunidade de passar de uma visão inocente para uma visão reflexiva e crítica do caso Galdino. Dentre as questões a serem feitas constam: Quais os possíveis motivos para queimar um ser humano vivo? O que subjaz em termos éticos e sociais desse crime? Qual a implicação da tolerância nesse caso? Por que o caso Galdino levanta uma questão que (inter)conecta educação, tolerância e democracia?

3. Respostas intuitivas ou suposições

A partir das perguntas realizadas, é construído coletivamente um quadro com as concepções, os conceitos iniciais e/ou os preconceitos que os alunos

suscitaram em suas respostas, permitindo aos alunos e ao professor ter uma visão geral do tema, procurando identificar o que está atrelado ao tema. Um possível caminho é a construção de uma nuvem de palavras partir de uma redação realizada pelos alunos.

4. Proposta das fontes de informação

Os alunos orientados pelo professor empreendem uma investigação do caso de Galdino. Para cada questão ou dúvida levantada recomenda-se uma experiência investigativa individual e coletivamente própria a cada percepção sentida no momento da atividade em sala de aula. Se os alunos não sabem do fato histórico, sugere-se uma consulta nos jornais ou vídeos da época. Se surgir dúvidas sobre a situação dos povos tradicionais, recomenda-se pesquisas em fontes específicas, como o atlas da violência, direcionando o caso 1 para uma discussão-investigativa sobre a consciência de classe. Conforme a natureza das questões, são indicadas diferentes fontes de aprofundamento da temática: pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica, relatos de experiência pessoal, observação, entrevista, dentre outras.

5. Busca da informação

Os alunos individual e coletivamente, com o apoio do professor, realizam uma coleta de dados em diferentes fontes de pesquisa. Ao longo da atividade abre-se espaço para a realização de uma discussão com a finalidade de propor uma seleção e classificação com um olhar jornalístico sobre o caso para responder aos questionamentos: de *quem, como, onde, o quê, quando e por quê*.

6. Elaboração das conclusões

Coordenado pelo professor, os alunos individual e coletivamente elaboram as conclusões depreendidas das perguntas e problemas propostos sobre o tema. Com essas conclusões é possível confeccionar um quadro para que todos tenham uma visão global das conclusões e a partir delas, incentivar os alunos a busca de uma resolução da situação-problema.

7. Generalização das conclusões e síntese

Com base no quadro global das conclusões obtidas durante a atividade em conjunto, o professor estabelece os princípios, as regras e modelos que podem ser aplicados em sala de aula. É nesse momento que a sensibilidade do professor deve estar aguçada para junto aos alunos buscar uma síntese entre democracia, educação e tolerância, assim como a relação da tolerância com a diversidade e o respeito, objetivo que deve ser trabalhado em todo o caso de Galdino Jesus dos Santos. É preciso considerar também como os alunos formulam soluções baseado na ética e na tolerância.

8. Exercícios de internalização

Os alunos, individualmente, realizam exercícios de fixação e memorização que lhes permitam lembrar dos resultados das conclusões, a partir do nível de generalização alcançado e de sua síntese. Cabe ao professor propor, por meios educacionais, uma melhor fixação das ideias trabalhadas, podendo utilizar da criação de mapas conceituais, leituras em grupo ou mesmo discussões sobre o tema.

9. Prova ou exame

Por meio de um diagnóstico realizado no início da sequência didática, o professor elabora perguntas aos alunos que mostrem os ganhos e a evolução no esclarecimento do tema da tolerância: Os alunos sabem definir e diferenciar o que é ser tolerante, intolerante e intolerável? Qual a relação entre democracia e tolerância? Qual a importância da educação racial, de classe e política para o combate de atos criminosamente intoleráveis aos moldes dos cometidos ao índio Galdino? Essas são algumas das questões que podem surgir na dinâmica da sequência didática e das muitas realidades envolvidas na atividade escolar.

10. Avaliação

A partir das observações contínua e global ao longo da sequência didática, o professor convida os alunos para uma recapitulação do tema, comunicando e ressaltando os ganhos da experiência em sala de aula, observando como a turma propôs a resolução da situação-problema. Para a divulgação dos resultados da pesquisa, pode-se propor a criação de um mural, que pode ser exposto tanto para os alunos na sala de aula como para toda a

comunidade escolar, conscientizando acerca da importância da tolerância e dos perigos da intolerância.

É bom observar que nessa sequência estão presentes diferentes tipos de conteúdo, os conceituais, procedimentais, atitudinais e os factuais. Enquanto a “aprendizagem conceitual” engloba conceitos e princípios importantes e necessários à compreensão plena dos alunos da situação-problema 1, a “aprendizagem prática” com a orientação do professor implementa processos e ações previamente planejadas e posteriormente exercitadas, o que permite conhecer o comportamento de uma pessoa tolerante, comparando-o com situações reais para solucioná-la. No processo é preciso incluir informações que possibilitam ter uma visão global da situação-problema, como dados históricos, nomes, datas etc. Coordenado pelo professor os alunos administram o ritmo da sequência, com a sensibilidade e percepção do professor, é possível verificar qual a técnica e habilidade mais adequada, como: diálogo, debate, trabalho em pequenos grupos, pesquisa bibliográfica, trabalho de campo, elaboração de questionários e entrevistas.

Durante a atividade, uma série de conflitos pessoais e grupais podem e devem aparecer, o que permite ao professor atento procura perceber e buscar o melhor caminho para resolver tais conflitos, com a finalidade de fazer com que os alunos aprendam a “ser” tolerantes, cooperativos e respeitosos. É bom observar que nessa sequência didática fica explícito uma “aprendizagem procedimental”, que consiste na criação de processos de ações que se estruturam prévia e posteriormente em exercitações, visando a adoção pelos alunos de uma “aprendizagem atitudinal” em ser tolerante. É preciso destacar que a atividade não visa apenas a realização de uma prova, mas a classificação durante todas as etapas da sequência, pretendendo-se que os alunos conheçam os termos tratados e saibam fazer uso dos termos no seu dia a dia, tornando-se com isso mais tolerantes, cooperativos e organizados. Com isso, pretende-se transformar o ensino da tolerância em algo mais atrativo e significativo a uma formação mais integral, pois se trabalha diferentes capacidades dos alunos no contexto escolar.

Durante a aplicação da sequência didática o professor precisa prestar a devida atenção à diversidade dos alunos, não pode esquecer que a aprendizagem é uma “construção” individual e pessoal que cada um desenvolve.

Por isso, com a sensibilidade do professor precisa prestar atenção ao interesse e à disponibilidade dos alunos durante toda a sequência didática, procurando perceber quais conhecimentos prévios, experiências e conflitos eles possuem, visando uma maior aproximação dos alunos com o tema apresentado. A familiaridade com o tema permite ao aluno o desenvolvimento do sentimento de integração, o que o motiva a resolver a situação-problema por meios éticos, o que requer de todos maior tolerância no modo de crer, pensar e agir com relação ao outro, em especial o considerado diferente. Com isso, precisamos resumir o que foi criado e estabelecer certas perguntas para concluir a eficácia de nossa sequência didática para a vida cotidiana e pessoal dos alunos.

Em cada uma das etapas da sequência didática, o professor precisa fazer perguntas do tipo:

- A) **Conhecimentos prévios:** O que cada aluno já possui e contribui para os novos conteúdos de aprendizagem?
- B) **Conteúdos significativos e funcionais:** Os conteúdos são construídos de forma que tenham significação e tenham funcionalidade para o dia a dia dos alunos?
- C) **Nível de conhecimento:** Os conteúdos são adequados a turma e ao aluno, respeitando o nível de desenvolvimento de cada aluno?
- D) **Zona de desenvolvimento proximal:** É possível criar desafios alcançáveis pelos alunos, que melhorem e conduzam as suas competências atuais a um degrau de avanço com a ajuda necessária do professor?
- E) **Conflito cognitivo:** Há uma provocação filosófica que promova uma atividade mental no aluno, fundamental para estabelecer relações entre os prévios e os novos conhecimentos?
- F) **Atitude favorável:** Existe um ambiente escolar favorável e estimulante aos conhecimentos de novos conteúdos?
- G) **Autoestima e autoconceito:** O aluno sentiu, se esforçou e valeu a pena aprender sobre o tema tolerância?
- H) **Aprender a aprender:** O aluno adquiriu habilidades relacionadas com a tolerância, que permitam ser e agir de forma mais tolerante?

Em cada uma das etapas da sequência didática, o professor precisa adotar e alcançar alguns princípios e habilidades da política educacional ao ensino médio, com ênfase nos conhecimentos filosóficos.

A. a. Conhecimentos prévios

Essa proposta de sequência didática tem como um dos seus objetivos colocar os alunos no centro do processo ensino-aprendizagem, considerando as suas contribuições em cada momento do processo. Os alunos são os que fornecem o termômetro de movimentação a atividade escolar, manifestando problemas e perguntas que atuarão como guia de articulação de toda intervenção, emitindo respostas a determinadas perguntas e procurando resolvê-las. Os alunos, mesmo que inocentemente, possuem algum conhecimento sobre a tolerância, permitindo com que tenham empatia com a investigação e busquem soluções relacionadas ao caso de Galdino, incluindo as suposições ou hipóteses das razões que levaram ao ato intolerante, procurando com isso entender e resolver a problemática envolvida ao redor do crime brutal do índio pataxó.

B. b. Conteúdos significativos e funcionais

Todos os conteúdos abordados por Freire no que se referem ao tema da tolerância e da situação-problema levantada pelo mesmo contribuem para ampliar o conhecimento dos alunos e colaborar na resolução da problemática levantada. Assim sendo, o professor deve estar atento aos pontos que mais despertaram o interesse dos alunos, somente assim estão garantidos os conteúdos conceituais, para que eles sejam significativo e tenham alguma funcionalidade na vida real dos alunos.

C. c. Nível de conhecimento

Ao longo de todo o processo o professor deve estar antenado nas questões ou suposições propostas, no diálogo que se estabelece individual ou coletivamente, no tipo de técnica confeccionada, nas informações mencionadas, nos dados selecionados que sinalizam ao professor o grau de dificuldade ou de aprendizagem do tema da tolerância.

D. d. Zona de desenvolvimento proximal

A segunda e a terceira etapa da atividade são fundamentais para examinar o que pensam os alunos, quais dúvidas emergem das interpretações propostas, todas essas de informações orientam o professor a adotar os tipos de exemplos ou argumentos que são necessários a oferecer aos alunos a fim de construir conhecimentos os mais democráticos e significativos possíveis.

E. e. Conflito cognitivo

A sequência didática se estrutura na pesquisa, desenvolvendo um processo intelectual em que os alunos se deparam com muitas situações ao longo das aulas e percebem suas crenças, preconceitos e emite opiniões que não são suficientes para solucionar uma situação-problema, gerando, então, um desequilíbrio cognitivo que deve ser muito bem conduzido pela sensibilidade do professor para que eles não desistam e sejam levados a procurar outros esquemas de compreensão.

F. f. Atitude favorável

A motivação aos alunos deve ser iniciada e permanentemente feita pelo professor, ela é a alma da sequência didática. As atividades iniciais dessa sequência são pensadas para fundamentar um primeiro interesse e deve ser a que provoca as perguntas, a peça-chave da unidade para que eles procurem respostas para os problemas e as possam resolver com tolerância. O protagonismo dos alunos cria a base de uma atitude favorável ao desenvolvimento de uma competência filosófica para a tolerância.

G. g. Autoestima e autoconceito

O trabalho em sala de aula repousa em toda uma dinâmica coletiva. A valoração das contribuições e dos conhecimentos, bem como certas perspectivas geram sentimentos e mobilizam a capacidade dos alunos em resolver conflitos, permitindo dessa forma tanto a sensação quanto a percepção positiva que os levem a apropriação para a vida do tema da tolerância, valorizando as relações que se estabelecem na turma e a consciência do professor em conduzir os trabalhos com e junto dos alunos. Por isso, a avaliação deve ser um meio de expor aos alunos os ganhos e a clarificação a ser tolerante.

H. h. Aprender a aprender

O trabalho escolar não pode ser simplesmente episódico, mas para a vida diária, para além dos muros da escola, por isso é importante considerar a sala de aula como um laboratório com a finalidade de lançar um olhar para a realidade dos alunos, fazendo com que a sequência atue sobre os alunos como um multiplicador de ações e condutas tolerantes por meio da resolução de conflitos e na denúncia de atos intoleráveis e inadmissíveis.

Por usar uma variedade de atividades, essa proposta de sequência didática para o desenvolvimento de uma competência filosófica para a tolerância busca permitir satisfazer as muitas condicionantes que venham a surgir em uma pesquisa em sala de aula para que ela seja o mais significativa possível aos alunos. Durante a execução, o professor deve estar atento para não cair em armadilhas, levando a tolerância a um falso ativismo, já denunciado por Marcuse em sua definição de “tolerância repressiva”, por isso o educador deve sempre se perguntar durante todo o processo se aprendeu a ser mais tolerante, respeitoso e cooperador? Com isso, o professor precisa revisar sempre as suas ações, organizando as atividades e os papéis que cada aluno precisa assumir e, com isso, possa promover a cooperação, tolerância, solidariedade e a reflexão crítica. A assembleia de alunos pode responder a essa formação de valores com a finalidade de eles alcançar e desenvolver mentalidades e comportamentos tolerantes. O professor deve ter uma pergunta em mente que o guie em toda sequência didática, como o desejo de que todos os alunos sejam tolerantes e respeitosos com a diversidade, e que em ocasiões em que seja necessário o uso da tolerância eles possam responder com firmeza e uma sensibilidade a vida e a dignidade humana.

Tabela 9- Quadro-resumo da sequência didática da situação-problema 1.

1. Apresentação por parte do professor da situação-problema de Galdino Jesus dos Santos em relação ao tema da tolerância; 2. Proposição de problemas ou questões que o caso Galdino suscita, com base na relação freireana entre educação, democracia e tolerância; 3. Explicitação de respostas intuitivas ou suposições, levantando pré-conceitos e pré-juízos que possam aparecer; 4. Proposta das fontes de informação ela atua como um termômetro do momento em que o professor prescreve o melhor caminho investigativo a ser seguido pelos alunos; 5. Busca de informação em jornais da época, vídeos, livros e artigos; 6. Elaboração das
--

conclusões com a proposta da criação de um mural coletivo dos achados; 7. Generalização das conclusões e síntese do que a pesquisa e as discussões coletivas alcançaram; 8. Exercícios de memorização que podem ser realizados em pequenos grupos ou com toda a sala toda por meio de uma assembleia de alunos; 9. Prova ou exame mais adequado percebido pelo professor; 10. Avaliação para a divulgação do trabalho coletivo em sala de aula.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

4.3 -VOLTAIRE: tolerância versus intolerância religiosa.

4.3.1- Situação-problema 2: O caso Jean Calas.

Antes de nos concentrar no caso de Jean Calas, mencionaremos um caso parecido ocorrido no Brasil, o que permitirá verificar possíveis semelhanças e diferenças.

No dia 5 de maio de 2014 na cidade de Guarujá no litoral de São Paulo aconteceu o linchamento de Fabiane Maria de Jesus³⁶ aos 33 anos, um dos casos mais marcantes da triste história brasileira. Atacada por mais de 100 pessoas ela teve sua morte gravada e altamente divulgada nas redes sociais na época, após ser confundida com uma suposta sequestradora de crianças que supostamente praticava magia negra com crianças sequestradas. Esse caso nos faz pensar em um modus operandi que pode ser reproduzido em tantos outros casos brasileiros, um cenário repetitivo que suscita reflexão quanto aos problemas relacionados às condições de vida de grande parte dos brasileiros, como: ambiente de pobreza e desigualdades; intolerância religiosa, em especial as religiões de matriz africana; baixa escolaridade; e uma fragilidade em lidar com as mídias de massa instituídas. Muitas desses problemas podem ser considerados como os responsáveis pela existência de ações intoleráveis e injustiças como as acometidas às inúmeras Marias pelo Brasil a fora.

³⁶ Fabiane Maria de Jesus foi uma mulher linchada por moradores do bairro de Morrinhos IV, na periferia do município de Guarujá, no litoral do estado de São Paulo, em 3 de maio de 2014. Ela tinha 33 anos, era uma dona de casa casada, mãe de duas crianças e morava no bairro em que foi espancada e assassinada. O linchamento ocorreu porque a vítima foi confundida com uma suposta sequestradora de crianças, cujo retrato falado que havia sido feito dois anos antes passou a circular nas mídias sociais. O fato causou forte comoção nacional, principalmente por ter sido motivado por notícias falsas, disseminadas pelas redes sociais.

Como alertou Voltaire (2000, p.3) em sua época, a exemplo do caso do erro judiciário de Jean Calas, acontecimentos como esses mereceram e ainda merecem a atenção de todos para que não voltem a acontecer. Tanto como o caso de Fabiane Maria de Jesus e de Jean Calas ainda observamos pessoas em diferentes épocas e culturas movidas por superstições, causa de toda sorte de violências tanto física quanto moral. Voltaire menciona que alguns fanáticos gritavam que Jean Calas tinha enforcado seu próprio filho Marc-Antoine, esses gritos repetidos reiteradamente, logo se tornaram unânime em uma população sedenta por delírios coletivos (2000, p. 6), exercendo influência sob a decisão dos magistrados da época. Em 2014, atitude semelhante ocorre nas vielas de um bairro periférico da cidade do Guarujá no Brasil, em que primeiro uma pessoa grita “é ela, a sequestradora de crianças”, depois outras vozes repetem a informação, despertando com isso um comportamento coletivo de extrema violência, comparável a imaginação exaltada do povo francês de 259 anos atrás.

Assim como Voltaire (2000, p. 8) havia denunciado no séc. XVIII no contexto francês, Freire denuncia casos similares que ainda ocorrem em nossa época, alguns deles movidos fanatismo religioso. Muitos fatores podem contribuir para o fanatismo, como a ausência de escolaridade, a fraqueza emocional e cognitiva, a insuficiência ou ambiguidade das leis, dentre outros. Para evitar a manifestação das misérias internas como o fanatismo e a intolerância, é preciso que a razão prevaleça por meio de uma formação adequada que permita com que as pessoas pensem por elas mesmas. O desenvolvimento do intelecto permite ao homem não somente compreender o mundo e as coisas do modo significativo, mas também alcançar os seus objetivos, dentre eles adotar a tolerância entre os homens, como Spinoza (1983, p. 61) idealizou em sua época. Para usufruir de uma alegria contínua e de um bem verdadeiro entre os homens, é preciso cultivar e desenvolver o intelecto dos homens, eliminando dessa forma as distrações, como a avareza, o orgulho e a ênfase nos prazeres materiais.

Precisamos como educador fazer florescer nos alunos atitudes como imparcialidade e sensibilidade a causa humana, por meio do cultivo ao senso de justiça e de verdade. Para Voltaire (2000, p. 23), a filosofia exerce um importante papel no processo de desconstrução do pensamento fanático e supersticioso

que tanto ensanguentou a França do século XVIII com atos injustos e mentirosos. Para ele, a filosofia pode despertar os homens de sua inércia ou distorção moral. Se o professor for capaz de conduzir os seus alunos para o exercício da liberdade e da democracia, ele pode contribuir para a diminuição do surgimento dos hipócritas e rebeldes (VOLTAIRE, 2000, p. 63).

Quando um aluno formula juízos e adota atitudes em defesa da vida, é possível ao professor diagnosticar um ganho significativo na direção da adoção de um comportamento tolerante. Constatar uma mudança de perspectiva de uma consciência ingênua para uma consciência que reconheça determinados fenômenos políticos, sociais e humanos, que constituem ameaça a nossa coexistência pacífica, são motivos de análise por parte do professor, percebendo nos alunos um desenvolvimento em defesa de valores que caracterizam a liberdade, a democracia, o respeito e a convivência com a diversidade. O melhor retorno que um professor pode ter de seus alunos é observar que eles conseguiram mudar a sua visão de mundo baseado na punição e no sentimento de culpa e passaram a adotar atitudes criativas, autônoma e a livre manifestação de discussões de ideias divergentes e diversificadas (MEERLOO, 1980, p. 324). Tudo isso implica uma mudança relativamente significativa ao processo mental de percepção, internalização e racionalização de uma situação-problema que permita com que os alunos as compare com as suas vidas diárias, saindo da mera opinião e crenças infundadas para uma atitude de investigação e verificação dos fatos, e assim buscar argumentos fundamentados na convivência democrática, na liberdade de pensamento e na dignidade humana.

Nos tempos atuais alguns países como a Finlândia já adotam em seus currículos da educação básica estratégias de ensino que incluem a educação midiática,³⁷ que tem como objetivo combater a desinformação e, dessa forma, evitar a proliferação dos discursos preconceituosos e de posturas intolerantes. No país nórdico a alfabetização midiática visa identificar *fake news*, trazer artigos de notícias e vídeos das redes sociais para discutir a veracidade da informação, verificando os motivos de seus criadores e o efeito que tiveram sobre os estudantes. Se houvesse uma educação como essa na França de Calas e no

³⁷ As informações relativas à educação na Finlândia podem ser encontradas no site: <https://veja.abril.com.br/mundo/como-a-finlandia-esta-ensinando-os-jovens-a-nao-cairem-em-fake-news>.

Brasil de Fabiana talvez tivéssemos um outro destino para os nossos personagens. Por isso, é importante que os professores atuem como incentivadores e protagonistas na criação de ferramentas educacionais que promovam não somente a tolerância, mas também uma justiça social que adentre em todas as esferas da vida social.

4.3.1.1- SEQUÊNCIA DIDÁTICA 2: Situação-problema do caso de Jean Calas.

A situação-problema 2 tem como objetivo trazer uma certa universalização do tema, concebendo que o tema da tolerância como uma problemática que independe de tempo e localidade por ser uma temática da própria humanidade.

1. Apresentação

Para não ficar repetitivo, mas seguindo a essência da sequência acima, faremos algumas mudanças na sequência didática relacionada ao caso de Jean Calas como uma situação-problema central ao tema da tolerância. Como a atividade anterior, o professor deve estar atento ao grau de compreensão que os alunos têm sobre a situação-problema e o tema envolvido no caso, procurando despertar a curiosidade e ao interesse para maiores aprofundamentos. A criação de uma nuvem de palavras do que os alunos entendem sobre o tema pode ser um meio de diagnosticar coletivamente juntos aos alunos o tema. O caso de Jean Calas desvendado por Voltaire está envolto pelo tema da tolerância e do seu antônimo, a intolerância, razão porque o professor deve estar atento aos aspectos problemáticos e desconhecidos pelos alunos, como: o fanatismo, as crenças e superstições, os erros judiciais, as notícias falsas, a intolerância religiosa, algumas delas semelhanças com os dias atuais devido aos problemas humanos de caráter universal e histórico.

2. Hipóteses ou questões

As proposições levantadas em sala de aula, individual ou coletivamente, dirigido e ajudado pelo professor, expõem as respostas intuitivas ou suposições

dos alunos sobre cada pauta levantada. É bom observar que o professor com sua sagacidade em sala de aula não pode inibir as colocações dos alunos, os pré-conceitos, as opiniões e os fatos devem ser tratados como objeto de análise.

3. Respostas intuitivas ou suposições

Com esse olhar comparativo entre diferentes pontos de vistas o professor facilita diferentes visões e promove a discussão em grupo. Com o objetivo de levantar hipótese sobre o caso de Jean Calas e do que Voltaire critica em relação ao caso: Por que as crenças e superstições podem levar a atos injusto e intolerantes? Por que a tolerância é o apanágio do homem? Qual a natureza do homem com a tolerância? Qual seu caráter universal e atemporal? Essas perguntas e outras que podem surgir servem como caminhos a investigação.

4. Proposta das fontes de informação

Auxiliado pelo professor, os alunos são levados a buscar informações mais amplas da situação-problema de Jean Calas por meios mais apropriados como sua semelhança com outros casos registrados, pesquisa bibliográfica, fichamento e esquema da obra de Voltaire e acessos à internet.

5. Busca de informação

Munidos e definidos das estratégias realizam a coleta de dados que as diferentes fontes lhes proporcionaram. A seguir selecionam e classificam as mais importantes e relevantes dados que sejam os que podem responder as hipóteses levantadas.

6. Elaboração das conclusões

Sempre auxiliado pelo professor, os alunos elaboram suas conclusões no que se referem as perguntas e os problemas propostos, como: existe uma relação direta entre as superstições e a intolerância; as notícias falsas estão permanentemente ligadas a injustiças; a tolerância é um atributo da natureza humana.

7. Generalização das conclusões

Com a contribuição de toda a sala de aula e dirigida pelo professor estabelece as leis, os modelos e os princípios que se deduzem do trabalho realizado.

8. Exercícios de internalização

Com exercícios individuais e em grupo proposto pelo professor em sala de aula, com o objetivo de lembrar de todo os passos tomados aos longos das aulas, os alunos lembram dos resultados e conclusões alcançadas, e compreendendo as generalizações e síntese obtidas.

9. Prova ou exame

Com a elaboração do professor os alunos são levados a responder perguntas-chaves para a clarificação da tolerância e da situação-problema, como: Qual a natureza da tolerância? O que são notícias falsas e suas implicações a vida coletiva? Quais as semelhanças do Caso Calas com outros tantos casos? O que intolerância religiosa e como resolvê-la? E tantas outras que podem ser levantadas pelo professor e sua percepção do decorrer das aulas.

10. Avaliação

Com o papel decisivo e sensível do professor que observa ao longo das aulas e do resultado das provas a comunicação aos alunos dos ganhos e superações alcançadas, promovendo a criação coletiva de um painel evolutivo e compreensivo das aulas que podem servir de comunicação a toda a comunidade escolar.

Assim como foi feito na sequência didática anterior, o professor realizará as mesmas perguntas, se focando no grau de aprendizagem e prestando atenção na diversidade, com o objetivo de ser coerente e valido com o tema e

facilitar no melhoramento da intervenção a ser feita nas aulas, o professor se pergunta:

a) Conhecimentos prévios

As atividades iniciais têm função primordial nessa situação-problema 2, por ser um caso ter sido dado a muito tempo atrás, precisa de um processo de aproximação, as contribuições que os alunos fazem vão orientar os trabalhos subsequentes, são os alunos que manifestam seus problemas e suas perguntas que abraça horizontes. Para essa aproximação e essa busca de interesse com o caso de Jean Calas, é possível propor uma ligação com outros casos semelhantes em lugares diferentes e que dão um olhar repetitivo em suas ações e façam o aluno a sentir como um problema da humanidade. Quanto mais os alunos forem levados coletivamente a participarem da sequência mais os alunos se sentiram pertencente ao processo de educação para a tolerância, por isso o trabalho do professor é se perguntar se há um movimento coletivo de sensibilização dos alunos ao tema.

b) Conteúdos significativos e funcionais

Colocar um interesse nos alunos provoca perguntas que movem a todos a buscar respostas e propor soluções, por isso mais uma vez o papel do professor é fundamental em clarificar o conceito de tolerância sua significância e funcionalidade, assim como é imprescindível mover os alunos na busca por resolver os problemas ou questões colocadas, a realização da pesquisa em sala de aula constrói bons conteúdos procedimentais.

c) Nível de conhecimento

O professor com sua intuição formula atividades individuais, em pequenos grupos e coletivas para abrir um espaço de diálogo, em que se estabelece as perguntas e as suposições levantadas. Com isso, o professor tem diante de si um termômetro que determina o grau de conhecimento e dificuldades que apresenta o tema a todos os alunos, o professor intervém para clarificar as

coisas, como por exemplo o que Voltaire define e usa o seu conceito de tolerância.

d) Zona de desenvolvimento proximal

As respostas intuitivas e as suposições levantadas, assim como as fontes de informação sobre o caso de Jean Calas e do tema da tolerância envolto ao caso, para examinar o que pensam os alunos, que dúvidas possuem e que interpretações fazem. Essas informações orientam o professor aos tipos de exemplos e argumentos usar e necessários a oferecer aos alunos, com o fim de construir conhecimentos.

e) Conflito cognitivo

É muito importante para o professor perceber nos alunos as limitações compreensivas dos alunos na situação-problema e no tema, se atentando na atividade mental do aluno no momento em que ele expressa desequilíbrios ou insuficiências cognitivas é nesse momento que o professor oferece aos seus alunos apoio, oferecendo novos esquemas compreensivos ao tema da tolerância e dos elementos envolvidos e interligados ao caso de Jean Calas.

f) Atitude favorável

A apresentação inicial e de como ela vai se dá em um tema tão emblematicamente historicizado determina e muito a motivação dos alunos, a alma desse modelo de sequência proposto está em criar condições para os alunos se aproximarem de um fato de 260 anos atrás, para isso um processo de dessensibilização deve ser feito por meios mais próximos aos alunos, como um fato semelhante ao de Jean Calas, de injustiça, intolerância religiosa, preconceito e de pseudos-verdades podem levar a tantos outros casos de intolerância.

g) Autoestima e autoconceito

A dinâmica do grupo, as contribuições e o acesso dos alunos facilitado pelo professor a participar das perguntas e indagações geram um autoconceito importante ao tema tolerância facilitando a internalização de uma atitude tolerante. As muitas relações que são seguidas nessa sequência didática promovem sensações positivas de autoestima. Está na consciência do professor influir positiva e democraticamente nas ideias dos alunos e com isso o professor faz seus diagnósticos, tirar conclusões e elabora suas avaliações.

h) Aprender a aprender

Um dos pontos chave desse exemplo de sequência didática é propor uma transferência dos aprendizados adquiridos aos hábitos e costumes dos alunos para que eles possam responder com eficácia qualquer situação que peça uma ação tolerante. O caso de Jean Calas discutido por Voltaire com todos os pontos levantados pelo filósofo permitem ao professor trabalhar temas atuais, como notícias falsas, linchamento, erros jurídicos, intolerância religiosa e o uso de más crenças provocam atos inaceitáveis e injustos como o acometido por Jean Calas.

Tabela 10- Quadro-resumo da sequência didática da situação-problema 2.

- | |
|--|
| <p>1. Apresentação por parte do professor da situação-problema de Jean Calas relacionado claramente o tema da tolerância feito por Voltaire. 2. Proposição de problemas ou questões intuitivas ou suposições levantadas pelos alunos e pelo professor. 3. Explicitação de respostas intuitivas ou suposições que possibilite levantar hipóteses. 4. Proposta das fontes de informação (pesquisa bibliográfica, de campo, entrevistas...). 5. Busca de informação. 6. Elaboração de conclusão. 7. Generalização das conclusões e síntese. 8. Exercícios de memorização. 9. Prova ou exame. 10. Avaliação dos resultados alcançados.</p> |
|--|

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

4.4- BOBBIO: democracia, tolerância e coexistência pacífica.

4.4.1. Situação-problema 3: O caso da guerra nuclear.

Desde o século passado alguns países utilizam ou anunciam a existência de armas nucleares em seus arsenais bélicos, com o poder de mudar toda a configuração geopolítica em tempos atuais, e com o poder de despertar o temor de uma possível guerra nuclear. O uso de tecnologias destrutivas não somente em uma localidade, mas também de todas as condições de vida no planeta, o que provoca debates acalorados. Nos tempos atuais, a invasão realizada pela Rússia, ao território ucraniano, em 24 de fevereiro de 2022, fez com que toda a comunidade internacional recordasse da corrida armamentista do período da guerra fria entre a União Soviética (hoje Rússia) e os Estados Unidos.

As manobras militares da OTAN com clara provocação a um país que ainda tem um dos maiores arsenais nucleares (Rússia) nos faz refletir sobre temas que causaram e ainda causa temor individual e coletivo, como a crise dos mísseis, o relógio do apocalipse, a destruição das cidades japonesas Hiroshima e Nagasaki. Acontecimentos como esses suscitam previsões de uma provável terceira guerra mundial em tempos atuais ou vindouros, com o surgimento de acaloradas reflexões sobre as condições de existência da vida no planeta.

Norberto Bobbio (2009) propôs importantes reflexões e discussões sobre o tema da guerra termonuclear, promovendo um debate instigante e franco que concatena o direito humano com a paz entre os homens. Suas reflexões colocam em xeque todos os ângulos de uma guerra nuclear, causa dos temores despertados pela guerra da Ucrânia e o crescente aumento da hostilidade entre as potências mundiais que dispõem de arsenal nuclear.

Essa situação-problema assim como as outras citadas evocam a importância da educação da tolerância tanto em termos culturais quanto interculturais. Bobbio, sensível a questão da tolerância, costura um conjunto de ensaios e discursos que tematizam a paz e a guerra, propondo debates provocativos e soluções ousadas, algumas delas questionam as possíveis razões das pessoas não adotarem atitude promotoras da paz.

Suas reflexões geram aos mesmos sentimento de indignação e atitudes de ousadia em prol de um mundo melhor do que o atual. No âmbito escolar, o

tema da guerra termonuclear pode fornecer um conjunto de abordagens e modos de investigação que permitam aos alunos pensar e buscar soluções viáveis ao contexto atual. O problema da guerra nuclear e as vias para a promoção da paz podem e devem ser trabalhados em sala de aula como uma forma de avaliar os alunos na sua capacidade para investigar e discutir o tema da tolerância, com a finalidade de buscar soluções racionalmente tolerantes.

Bobbio (2009, p. 3) propõe pontos primordiais ao desenvolvimento de uma competência filosófica para a tolerância quando desnuda o tema e as tradicionais justificativas da guerra, dentre elas a percepção de que só é possível haver liberdade por meio da luta e da guerra, ou ainda que o estado de paz só pode existir com algumas restrições de liberdade, narrativas falaciosas de um falso dilema moral que impede a ampliação da visão sobre o tema. Como um maestro, Bobbio mostra pontos essenciais ao tema da guerra nuclear que podem ser tratados em sala de aula como guias para a abertura de uma investigação, discussão e propositivas de soluções, assim como um meio de avaliação dos alunos em processo de ensino-aprendizagem:

- 1- Uma guerra nuclear poderia levar ao aniquilamento físico de todas as espécies, incluindo a humanidade;
- 2- A guerra atômica é um evento possível;
- 3- A possibilidade de um evento destrutivo em escala mundial com extinção da humanidade não pode ser considerada uma alternativa, ou mesmo objeto de escolha entre outros eventos possíveis;
- 4- A constatação da possibilidade do evento destrutivo e a impossibilidade de considerá-lo uma alternativa entre as outras forçam os homens a, de algum modo, tomar posição contra a continuação da política atômica;
- 5- Um modo de tomar posição pode consistir na tomada de consciência de que a nova situação cria novos deveres para cada um de nós diante de nossos semelhantes, uma nova moral,

Os riscos de uma guerra nuclear despertam temores nas pessoas, mas também pode ser um impulso para elas buscarem soluções viáveis. Em suas reflexões, Bobbio (2009, p. LII) propõe dentro do campo dos direitos do homem e da democracia caminhos para superar os conflitos bélico-nucleares, o que ele

chama de terceiro ausente nessas discussões. É possível sair da concepção entre forças bélicas como sempre se entendeu a paz, e partir para algo mais viável, como, por exemplo, aumentar a percepção de uma democratização internacional, que procure estabelecer regras em conjunto e institua poderes para a resolução pacífica dos conflitos entre as partes. A terceira via proposta por Bobbio (2009, p. LIV) para a solução das guerras e para a promoção da paz reside na união dos homens acima de qualquer fronteira, em uma era de direitos fundamentais da vida humana e uma democracia internalizada na unidade humana, por meio de um governo alicerçado sobre:

- 1- Um pacto preliminar de não agressão entre as partes que pretendem constituir entre si uma associação permanente;
- 2- Um segundo pacto positivo no qual as partes decidem estabelecer regras para a solução das controvérsias futuras, sem que seja necessário recorrer ao uso da força recíproca;
- 3- A sujeição a um poder comum tão forte a ponto de ser capaz de fazer respeitar os dois pactos precedentes;
- 4- O reconhecimento e a efetiva proteção de alguns direitos de liberdade, civil e política, que impeçam o poder assim constituído de se tornar despótico.

O que Bobbio propõe é criar um nexo entre a democracia, a paz e os direitos fundamentais dos homens, elementos fundamentais a serem trabalhados em sala de aula, cultivando no ambiente escolar a convivência republicana e tolerante entre os alunos. Somente assim é possível eliminarmos aspectos ditatoriais e seus derivados que tanto ameaçam a coexistência humana. Conhecer os muitos conflitos nucleares passados e presentes e entender as suas justificativas podem promover nos alunos a internalização de uma formação calcadas na igualdade e na dignidade humana aos direitos do homem, promotoras de uma paz por meio do direito da uma terceira via na política internacional.

Nossa proposta prático-propositiva é utilizar a situação-problema como ferramenta educacional como promoção e desenvolvimento de uma competência filosófica para a tolerância. Como instrumento facilitador desse processo de aprendizado, foi desenvolvido uma sequência didática a ser

reproduzida adotada para outros mecanismos educacionais A sequência didática inclui o desenvolvimento de um processo contínuo de instigação, pesquisa e resolução de problemas de que se concentram em todo do tema da tolerância.

4.4.1.1- SEQUÊNCIA DIDÁTICA 3: Situação-problema do caso da guerra termonuclear

As duas propostas de sequência didática anteriormente expostas exploram atividades que trabalham conteúdos procedimentais, conceituais e atitudinais distribuídos ao longo da sequência, em que o protagonismo e o ritmo dos alunos é levado em conta, com adoção de uma série de estratégias e habilidades: diálogo, debate, trabalho em grupo, pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e etc. Essas atividades visam promover encontros em que os conflitos pessoais e em grupos sejam socializados e desvelados, permitindo dessa forma uma efetiva sociabilidade entre os alunos, incluindo a afetividade e a busca de soluções tolerantes diante de um ato de intolerância.

Essa nova sequência didática se diferencia das outras duas, por se concentrar nos conteúdos de caráter conceitual. Para a sua compreensão e apreensão, utilizar-se-á uma série de técnicas e procedimentos: diálogo e debates, como pode ser visualizado Tabela 9 abaixo:

Tabela 11- Quadro orientador das sequências didáticas 3 e de seus conteúdos.

Apresentação da situação-problema	Conceitual		
Diálogo professor aluno	Conceitual	Procedimental	Atitudinal
Comparação de pontos de vista	Conceitual	Procedimental	Atitudinal
Conclusões	Conceitual		
Generalização	Conceitual		
Exercícios de memorização	Procedimental	Conceitual	
Prova ou exame	Conceitual		
Avaliação	Conceitual	Procedimental	Atitudinal

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Apesar de se concentrar em conteúdos conceituais, Essa sequência didática também usa conteúdos procedimentais e atitudinais que são avaliados na capacidade de os alunos saibam do tema da tolerância e de sua correlação com a situação-problema da guerra nuclear nos seus aspectos históricos, sociais, filosóficos e científicos, mas também saibam ao longo das aulas fazer diálogos e debates participativos, respeitosos e principalmente na resolução do problema da guerra nuclear por meios racionais, legais, diplomáticos e tolerantes. Assim podemos distribuir as aulas na seguinte sequência:

1) Apresentação da situação-problema

A apresentação da guerra nuclear relacionada ao tema da tolerância deve ser desenvolvida pelo professor sobre o fato ou acontecimento específico e do seu impacto na história e na existência da humanidade, destacando os aspectos problemáticos e desconhecidos pelos alunos, o tema da tolerância relacionada a guerra nuclear deve pontuar seus aspectos conflituosos sociais e históricos, diferentes interpretações, comparações, fenômenos relacionados, conhecimentos vulgares e possíveis explicações científicas e filosóficas.

2) Diálogo professor e alunos

O professor estabelece um diálogo de confiança, aproximação e de apoio aos alunos. O professor promove o surgimento de dúvidas, questões e problemas relacionado com a situação-problema da guerra nuclear.

3) Comparação de pontos de vista

O professor facilitador estimula os alunos a perceber e a ouvir outros pontos de vista e promove uma investigação e posteriormente uma discussão dos achados da pesquisa.

4) Conclusões

Munidos de todos os materiais produzidos da pesquisa e das discussões em grupo e de suas contribuições, o professor estabelece junto com os alunos conclusões que promovam o máximo possível uma ampliação de perspectivas sobre a guerra termonuclear.

5. Generalização

Com a contribuição da sala de aula e das conclusões que se chegaram, estabelece os pontos que governam a guerra nuclear, os modelos interpretativos e os princípios que se deduzem deles. Diante de todo esse material se propõe uma solução para a ameaça de uma guerra nuclear, seguindo o ideal de tolerância, de não-violência e irmandade, o professor junto com os alunos produz um painel ou mural de divulgação do processo percorrido, dos resultados e da solução a que chegaram sempre por meios racionais, legais, diplomáticos e tolerantes.

6. Exercícios de internalização

Coordenado pelo professor, os alunos, individual ou mesmo em grupo, realizam exercícios de fixação que lhes permitam lembrar do trajeto que percorreram e dos resultados das conclusões e da generalização alcançada.

7. Prova ou exame

O professor deve confeccionar perguntas mais relevantes e os alunos devem responder como um exame diagnóstico que servira como síntese da sequência didática.

8. Avaliação

O professor comunica os resultados obtidos, ressaltando a evolução que os alunos tiveram, de uma visão ingênua e pre-conceituosa para uma visão mais responsável e esclarecida a resolução de um problema primordial a ser falado pois mexe com nossa existência enquanto humanidade.

O objetivo principal dessa sequência didática é que os alunos “saibam” o que é a guerra nuclear e suas implicações a existência humana, assim como encontrar soluções pautadas em posturas tolerantes, mas para resolver uma situação-problema por meios tolerantes é preciso que cheguem a conhecer por meios de conteúdos de caráter conceitual, com isso, munido de um

conhecimento amplo do que é ser e pensar tolerantemente pode buscar uma solução para a guerra nuclear.

Usar de uma série de técnicas e procedimentos como um diálogo e um debate, inserindo uma clara definição conceitual de tolerância serve como guia para a busca de uma resolução ou impasse, como fez Bobbio (2004, p.86) em sua busca pelas razões da tolerância. Os conteúdos atitudinais devem aparecer e ser explorado pelo professor no interesse dos alunos em emitir propostas, participação nos diálogos e debates, respeito pela vez de falar e pela opinião dos demais.

Portanto, essa sequência didática deve explorar temas conceituais históricos, sociais, científicos e filosóficos; e também conteúdos de caráter procedimental e atitudinal. Os meninos e as meninas são levados a aprender e a utilizar desse conhecimento aprendido a saber fazer diálogos e debates participativos e respeitosos. Assim podemos resumir a nosso terceiro modelo de sequência didática:

Tabela 12- Quadro-resumo da sequência didática 3.

1. Apresentação por parte do professor da situação-problema da guerra termonuclear em relação ao tema da tolerância. 2. Diálogo entre professor e alunos. 3. Comparação entre diferentes pontos de vista. 4. Conclusões. 5. Generalização. 6. Exercícios. 7. Prova ou exame 8. Avaliação.
--

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Fazendo as mesmas perguntas das duas sequências anteriores para ver seu peso de validade, faremos as mesmas perguntas para esse terceiro modelo de sequência didática, as perguntas podem ser feitas da seguinte forma:

a) Conhecimentos prévios

O grau de envolvimento e protagonismo dos alunos é muito bem evidenciado nesse segundo modelo de sequência didática. A apresentação da situação-problema da guerra nuclear relacionado ao tema da tolerância e do humilde diálogo intelectual travado entre alunos e professor permite examinar

com bastante rigor os conhecimentos que os discentes trazem de suas experiências. Os alunos devem participar na maioria das atividades desenhadas nessa sequência, isso permite uma preparação cuidadosa para a possibilidade de uma resolução da situação-problema, o professor deve ser sagaz em perceber e intervir quando necessário aos impasses e caminhos resolutivos.

b) Significância e funcionalidade dos novos conteúdos

Essa sequência tem um caráter claramente fundamentado em buscar por meios tolerantes o impasse da guerra termonuclear, para isso acontecer os alunos devem estar munidos de uma clara definição do que é tolerância e principalmente de uma revisão histórica, de perspectivas e uma panorâmica da guerra nuclear. Por ter seu perfil mais conceitual, essa sequência didática explora a significância de partir de um esclarecimento de seu tema e seu problema para busca de forma muito mais madura uma resolução de uma problemática, pois se acredita que conhecimento é poder de transformação.

c) Nível de desenvolvimento

A atenção do professor ao longo dos trabalhos realizados em sala de aula está em reconhecer as dificuldades de compreensão que se apresentam no decorrer das atividades, por isso o professor deve se adequar a essas dificuldades, explicitando em diferentes graus de entendimento.

d) Zona de desenvolvimento proximal

O diálogo promovido entre o professor e os alunos comparando pontos de vista são de fundamental importância para conhecer o que passa nas cabeças dos alunos, suas dúvidas e as muitas interpretações que possuem. As informações obtidas são suficientes para orientar o professor no tipo de exemplos e argumentos que é preciso dar e colocar para surtir um efeito de ampliação do conhecimento que seja o mais possível a universalização do tema e que chegue a mais alunos.

e) Conflito cognitivo

É inicialmente explorado nessa sequência a criação de um espaço de conflito cognitivo e a curiosidade pela ativação de pensamentos, sendo muito

bem desenvolvido na apresentação da situação-problema inserida no tema da tolerância. Nas subsequentes atividades se busca nos alunos a manifestação de suas opiniões, assim promovendo mais a frente uma facilitação na busca por conclusões e no processo de generalização. É muito importante que o professor promova uma maior participação dos alunos no processo de ampliação das discussões.

f) Atitude favorável

Oferecer a possibilidade de potencializar as atividades interativas proposta nessa sequência didática é favorecer inicial e ao longo das aulas momentos de provocação, momento importante para se criar situações de interesse.

g) Autoestima e autoconceito

As opiniões dos alunos são o motor para o discurso do professor a gerar conclusões. O espaço dialógico promove uma avaliação pessoal, fortalecendo imagens positivas e promovendo interesses aos conteúdos apresentados.

h) Aprender a aprender

Por permite o desenvolvimento de certas habilidades na construção pessoal de conceitos é essencial introduzir um processo de memorização que permita um uso mais autônomo dos alunos dos conhecimentos adquiridos na sua vida como um todo.

Como se pode observar esse modelo de sequência didática se centra na construção organizada dos conceitos de guerra nuclear e suas muitas implicações, e da tolerância, para trabalhar esses conteúdos conceituais é preciso a participação dos alunos, os primeiros passos devem ser dados com grande cautela, percebendo as carências, as potencialidades e o que é mais significativo aos alunos. O professor deve perceber a sala de aula como um grande espaço de construção pessoal de significados, onde os alunos sejam levados e instigado a colaborar.

Um adendo das três sequências didáticas

Se alguma pessoa quer ser algo, essa mesma passa a aprender a saber fazer esse algo, ninguém nasce pronto e acabado, mesmo que acreditemos no inatismo, todos os seres humanos passam por um processo de formação que potencializa ou aprende a ser tolerante. Essas três sequências didáticas como exemplo inspirador tem esse papel de facilitar o processo de ensino-aprendizagem da tolerância imbricada em três correlacionadas situações-problema que aproximam os alunos ao tema da tolerância, abrindo um espaço de discussão e provocação filosófica, onde se levanta hipóteses e possibilidades de resoluções tolerantes.

Com a possibilidade de trabalhar no meio desse processo a mente e o comportamento dos alunos com a utilização de ferramentas pedagógicas para a facilitação na formação integral dos alunos. A realização e a distribuição de ações, dos exercícios de reflexão e de investigação construídos nessas três sequências tem como objetivo claro, como defende Zabala (1999, p. 18), ser necessariamente significativo e funcional. Tentou-se mostrar que essas sequências didáticas exploram como foco mais concentrado, por um lado, no conceito de tolerância, mas sem esquecer os aspectos atitudinais e procedimentais, e por outro, no equilíbrio dos conteúdos tem como finalidade a formação competente para a tolerância.

Os fatos, os conceitos, os princípios, os valores, as normas e as atitudes trabalhados na formação competente para a tolerância em sala de aula tem esse aspecto de pesquisa que proporciona um saber sobre a tolerância e suas respectivas soluções-problema; um saber fazer-se tolerante nos encontros entre os alunos que facilitam a uma admissão a ser tolerante.

Considerações finais

Quando iniciamos a confecção dessa dissertação na sua parte teórica e prático-propositiva muitas perguntas alimentaram o andamento desse trabalho que tinham no seu início o seu caráter de inocência e de ignorância, mas os questionamentos moveram seu autor a uma miscelânea de descobertas e na possibilidade de contribuir para o aperfeiçoamento das boas práticas em sala de aula. Um desafio colocado e que se buscou supera-lo foi a possibilidade de construir pratica e teoricamente uma ferramenta educacional de desenvolvimento de uma competência filosófica para a tolerância que fosse um divisor de aguas no processo de ensinar e internalizar na vida cotidiana e existencial dos alunos um modo adequado de pensar e agir com tolerância, mas encontramos muitas dificuldades no caminho, um grande obstáculos que nos deparamos estava na própria palavra “tolerância” que tinha no seu mal uso um obscuro uso nas relações humanas, podemos afirmar o conceito de tolerância sofria de um mal que acometia seu próprio. É mais fácil dizer o que não é a tolerância do que dizer o que realmente ela é. Pela ignorância que envolve o mal uso do termo da tolerância produz distorções comportamentais a diversas. Era preciso purificá-la da macula a que tinha sido acometida aos longos dos séculos de seu mal uso, para esse processo de esclarecimento de seu conceito para posterior uso correto de sua riqueza nas boas práticas da vida coletiva.

Quando idealizamos esse projeto filosófico-educacional em meados de 2018, estávamos em um cenário de manifestação de intolerância devido ao crescente e hostil discurso de ódio político-social, em um ambiente de polaridade extremo, provocando rupturas nos diferentes segmentos sociais, desde o familiar até os coletivos. À época, influenciado pela mídia digital surgiu algo inédito que a população brasileira não estava acostumada, uma minoria intolerante propagou *fake news*, criando mirabolantes teorias da conspiração, disseminando ódio, medo que exerceu influência em toda a nação durante as eleições.

Mas o que fica desse cenário que a intolerância foi utilizada como arma para expressar camadas de ignorâncias em sua definição e uso. Era preciso fazer uma investigação honesta e profunda no termo tolerância e da ação de ser tolerante, pormenorizando e esclarecendo cada detalhe de seu conceito e uso,

buscou-se na história da filosofia um recorte para posterior uso em sala de aula de sua investigação filosófica.

Se era preciso elucidar um termo que foi mal-usado por muito tempo e que por insistência do hábito a intolerância foi travestida de “tolerância”. Por isso, foi preciso revelar a tolerância em si, tirar as várias camadas que obstruíam e atravancava o seu melhor uso, como em uma primeira viagem que se faz, descobriu-se muitas coisas até mesmo inimagináveis para o professor de escola pública que escreve esse texto.

A tolerância ao longo da história da filosofia teve várias entradas que conduziram a um único centro, e que dentro desse centro encontrava-se elementos fundamentais (respeito, reconhecimento e verdade), expressando o que ela é e deveria ser. Por meio das reflexões de três exímios pensadores (Voltaire, Bobbio e Freire), adentramos no centro da problemática da tolerância e das formas como ela pode ser usada como um instrumento de transformação social na sala de aula, podendo ser utilizada também como uma catalisadora em outros ambientes.

Nesse caminho até o centro da tolerância surgiram muitos obstáculos, como a identificação de crenças e concepções intolerantes e discriminatórias criadas com o objetivo de perpetuar a exclusão de direitos por uma grande parte da população que é vista como diferente e, às vezes, chega a ser violentada em sua participação pública. Era preciso abrir espaço para a inclusão de todos, uma abertura a participação pública. É preciso lutar e acreditar nas boas armas da educação como transformação e fazer da tolerância não mais um instrumento de opressão, e sim uma ferramenta de libertação prática. Para vencer os imensos obstáculos do pensamento intolerante e do discurso de ódio, foi preciso realizar quatro sucessivos trabalhos intelectuais que, ao longo do corpo desse texto, cismou em aparecer com um repetitivo mantra investigativo de esclarecimento ao tema da tolerância.

Realizamos neste textos as seguintes ações: primeiro, desmontar o senso comum social que circundava a tolerância; segundo, precisávamos desmontar a aparência de realidade e verdade que as práticas pseudo-tolerantes aparentam possuir; terceiro, reinterpretar a realidade, revelar os seus fundamentos secretos e as suas operações invisíveis, para assim entender e transmitir aos alunos o

processo de surgimento, as formas e as mudanças da tolerância na sociedade, na vida política e religiosa; e quarto, promover uma transformação no pensar e agir tolerante, fazendo do aluno um interlocutor participativo, tratando-o como um parceiro e companheiro para as mudanças de perspectivas, criar uma fala nova como forma de expressar a crítica das ideias tolerantes e de suas práticas existentes.

Os pensadores Voltaire, Norberto Bobbio e Paulo Freire são signatários desse trabalho, pois deles depreendemos uma compreensão mais fidedigna da tolerância, o que permitiu formular e desenvolver os argumentos constantes nos capítulos deste trabalho.

No início da investigação filosófica encontramos a tolerância cercada por um falso e oportunismo ativismo que não tem força alguma de transformação, entretanto, sob o risco de cair numa armadilha de perpetuar velhas práticas excludentes, como: 1- o discurso distorcido em achar que certas pessoas não devem estar em determinados lugares, por serem discriminados como incapazes, o que aumenta ainda mais as dificuldades em conviver com pessoas diferentes; 2- o discurso discriminatório em comparar as cotas sociais como uma espécie de esmola concedida aos “limitados” em sua intelectualidade, ignorando os séculos de violência e marginalização promovida pelos abismos de exclusão social de uma parte da população, utilizando a intolerância uma arma institucionalizada nos discursos de pessoas e grupos não comprometidos com o desenvolvimento social. Estes e outros discursos são incluídos em debates e frases de efeito que somente tem um objetivo, produzir ações excludentes que aumentam a violência e o discurso de ódio.

Os discursos construídos em concepções morais distorcidas e ultrapassadas permitem uma instrumentalização da tolerância e são utilizados como pano de fundo para propagar e aumentar ainda mais a exclusão das minorias sociais e culturais. É preciso enfrentar o que está instalado com sabedoria e honestidade intelectual, tomando ciência de como se originou os discursos de ódio e as ações violentas. Por isso, nossa pesquisa buscou propor novas respostas e visões de pensar e agir com tolerância. Para isso, essa pesquisa buscou identificar os discursos de intolerância considerados erradamente como “tolerantes”.

Ao longo desta pesquisa foram mencionados diferentes aspectos relacionados à tolerância e à intolerância, psicológico, conceitual, epistemológico, teológico e utilitarista, e que permitiram um melhor esclarecimento do processo de surgimento das ações intolerantes e das suas narrativas de sustentação. Para poder propor uma educação para a tolerância, é preciso identificar e superar os vícios discursivos que ocultam as práticas intolerante e discriminatórias, o que permitirá aos estudantes, futuros cidadãos, identificar os discursos de ódio intolerante e enfrentá-los com ética, discernimento e sensibilidade a condição humana.

A história da filosofia nos proporciona um arcabouço de experiências intelectuais que colocam no centro a tolerância, razão por que procuramos desenvolver uma estratégia educacional que permitisse desenvolver nos alunos o sentido de enfrentamento às práticas intolerantes. Os eleitos para esse saudável confronto reflexivo foram nossos três pensadores que configuram um tipo especial de abordagem ao tema, que juntos ou mesmo distintamente diferentes um do outro, nos ajudaram a desenhar um produto educacional para a sala de aula.

Quando nos remetemos ao problema do intolerante alguns pontos surgem: o primeiro pensamento que surge é a indagação de uma doença psíquica que leva a incapacidade da convivência em grupo; depois a ponderação de que aquilo que a mente concebe como tolerância leva a uma distorção de entendimento do que é ser tolerante, levando aos homens a não perceberem que suas ações não tem caráter de tolerância, mas sim de intolerância; a constatação de que o desconhecimento e o conhecimento distorcido estão na origem dos preconceitos, dos julgamentos preconceituosos, da insuficiência de evidências e da má interpretação como problemas inerente ao ser intolerante; a emergência de algumas práticas religiosas que, às vezes, colocam uma distância entre o eu e outro; e por último, um pragmatismo que firma a tolerância como uma desvantagem diante da intolerância.

O que se buscou alcançar nesse texto foi uma superação das concepções consideradas como entraves a elucidação e coexistência pacífica com o diferente, considerando a tolerância como condição humana e, com isso, proporcionar a formação de pessoas conscientes e éticas não somente para ser

e agir com tolerância, mas também atuar como agentes denunciadores das injustiças e de qualquer ato intolerável, inclusive reconhecendo qual tema e abordagens devem ser levadas a um espaço saudável de discussão.

Ao longo deste caminhar filosófico, algumas obras e concepções nos ajudaram a fundamentar teoricamente o tema e a problemática da tolerância: a primeira foi a obra de Voltaire *Tratado sobre a tolerância*, em que o autor fundamentou e sistematizou a tolerância em torno de um fato histórico de sua época, o caso de Jean Calas, onde o filósofo iluminista enfatizou a natureza da tolerância como condição humana, destacando que sem a sua presença os homens mergulhariam numa selvageria criminosa que mistura superstições, crenças infundadas e julgamentos fundamentados em preconceitos, produzindo diversos fenômenos advindos da ignorância, como: linchamento, aparelhamento do judiciário que leva a uma tendenciosidade parcialidade de suas decisões e, principalmente, a corrupção moral da sociedade com o diferente e a diversidade.

A segunda contribuição foi as obras do filósofo italiano Norberto Bobbio, principalmente, *as razões da tolerância*, que com honestidade intelectual nos convida a fazer uma purificação do conceito de tolerância, considerado por ele como distorcido e mal compreendido o que leva ao seu mal uso. Bobbio faz um estudo claro da tolerância para que ela tome forma de um verdadeiro e justo uso entre homens e mulheres. Neste trabalho trilhamos os passos de Bobbio para buscar a razão da tolerância, especialmente quando o autor faz uma depuração do conhecimento e uso da tolerância. Em suas reflexões, ele coloca o termo tolerância ligado necessariamente a outras categorias, a democracia com a tolerância, permitindo concebê-las como uma expressão única, a tolerância-democrática na capacidade oitiva de respeito a pluralidade de opinião e das crenças dos outros, o que permite a busca de um compromisso baseado na equidade e no julgamento sereno e maduro das diferenças.

A terceira e última contribuição foi o entendimento de Paulo Freire sobre a tolerância, em que o pensador brasileiro de uma forma que consideramos filosófico-educacional contribui para o desfecho satisfatório deste trabalho. Com sua crítica às ações utilitaristas, Freire coloca a tolerância não como uma pura condescendência ou indulgência, resumida simplesmente a um favor útil de quem tolera e exerce uma força sobre o tolerado, com cálculo de perdas e

ganhos, mas a um compreender e perceber a tolerância como uma virtude necessária a convivência humana. Pensar a tolerância em Freire é compreender a sua relação com outras duas palavras, como Bobbio fez com a democracia e a tolerância, concebendo-a em sua tríplice interface, tolerância-democracia-educação, o que permite investigar o problema de intolerância no contexto das múltiplas e complexa relações sociais.

Em nosso processo de escolha, poderíamos ter percorrido outros caminhos que talvez nos levasse a outras perspectivas, mas acreditamos que todas as escolhas nos aproximaram da compreensão da tolerância, desvelando diferentes caminhos e entendimentos, encontrando um cerne em comum, o respeito pleno e verdadeiro ao diferente. Ao adaptarmos um termo de Raymond William (1979, p. 185), podemos dizer que costuramos uma tolerância eclética composta de reflexões e elementos colhidos em diferentes fontes, as dos pensadores Voltaire, Bobbio e Freire, que orbitaram como centrais para a configuração de uma estratégia filosófico educacional a ser adotada em sala de aula, e que permita atuar como auxílio de uma educação para a tolerância.

Nossa sugestão prático-propositiva não tem a pretensão de ter um caráter definitivo ou esgotar o tema como única abordagem, mas tem o papel inspirador para outras abordagens e para o enriquecimento do tema no ambiente escolar. Ao trabalhar três situações-problemas procuramos manter a coerência entre a teoria dos três pensadores sobre a tolerância e a prática docente do ensino de Filosofia em nível médio. Procuramos também buscar por meio da pesquisa em sala de aula a resolução das respectivas situações-problemas propostas sob a forma de modelos de sequências didáticas que procuram implementar no contexto da sala de aula os conteúdos factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais.

Consideramos que contribuir para uma formação competente para a tolerância implicar procurar respostas aos desafios do mundo atual que cada vez mais adentra nas fronteiras entre as pessoas e a sua vida social, provocando choques culturais e de costumes. Nossas reflexões e proposta almeja conscientizar os jovens para que não se repitam as tristes histórias mencionadas nas situações-problemas, e permitam com isso, formações pautadas na diversidade e na coexistência pacífica entre as pessoas.

Consideramos também que não é possível aprender a ser tolerante somente de forma teórica, é preciso aprender exercitando a tolerância em todos os contextos e situações sociais, o que permite adquirir experiência e condições efetivas para responder as muitas situações que remetam ao tema da tolerância. Esse trabalho é um longo processo de percepção no espaço escolar que a sensibilidade do professor e sua intuição aguçada sentiu que algo estava acontecendo, e que era preciso buscar respostas, entender como chegamos aqueles sintomas sociais, era preciso formar novas ferramentas educacionais de intervenção e mudanças, resgatando os jovens ao diálogo, a dignidade humana, ao respeito, a democracia e a uma militância efetiva a causa tolerante.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Educação após Auschwitz**. In: ADORNO, T. Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.119-137.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ALMEIDA, M. C. **O elogio da tolerância em Pierre Bayle**. Cadernos Espinosanos, [S. l.], n. 24, p. 115-139, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/espinosanos/article/view/89420>. Acesso em: set. 2023.

AMAZONAS. **Referencial Curricular Amazonense - RCA**. 2020. Disponível em: <https://www.sabermais.am.gov.br/pagina/jornada-pedagogica-2020-referencial-curricular>. Acesso em: set. 2023.

_____. **Proposta curricular e pedagógica do ensino médio - PCP-AM**. Disponível em: <https://www.sabermais.am.gov.br/pagina/jornada-pedagogica-2020-referencial-curricular>. Acesso em: set. 2023.

ANTIFONTE. **Testemunhos, fragmentos, discursos**. Tradução de Luís Felipe B. Ribeiro. São Paulo: Loyola, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Antônio de Castro Caeiro. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

_____. **Metafísica**. Tradução de Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Poética**. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2008.

_____. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **“O interesse pela política no recente pensamento filosófico europeu”**. In: A dignidade da Política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **Eichmann in Jerusalem**. New York: The Viking Press, 1965.

ALMEIDA, M. C. **O elogio da tolerância em Pierre Bayle**. Cadernos Espinosanos, [S. l.], n. 24, p. 115-139, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/espinosanos/article/view/89420>. Acesso em: set. 2023.

AUSUBEL, David. **Aquisição e retenção de conhecimentos**. Tradução de Ligia Teopisto. Lisboa: Didáctica, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. Tradução de Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **O futuro da democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **O terceiro ausente**. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Barueri, SP: Manole, 2009.

BORRADORI, Giovanna. **Philosophy in a time of terror**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: out. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: out. 2022.

BRAGA, José Luiz. **Polarização como estrutura da intolerância**. In: HELLER, Barbara (org.). *Mediatização (in) tolerância e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA, 2020, p.19-35.

BRONFENBRENNER, Urie. **The Ecology of Human Development**. Massachusetts: Harvard University Press, 1979.

BROOKS, Phillips. **Tolerance**. New York: Dutton and Company, 1987.

BROWN, Wendy. **Regulating aversion**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

_____. **The power of Tolerance**. New York: Columbia University Press, 2008.

CALEJON, Cesar. **Esfarrapados**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CERLETTI, A. **O ensino da Filosofia como problema filosófico**. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CHELIKANI, Rao V. B. J. **Reflexões sobre a Tolerância**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Tradução de Pedro Jorgensen Jr. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

COBRY, Ivan. **Vocabulário grego da filosofia**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

COMTE-ESPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COPI, Irving Marmer. **Introdução a Lógica**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

CUNHA, Juliana. **Miniguia para criadores sobre discurso de ódio**. São Paulo: SAFERNET, 2022.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora de Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Poliarquia**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DAVIDS, Nuraan & WAGHID, Yousef. **Tolerance and dissent within education**. Washington: Palgrave Macmillan, 2017.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. Tradução de José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 1998.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DETENNE, Marcel. **Os mestres da verdade na Grécia Arcaica**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DROIT, Roger-Pol. **Tolerância**. Tradução de Patrícia Reuillard. São Paulo: Contexto, 2017.

DUNKER, Christian Ingo Lens. **Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático**. In: democracia em risco? São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 116-35.

ELLIS, Albert. **The road to tolerance**. New York: Prometheus Books, 2004.

EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Edusp, 1965.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autônoma Literária, 2020.

FORST, Rainer. **Os limites da tolerância**. Novos Estudos, São Paulo, v. 84, p.15-29, 2009.

_____. **Tolerantion in Conflict**. Tradução de Ciaran Cronin. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva**. Tradução de Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. **Toleration as recognition**. Edinburgh: Cambridge University Press, 2004.

HERACLITO. **Os pré-socráticos**. Tradução de José Cavalcante de Sousa. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

_____. **Odisseia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

HOSBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GADAMER, Hans-Georg. **Elogio de la teoría**. Tradução de Anna Poca. Barcelona: Ediciones Península, 2000.

GOETHE. **The Maxims and Reflections**. Tradução de Thomas Bailey Saunders. Londres: Macmillan and Co., 1908.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GUARECHI, Pedrinho. **Pressupostos psicossociais da exclusão**. In: As artimanhas da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2001.

HABERMAS, Jurger. **Between Naturalism and reliogion**. Tradução de Ciaran Cronin. Cambridge: Polity Press, 2008.

HERACLITO. **Os pré-socráticos**. Tradução de José Cavalcante de Sousa. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

HONNETH, Axel. **The I in WE**. Tradução de Joseph Ganahl. Cambridge: Polity Press, 2012.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpetua**. Tradução de Artur Morão. Universidade da Beira Interior Covilhã: Lusofia Press, 2008.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos & Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

_____. **Crítica da razão pura**. Tradução de Valerio Rodhen. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **A metafísica dos costumes**. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.

_____. **Lógica**. Tradução de G. A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KAPOLKAS, Ignas. **A political theory of post-truth**. Klaipeda: Palgrave Macmillan, 2019.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Batista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KING, Preston. **Toleration**. London: Frank Cass, 1998.

LEITHAUSER, Thomas. **Por uma microfísica da tolerância**. Democracia hoje – novos desafios para a teoria da democracia contemporânea. SOUSA, Jessé (org.). Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001, pp. 441-459.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOCKE, John. **Carta sobre a tolerância**. Tradução de Adail Sobral. Petrópolis: Vozes, 2019.

LOPES, Jose de Sousa Miguel. **Educação para tolerância**. Florianópolis: ANPED, 2024.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. Tradução de Jussara Simões. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

MACPHERSON, C. B. **Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MALHADAS, Daisi (org.). **Dicionário grego-português**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

MARCUSE, Herbert. **Tolerância repressiva**. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia. Volume 12, janeiro-abril, 2007, p.28-58. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/nepp>. Acesso em: out. 2022.

MEERLOO, Joost Abraham Mauritis. **Lavagem Cerebral**. Tradução de Eugênia Moraes Andrade e Raul de Moraes. São Paulo: Ibrasa, 1980.

MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Tradução de Pedro Madeira. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Roque, GALIAZZI, Maria do Carmo, RAMOS, Maurivan Güntzel. **Pesquisa em sala de aula**. In: MORAES, Roque, LIMA, Valdeir M. do R. Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MOUNK, YASCHA. **O povo contra a democracia**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

NEWMAN, Jay. **Foundations of Religious Tolerance**. Toronto: University of Toronto Press, 1982.

NEWBY, Glen. **Virtue, Reason and Toleration**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

_____. **Toleration in Political conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: para educação, a ciência e a cultura. **Declaração de princípios sobre a tolerância**, 1995. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1995%2520Declara%25C3%25>. Acesso em: set. 2022.

_____. **Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as Competências desde a Escola**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto alegre: Artmed, 1997.

PINKER, Steven. **Racionalidade**. Tradução de Waldéa Barcelos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

PLATÃO. **Eutifron ou sobre a piedade**. Tradução de José Trindade Santos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1993.

_____. **Górgias**. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1997.

_____. **Mênnon**. Tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola, 2001.

_____. **Protágoras**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2002.

_____. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

_____. **Search of better world**. Tradução de Laura J. Bennett. London: Routledge, 1994.

RANCIÉRE, Jacques. **Escola, produção, igualdade**. Disponível em: <https://repositorio.uff.br/jspui/handle/uff/9189>. Acesso em: out. 2022.

RAWS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pissetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RICOUER, Paul. **Leituras 1**. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANDOVAL-HERNÁNDEZ, Andrés. **Teaching tolerance in a globalized word**. Hamburgo, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Los dois Problemas fundamentales de la ética**. Tradução de Pilar López de Santa María. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

SANDEL, Michael J. **O descontentamento da democracia**. Tradução de Livia Almeida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SILVA, Alberto da Costa. **A Manilha e o Libambo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.

SOFISTAS. **Testemunhos e fragmentos**. Tradução de Ana Alexandre Alves de Sousa e Maria José Vaz Pinto. Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda, 2005.

SOUSA, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

SPINOSA, Benedictus. **Ética demonstrada a maneira dos geômetras**. Tradução de Joaquim de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1983

_____. **Tratado da correção do intelecto**. Tradução de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.

SYMONIDES, Janusz. **Direitos Humanos: novas dimensões e desafios** / Janusz Symonides. – Brasília: UNESCO Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **Argumento filosóficos**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Multiculturalismo**. Tradução de Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

THOMPSON, Robert J. **Beyond reason and tolerance**. Oxford: University Press, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

THOMPSON, Robert J. **Beyond reason and tolerance**. Oxford: University Press, 2014.

VINHA, Telma. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil**. São Paulo: D3e, 2023.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. Tradução de José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afech. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VOGT, W. Paul. **Tolerance and education**. London: Savage, 1997.

VOLTAIRE, François-Marie Arouet. **Cândido ou o otimismo**. Tradução de Márcio Laranjeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Dicionário filosófico**. Tradução de Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Tratado sobre a tolerância**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2000.

WALZER, Michael. **Da tolerância**. Tradução de Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Tratado sobre la tolerancia**. Tradução de Francisco Álvares. Barcelona: Paidós, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Tradução de Waltersir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WOLFF, Robert Paul. **A critique of pure tolerance**. Boston: Beacon Press, 1965.

XENÓFANES, de Colofão. **Os filósofos pré-socráticos**. Tradução de Wilson Regis. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artmed, 1998.

_____. **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Como aprender e ensinar competências**. Tradução de Carlos Henrique Lucas Lima. Porto alegre: Artmed, 2014.

_____. **Enfoque globalizador e pensamento complexo**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. **Métodos para ensinar competências**. Tradução de Grasielly Hanke Angeli. Porto Alegre: Penso, 2020.